

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
MESTRADO EM GESTÃO E POLÍTICAS AMBIENTAIS

CRESCIMENTO DESCONTROLADO OU DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL: a encruzilhada do turismo em Fernando de Noronha

SANDRA MARIA PAGANO

Dissertação apresentada ao Programa de
Mestrado em Gestão e Políticas Ambientais da
UFPE, como requisito parcial para obtenção do
Grau de Mestre, sob a orientação do Prof. Jan
Bitoun e a co-orientação da Prof^a Maria do Carmo
Sobral.

Recife

Dezembro/2000

Pagano, Sandra Maria

Crescimento descontrolado ou desenvolvimento sustentável : a encruzilhada do turismo em Fernando Noronha / Sandra Maria Pagano. – Recife : O Autor, 2000.

xvii, 175 folhas : il., fig., tab., quadros, gráf., fotos, mapa

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. Gestão e Políticas Ambientais, 2000.

Inclui bibliografia e anexos.

1. Gestão e políticas ambientais – Turismo. 2. Fernando de Noronha, Pernambuco. – Desenvolvimento sustentável – Direito ambiental – Gestão do turismo. 3. Comunidade local – Consciência ecológica – Impactos ambientais. I. Título.

**911.3
304.2**

**CDU (2.ed.)
CDD (22.ed.)**

**UFPE
BC2006-184**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO – UFPE
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS GEOGRÁFICAS
MESTRADO EM GESTÃO E POLÍTICAS AMBIENTAIS

SANDRA MARIA PAGANO

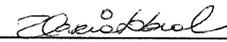
**CRESCIMENTO DESCONTROLADO OU DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL: A ENCRUZILHADA DO TURISMO EM FERNANDO
DE NORONHA.**

Dissertação apresentada para obtenção do grau de Mestre em Gestão e Políticas Ambientais.

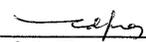
Dissertação aprovada em 25 / 04 / 2001.

Banca Examinadora:

Orientador: 
Prof. Jan Bitoun (UFPE)

Co-orientador (a): 
Profª. Maria do Carmo Martins Sobral (UFPE)

1º Examinador (a): 
Profª. Marlene Maria da Silva (UFPE)

2º Examinador (a): 
Profª. Edvânia Torres Aguiar Gomes (UFPE)

Dedico este trabalho à minha mãe, Conceição Pottes, com gratidão.

E aos meus filhos, Rodolfo, Felipe e Arthur, com esperança.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por possibilitar a conclusão desta caminhada.

Aos meus orientadores, Prof. Jan Bitoun e Prof^ª Maria do Carmo Sobral, pela orientação, apoio e incentivo irrestritos durante todo o processo de elaboração desta dissertação.

Ao coordenador do Mestrado em Gestão e Políticas Ambientais da UFPE, Prof. Dr. Joaquim Correia Xavier Neto, pelo estímulo à realização e apoio na solução dos problemas enfrentados.

A todos os colegas, professores e funcionários do Mestrado em Gestão e Políticas Ambientais da UFPE.

A todos que fazem, ou fizeram parte da Administração do Distrito Estadual de Fernando de Noronha, durante todo o processo de pesquisa. Em especial ao atual Administrador Geral, Sérgio Salles, pelo fornecimento da passagem aérea para realização da pesquisa de campo e aos diretores, técnicos e funcionários, Conceição Medeiros, Divonéria R. da Cruz, Genaro Viana, Givanilson Cabral, Jane Soares, Luiz Leal, Margareth Grillo, Marieta Borges, Marisa Lima, Michele Lima, Milton Botler, Tony Barros e Verônica Modesto, pela prestação e atenção no fornecimento das informações solicitadas.

Ao Monsieur Rocha, pelo apoio na hospedagem e nos deslocamentos dentro da ilha, mar adentro e mar fora, durante toda a pesquisa de campo.

A todos os entrevistados do Arquipélago de Fernando de Noronha, bem como representantes do Governo Federal, Governo Estadual, Conselho Distrital, Assembléia Popular Noronhense, empresários e visitantes que colaboraram com o seu depoimento.

Ao meu chefe e Secretário de Desenvolvimento Econômico, Turismo e Esportes de Pernambuco, Carlos Eduardo Pereira Cadoca, pelo apoio fundamental me liberando do expediente nos últimos quinze dias que antecederam e possibilitaram a conclusão desta dissertação.

Aos amigos e colegas professores Margareth Alves e Dario Martines Morales pelo apoio e solidariedade me substituindo em sala de aula durante as duas últimas semanas, bem como aos coordenadores do curso de bacharelado em turismo, da FIR, Rosilei Montenegro, e da FACOTUR/APESO, Jovenildo Pinheiro de Sousa.

Ao amigo, professor e diretor do NHT da UFPE, Djailton de Araújo, pelo apoio inicial e incentivo à realização deste projeto.

Aos amigos e colegas de trabalho da SDETE, Fernando Jordão de Vasconcelos, Brenda Braga, Fernando Jaime Galvão, Fátima Vasconcelos, Fátima Xavier e Sílvia Jurema pela compreensão e cooperação nos inúmeros momentos de “ausência da equipe”. E, especialmente, a Sandra Helena Rêgo da Silva, pela transcrição de mais de 30 horas de gravação e decisivo estímulo, a Tereza Cristina Ferraz Álvares pelo levantamento da legislação pertinente, e a Luis Carlos da Silva pela ajuda inicial na programação visual da capa e durante o processo final de impressão.

À amiga Rizelda Regadas Carvalho, pela revisão do texto final, e à amiga Maria Luiza Ferreira dos Santos pela ajuda fundamental no uso do STAMP para o cálculo das previsões estatísticas.

À minha irmã Flávia Pottes, pelo decisivo e estratégico apoio no manejo das crianças na fase final de redação.

À minha amiga, companheira e co-gestora familiar Maria Helena da Silva Ferreira que, durante todo o tempo e, especialmente nesses últimos três anos, esteve sempre presente, responsável e solidária na superação das dificuldades encontradas.

Às bibliotecárias Cristina Carvalho e Sônia Amorim, pelo desprendimento e competente apoio na normalização do documento.

À arquiteta Márcia Gondim, da CPRH, pela gentileza na cessão do arquivo digital para impressão do Mapa.

Ao Tinent de Batle de Relacions Institucionals e d' Hisenda de Calvià, Antoni Manchado i Lozano pela cessão imediata das cópias de todo material magnético e bibliográfico utilizado durante a apresentação do Caso Calvià no III Fórum de Autoridades e Parlamentares da OMT no Rio de Janeiro.

À amiga e professora Tânia Bacelar, pela orientação e incentivo nos momentos iniciais de concepção do projeto desta dissertação.

Ao amigo Jorge Alexandre Braz Braga, pelo decisivo e competente apoio no manejo do computador, da digitação ao suporte técnico, passando brilhantemente pela programação visual da capa, sem cujo apoio, a conclusão deste trabalho não teria sido possível no prazo determinado.

E, finalmente, mas não por último, à amiga Maria do Carmo Cavalcanti que, junto com seu eficiente e carinhoso time, formado por Deise Brandão, Maria Josélia da Silva e Marivaldo Francisco de Azevedo, generosamente me acolheu em sua casa nos quinze dias que antecederam a conclusão da redação e impressão desta dissertação, sem cujo apoio e incentivo não teria sido possível concluí-la.

“Ela está no horizonte Me aproximo dois passos, ela se afasta dois passos. Caminho dez passos e o horizonte corre dez passos. Por mais que eu caminhe, jamais a alcançarei. Para que serve a utopia ? Serve para isso: para caminhar.”

Eduardo Galeano

SUMÁRIO

	pág.
LISTA DE TABELAS	x
LISTA DE FIGURAS	xi
LISTA DE QUADROS	xiii
LISTA DE SIGLAS	xiv
RESUMO	xvi
ABSTRACT	xvii
1 INTRODUÇÃO	1
1.1 Procedimentos metodológicos	2
1.1.1 Análise sistêmica do turismo	2
1.1.2 Procedimentos complementares	4
1.2 Referencial Conceitual	6
2 O TURISMO E SUA INTERAÇÃO COM OS IDEAIS VIGENTES NA SOCIEDADE	7
2.1 Marcos históricos em direção ao fenômeno do turismo	8
2.1.1 O grand tour da nobreza	8
2.1.2 O império britânico	9
2.1.3 O ressurgimento dos balneários	10
2.1.4 O paisagismo e a conquista da natureza	11
2.1.5 O turismo fomentado sócio-politicamente	13
2.1.6 O surgimento do turismo organizado	13
2.1.7 O ressurgimento dos grandes eventos	14
2.1.8 A riviera francesa	15
2.1.9 A valorização do verão e a consagração do tempo livre	16
2.1.10 O direito universal ao lazer e ao turismo	18
2.1.11 A criação da Organização Mundial do Turismo-OMT	18
2.1.12 O crescimento do turismo na segunda metade do século XX	19
2.2 A emergência do paradigma ambiental e sua implicação no turismo	21
2.2.1 A conceituação do turismo	23
2.2.2 O turismo ecológico	26
2.3 O debate contemporâneo sobre turismo, globalização e sustentabilidade	26
2.4 Do consumo de massa ao modelo exclusivo	38

3 O ARQUIPÉLAGO DE FERNANDO DE NORONHA E A EVOLUÇÃO DO TURISMO	42
3.1 Localização e características ambientais	42
3.2 Evolução e perfil da oferta turística	51
3.3 Evolução e perfil da demanda turística	59
3.4 Estrutura jurídico-organizacional e gestão do turismo	65
3.5 A taxa de preservação ambiental como instrumento econômico e de gestão do turismo	76
3.5.1 A promulgação da Lei Estadual 10.4033/89	77
3.5.2 Principais modificações introduzidas	78
3.5.3 Bases constitucionais e infraconstitucionais da taxa de preservação ambiental	80
3.5.4 A participação da TPA na arrecadação distrital e na gestão ambiental	85
4 DINÂMICA SÓCIO-ECONÔMICA E PRINCIPAIS IMPACTOS AMBIENTAIS	91
4.1 Características e crescimento da população	91
4.2 Infra-estrutura disponível	95
4.2.1 O saneamento ambiental	98
4.3 Impactos no meio físico, políticas de gestão e tecnologias introduzidas	112
4.4 Impactos sócio-econômicos	116
4.4.1 Empregos diretos e indiretos	116
5 MARCOS PARA UMA AGENDA 21 LOCAL: COMO EVITAR CALVIÀ	119
5.1 O caso Calvià como exemplo a ser evitado	119
5.2 Tendências evolutivas do turismo em Fernando de Noronha	124
5.3 A visão dos principais atores	128
5.3.1 Os gestores da esfera estadual e federal	128
5.3.2 A minuta do anteprojeto de lei de uso e ocupação do solo	129
5.3.3 A comunidade residente	133
5.4 Recomendações para a Agenda 21 de Fernando de Noronha	136
5.4.1 Marcos para a Agenda 21 Local	138
5.4.1.1 Para a gestão dos recursos naturais	138
5.4.1.2 Para um DEFN sustentável	139
5.4.1.3 Para o desenvolvimento da infra-estrutura	141
5.4.1.4 Para a redução das desigualdades sociais	141

5.4.1.5 Para o desenvolvimento sustentável de ciência e tecnologia	142
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	143
7 BIBLIOGRAFIA	145
8 ANEXOS	155
8.1 Anexo A – Modelo dos Questionários e Roteiros	156
8.2 Anexo B – Cópia do folder: Noronha é Pernambuco Brasil	162
Cópia do folder: O que o governo de Pernambuco já fez e está fazendo por Noronha	172
8.3 Anexo C – Cópia de fax do Departamento Operacional de Vistoria de Veículos	175
8.4 Anexo D – Cópia do Código Mundial de Ética do Turismo	179

LISTA DE TABELAS

	pág.
Tabela 1-Meios de hospedagem em Fernando de Noronha –1998	57
Tabela 2-Chegada de turistas em Fernando de Noronha período: 1991 e 1992 + 1995 a 1999	60
Tabela 3-Chegada de turistas no mundo e no Brasil período: 1994 a 1999	61
Tabela 4-Arrecadação tributária e patrimonial do DEFN – período: 1991 e 1994 + 1995 a 2000	87
Tabela 5-População residente em Fernando de Noronha segundo sexo, faixa etária e alfabetização – 1991	91
Tabela 6-População residente e taxa de crescimento anual – 1996/200	92
Tabela 7-População residente em Fernando de Noronha em junho de 2000, segundo sexo e faixa etária	94
Tabela 8-População residente em Fernando de Noronha em junho de 2000, segundo nível de instrução e tempo de residência na Ilha	94
Tabela 9-População residente em Fernando de Noronha em junho de 2000, segundo local de nascimento	94
Tabela 10-Quantidade de veículos segundo o tipo em Fernando de Noronha – período: 1989 a 1997	114
Tabela 11-Consumo de energia elétrica em Fernando de Noronha – período: 1989 a 1997	115

LISTA DE FIGURAS

	pág.
Figura 1-Sistema de turismo – SISTUR	3
Figura 2-Localização de Fernando de Noronha no Atlântico Equatorial	42
Figura 3-Delimitações do parque nacional marinho de Fernando de Noronha	66
Figura 4-Folder de divulgação turística de Fernando de Noronha-2000	68
Figura 5-Zoneamento da APA federal de Fernando de Noronha	70
Figura 6-Localização de Calvià nas ilhas Baleares	119
Figura 7-Calvià no início da década de 1970	120
Figura 8-Calvià em 1997	120
Figura 9-Detalhe da beira mar de Calvià	122
Figura 10-Antigo hotel atlantic, dinamitado em 1996	123
Figura 11-Área pública de lazer à beira mar, implantada após demolição de hotel	123
Figura 12-Zoneamento proposto pela ADFN para lei de uso e ocupação do solo	132
Fotografia 1-Portal da Sapata	44
Fotografia 2-Baía do Sancho	45
Fotografia 3-Praia do Boldró	47
Fotografia 4-Mangue do Sueste	47
Fotografia 5-Pousada da Tia Zete 1990	53
Fotografia 6-Pousada da Tia Zete 2000	53
Fotografia 7-Pousada da Morena 1990	54
Fotografia 8-Pousada da Morena 2000	54
Fotografia 9-Pousada Solar dos Ventos 1990	55
Fotografia 10-Pousada Solar dos Ventos 2000	55
Fotografia 11-Camisas em loja de souvenir em Fernando de Noronha	68
Fotografia 12-Planta geradora de energia	95
Fotografia 13-Implantação de turbina eólica na enseada da Caieira	96
Fotografia 14-Sinalização implantada pelo IBAMA	97
Fotografia 15-Implantação de turbina eólica na Caieira	97
Fotografia 16-Vista parcial do açude do Xaréu	98
Fotografia 17-Sede da COMPESA em Fernando de Noronha	101
Fotografia 18-Lagoa de estabilização do Cachorro	102

Fotografia 19-Vista parcial da unidade de tratamento de lixo de FN	106
Fotografia 20-Trator utilizado para coletar e transportar lixo para o Porto em FN	107
Fotografia 21-Separação do lixo orgânico e inorgânico em FN	107
Fotografia 22-Leiras a céu e chão abertos na unidade de tratamento de lixo de FN	108
Fotografia 23-Sucata em quintal de pousada em FN	110
Fotografia 24-Sucata na oficina de veículos da ADFN em FN	110
Fotografia 25-Chegada de trator da Engemaia para jogar lixo inorgânico na oficina de veículos da ADFN em FN	111
Fotografia 26-Vista parcial do depósito de lixo na oficina de veículos da ADFN em FN	111
Gráfico 1-Evolução da oferta de leitos em Fernando de Noronha- período: 1998 a 1999	56
Gráfico 2-Evolução da chegada de turistas em Fernando de Noronha período: 1991 e 1992 + 1995 a 1999	60
Gráfico 3-Variação anual da chegada de turistas em Fernando de Noronha- Período: 1995 a 1999	61
Gráfico 4-Variação anual da chegada de turistas em Recife e em Fernando de Noronha – período 1997 a 1999	62
Gráfico 5-Composição do lixo em Fernando de Noronha – 1998	109
Gráfico 6-Composição do lixo em Fernando de Noronha – 1999	109
Gráfico 7-Evolução do número de habitantes, de turistas e do consumo de energia em FN-período: 1989/1999	115
Gráfico 8-Projeção do número de turistas em Fernando de Noronha para o período 2000 a 2010	125
Gráfico 9-Evolução mensal do número de turistas em Fernando de Noronha- período: 1995 a 1999	127
Mapa 01- Mapa das características do relevo litorâneo, da rede viária e dos assentamentos os humanos de Fernando de Noronha	43

LISTA DE QUADROS

	pág.
Quadro 1 – Evolução da Chegada de Turistas Internacionais no Mundo e Principais Fatos Associados	20
Quadro 2 – Os Dez Primeiros Destinos Turísticos Mundiais em 1997	29
Quadro 3 – O Turismo e a Crise de Valores na Sociedade Contemporânea	41
Quadro 4 – Perfil da Demanda Turística de Fernando de Noronha – Maio/1995	63
Quadro 5 – Perfil da Demanda Turística de Fernando de Noronha – Julho/2000	64
Quadro 6 – Indicadores Básicos Previstos no Plano EMFA/HIDROSERVICE	69
Quadro 7 – Atos do Poder Estadual Relativos à Gestão do DEFN	72
Quadro 8 – Demonstrativo de Receita e Despesa Executadas pela ADFN – 1997 a 1999	88
Quadro 9 – Situação do Abastecimento d’ Água Conforme a População	103
Quadro 10 – Caracterização da Ocupação dos Imóveis em Fernando de Noronha	104
Quadro 11 – Destinação Final do Esgoto em Fernando de Noronha	105
Quadro 12 – Setores Ambientais Chave de Calviã	124
Quadro 13 – Parâmetros Urbanísticos Constantes do Anteprojeto de Lei de Uso e Ocupação do Solo proposto pela ADFN – 2000	130
Quadro 14 – Satisfação e Expectativas dos Habitantes com Relação à Vida em Fernando de Noronha	135

LISTA DE SIGLAS

ADFN – Administração do Distrito Estadual de Fernando de Noronha
AFN – Administração de Fernando de Noronha
APA – Área de Proteção Ambiental
BDE – Base de Dados de Pernambuco
BID – Banco Internacional de Desenvolvimento
BIRD – Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
BMZ – Ministério Alemão para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico
BTN – Bônus do Tesouro Nacional
CEE – Comunidade Econômica Européia
CELPE – Companhia de Eletricidade de Pernambuco
COMPESA – Companhia Pernambucana de Saneamento
CONDEPE – Instituto de Planejamento de Pernambuco
CONDIMA – Conselho Distrital de Meio Ambiente de Fernando de Noronha
CONSEMA – Conselho Estadual do Meio Ambiente
CPRH – Companhia Pernambucana de Meio Ambiente
CTN – Código Tributário Nacional
DEFN – Distrito Estadual de Fernando de Noronha
DIVITRANS – Divisão de Trânsito
DOPE – Diário Oficial de Pernambuco
DPM – Departamento da Polícia Militar
ECTWT – Ecumenical coalition on Third World Tourism
ELETROBRÁS – Centrais Elétricas Brasileiras S/A
EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EMBRATUR – Instituto Brasileiro de Turismo
EMFA – Estado Maior das Forças Armadas
EMPETUR – Empresa de Turismo de Pernambuco
FACOTUR – Faculdade de Comunicação e Turismo de Olinda
FIR – Faculdades Integradas do Recife
FUNATURA – Fundação Pró-Natureza
GOPE – Governo do Estado de Pernambuco
HIDROSERVICE – Engenharia de Projeto Ltda
IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
ISS – Imposto Sobre Serviços
ITB – Imposto de Transmissão de Bens Imóveis
IUCN – União Internacional para a Conservação da Natureza
IUOTO – União Internacional dos Órgãos e Oficinas de Turismo
IVVC – Imposto de Vendas a Varejo de Combustíveis
MERCOSUL – Mercado Comum do Sul
MMA – Ministério do Meio Ambiente e Amazônia Legal
NAFTA – North America Free Trade Agreement
NHT – Núcleo de Hotelaria e Turismo
OECD – Organization for Economic Co-operation and Development
OMS – Organização Mundial da Saúde
OMT – Organização Mundial de Turismo
ONG's – Organizações não Governamentais
PANAMAR – Parque Nacional Marinho de Fernando de Noronha
PED – Projeto de Desenvolvimento do Ecoturismo
PFL – Partido da Frente Liberal
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PNUD – Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas
PNUMA – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
SAA – Sistema de Abastecimento d'Água
SECTMA – Secretaria de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente
SES – Sistema de Esgotamento Sanitário
SIHD – Sistema de Hospedagem Domiciliar
TC – Tribunal de Contas
TEN – Third World Tourism Ecumenical European Net
TPA – Taxa de Preservação Ambiental
UFPE – Universidade Federal de Pernambuco
UH's – Unidades Habitacionais
UNICEF – Fundo das Nações Unidas para Infância
USP – Universidade de São Paulo
WTTC – World Travel & Tourism Commercial
WWF – Worldwide Fund for Nature

RESUMO

Este trabalho enfoca a relação entre a atividade turística, os princípios do desenvolvimento sustentável e o modelo de gestão do turismo no Distrito Estadual de Fernando de Noronha. No capítulo 2 apresenta-se uma retrospectiva da evolução do turismo associado aos valores e ideais vigentes na sociedade ocidental, enfocando também o debate contemporâneo sobre turismo, globalização e sustentabilidade. Nos capítulos seguintes, tendo como referencial teórico-conceitual os princípios do desenvolvimento sustentável estabelecidos na Conferência de Ottawa e a aplicação da teoria de sistemas, apresenta-se uma análise da evolução do turismo no Arquipélago e dos principais impactos ocorridos nos meios físico, social e econômico. São também analisados os principais instrumentos e prática da gestão ambiental associada ao desempenho da atividade turística. O principal período de análise vai de 1988, época da reanexação do então Território Federal de Fernando de Noronha ao Estado de Pernambuco, até 1999, período que coincide com o início e a expansão da atividade turística no Arquipélago. No capítulo 5 os impactos identificados são comparados àqueles registrados em Calvià, município situado nas Ilhas Baleares, Espanha, apresentando-se uma projeção da tendência de crescimento do turismo em Fernando de Noronha até 2010. Identifica-se a visão dos principais atores locais sobre a expansão do turismo no Arquipélago e, por fim, são elencados os marcos fundamentais para a construção de uma Agenda 21 Local para Fernando de Noronha.

PALAVRAS – CHAVE: Turismo; Desenvolvimento Sustentável; Gestão Ambiental.

ABSTRACT

This work focuses on the interaction between tourism, sustainable development and the model of tourism management in the Fernando de Noronha state district. The second chapter presents a retrospective of tourism evolution associated with ideas and values present in the western society. Also focusing on contemporary debate about tourism, globalization and sustainability. Referring to the concept of sustainable development established in Ottawa Conference and based on the theory of systems, the following chapters present an analysis of the tourism evolution in Fernando de Noronha and the occurrence of major impacts in the physical, social and economical environment. Major instruments and ways of environmental management related to the performance of tourism are also analyzed. The main period of analysis is in-between 1988, when the federal ex-territory of Fernando de Noronha was reunited with the state of Pernambuco, and 1999, a period that coincides with the beginning of tourism expansion in the archipelago. In chapter 5, the identified impacts are compared to those registered in Calvià, a municipality of the Balears Islands, Spain, and a projection on the tendency of tourism growth in Fernando de Noronha is also presented. A description of main local figure's view over tourism expansion in Fernando de Noronha is given, and towards the end a list of the fundamental marks for the construction of the local Agenda 21 of Fernando de Noronha is presented.

KEYWORDS: Tourism; Sustainable Development; Environmental Management.

1 INTRODUÇÃO

A busca do turismo sustentável emerge do debate contemporâneo sobre globalização e sustentabilidade, no qual o turismo se apresenta como facilitador do processo de globalização e veículo potencial de conservação do meio ambiente e valorização do patrimônio cultural.

As áreas litorâneas reúnem cumulativamente as características de detentoras de patrimônio natural e atrativo turístico, propícias ao lazer, à prática desportiva e ao descanso, desencadeando sempre o surgimento da dicotomia crescimento econômico *versus* desenvolvimento sustentável.

Neste contexto, a análise do desempenho do turismo em Fernando de Noronha reveste-se de grande significância para a compreensão do efetivo papel que o turismo pode desempenhar no processo de desenvolvimento de uma localidade que se rege pelo princípio do desenvolvimento sustentável, conforme estabelecido no Artigo 5º da sua Lei Orgânica, 1995; por ser Área de Proteção Ambiental Federal, Decreto Federal nº 92.755/86; Parque Nacional Marinho, Decreto Federal nº 96.693/88; Parque Estadual Marinho, Lei Estadual nº 11.304/95 e Área de Proteção Ambiental Estadual, instituída pelo Decreto Estadual nº 13.553/89.

A hipótese de pesquisa é que o desenvolvimento do turismo em Fernando de Noronha não está em total consonância com os princípios da sustentabilidade, face ao status ambiental que o arquipélago detém, encontrando-se numa encruzilhada, entre o crescimento descontrolado e o desenvolvimento sustentável.

Partindo desta contextualização o objetivo principal desta dissertação é: identificar se o turismo, da forma como vem sendo praticado e gerido em Fernando de Noronha, atende aos princípios básicos do desenvolvimento sustentável. Como objetivos específicos pretende-se:

- a) analisar os impactos biofísicos associados ao crescimento do turismo relacionados ao saneamento ambiental;

- b) analisar os impactos sócio-econômicos do turismo, em relação ao crescimento demográfico, desempenho econômico e contribuição na geração de emprego, renda e arrecadação tributária;
- c) identificar o grau de conscientização ecológica e qualidade de vida da comunidade;
- d) analisar a influência do modelo de gestão do turismo em relação ao processo conservacionista;
- e) propor medidas que assegurem a consolidação do turismo sustentável.

1.1 Procedimentos metodológicos

1.1.1 Análise sistêmica do turismo

O modelo de análise sistêmica do turismo adotado foi o desenvolvido e formulado pelo Prof. Mário Carlos Beni, da Universidade de São Paulo, na sua tese de doutoramento, em 1988, e aprofundado na publicação do livro *Análise Estrutural do Turismo*, em 1997. Para Beni, o turismo resulta do somatório dos recursos naturais do meio ambiente, culturais, sociais e econômicos e, assim, o campo do seu estudo é abrangente, complexo e multicausal. Sendo, portanto, a Teoria de Sistemas um dos instrumentos que permite integrar e representar toda essa complexidade.

O Sistema de Turismo – SISTUR, elaborado por Beni, é um sistema aberto, e contém três conjuntos que englobam os vários subsistemas: o conjunto das **Relações Ambientais**, composto pelos subsistemas ecológico, econômico, social e cultural; o conjunto da **Organização Estrutural**, composto pela superestrutura e pela infra-estrutura e o conjunto das **Ações Operacionais** que engloba os subsistemas da oferta, da demanda, da produção, da distribuição e do consumo, ou seja, o mercado. O turista é o elemento dinamizador do SISTUR e da sua interação com os atrativos do núcleo receptor e do modelo e práticas de gestão e produção do turismo adotadas depende o desempenho da atividade e a qualidade e intensidade dos impactos verificados. A Figura 1, apresentada a seguir, sintetiza o modelo teórico – referencial do SISTUR.

SISTEMA DE TURISMO - SISTUR

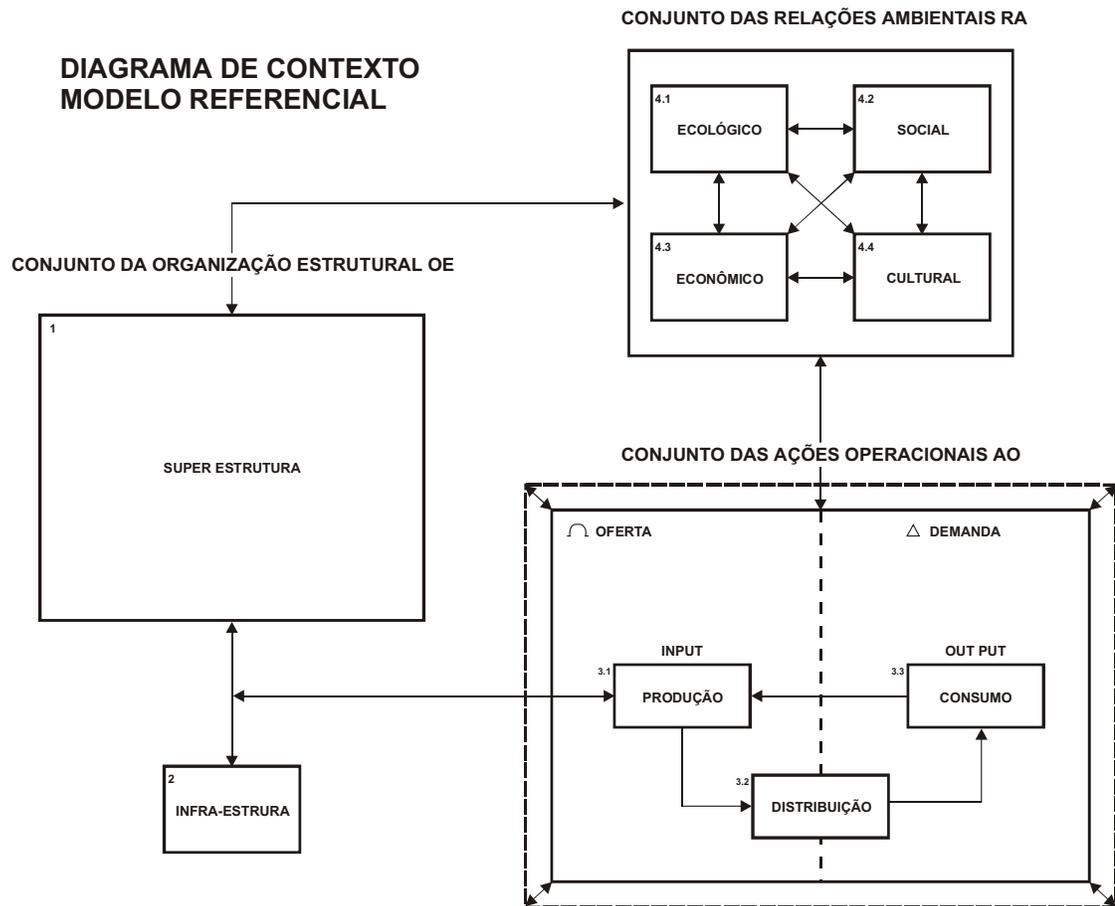


Figura 1 - Sistema de Turismo – SISTUR.
Fonte: Beni, 1988.

Como ressalta o autor, “convém deixar claro que essa análise estrutural é a observação rigorosa e metódica do campo de abrangência da atividade, ou seja, dos elementos ordenados e inter-relacionados de forma dinâmica que o integram. Assim essa visão ao mesmo tempo analítica e globalizante, indutiva e dedutiva, resultam na configuração da totalidade do campo de estudo e das suas partes componentes, articuladas entre si, ou, se preferirem, em um sistema”.¹

A Teoria de Sistemas tem seu início ligado à Teoria do Átomo, desenvolvida na antiga Grécia. Porém, só começou a se aprimorar a partir da invenção do microscópio, no século

¹ Beni, 1998, p.19.

XVII, quando se iniciaram os estudos dos elementos componentes das menores partículas da natureza. Por muito tempo ficou limitada ao campo da Biologia. E, a partir de 1947, fundamentando-se na Teoria dos Conjuntos, a visão macroscópica foi incorporada à Teoria de Sistemas. Enquanto no enfoque microscópico se estudavam os elementos constitutivos de um sistema para encontrar relações de causa e efeito, no enfoque macroscópico se emprega o conhecimento que se tem das partes para estudar o comportamento de todo o conjunto de partes, ou sub-sistemas, que interatuam entre si.²

Pela natureza interdisciplinar do turismo e do seu estudo, a realização de uma análise estrutural de modo a identificar o desempenho do sistema como um todo, requer a participação de especialistas das diversas disciplinas. De modo a suprir as imensas dificuldades que de antemão se impõem a um pesquisador que se coloca o desafio de realizar individualmente uma análise estrutural de uma atividade que é multicausal e o campo do seu estudo interdisciplinar, nos procedimentos metodológicos complementares tem ênfase o levantamento, a análise e a seleção criteriosa, de estudos, pesquisas e relatórios especializados, complementados por pesquisa de campo, entrevistas especializadas e auscultas técnicas, utilizando técnicas de pesquisa exploratória e explicativa, com utilização do método observacional.

1.1.2 Procedimentos complementares

- a) levantamento bibliográfico e análise de estudos, diagnósticos, dissertações e teses que abordam questões ambientais e de turismo relacionadas a Fernando de Noronha;
- b) análise do modelo de gestão e verificação de sua influência, bem como identificação dos principais impactos ambientais, através de levantamento de dados secundários como legislação, documentos técnicos, procedimentos administrativos, artigos publicados na mídia impressa e eletrônica e realização de entrevistas com amostras de representantes dos diversos segmentos sociais afetos ao desenvolvimento do turismo em Fernando de Noronha, tanto em nível do setor público estadual e federal, como com empresários, visitantes e representantes da sociedade civil organizada;

² Acerenza, 1995, p.167.

- c) identificação do uso e ocupação do Arquipélago para fins turísticos, através de levantamento de dados secundários complementado com levantamento in loco e registro fotográfico.

A pesquisa de campo foi dividida em três grandes grupos de abordagem: 1) atores ligados aos órgãos da administração federal e estadual de Fernando de Noronha; 2) atores locais, proprietários e funcionários de pousadas, restaurantes, lojas de souvenirs e outros serviços e comércio locais; 3) atores ligados à sociedade civil organizada, pertencentes a organizações efetivamente atuantes, representada em Fernando de Noronha, pelo Conselho Distrital, Clube de Mães, Associação dos Pousadeiros, Associação dos Barqueiros, Associação dos Guias de Turismo de FN, Cooperativa dos Taxistas de FN- NORTAX.

Em termos de Administração Federal existente na ilha, foram entrevistados representantes do IBAMA/PARNAMAR, Projeto TAMAR, Projeto Golfinho Rotatores e da Aeronáutica. Também foram entrevistados o Superintendente do IBAMA-PE e o Chefe da Seção de Áreas Protegidas do IBAMA-PE, em Recife. E, no âmbito da Administração Estadual, foram entrevistados o atual Administrador Geral, um ex-Administrador-Geral, diretores, gerentes, assessores e chefes de divisão da ADFN em Fernando de Noronha e no Escritório do Recife. Dos demais órgãos estaduais, presentes em FN, foram entrevistados o Gerente da CELPE, o Gerente da COMPESA, o Diretor do Hospital São Lucas, a Diretora da Escola do Arquipélago, um representante da Polícia Militar e um funcionário da Delegacia de Polícia Civil. Foram também entrevistados os gerentes da ENGEMAIA, empresa responsável pela coleta e tratamento do lixo, e do Posto de Combustíveis, em Fernando de Noronha, e técnicos da CPRH e do IBGE, em Recife.

Para identificação do número de representantes de pousadas a entrevistar, foi selecionada uma amostra de 33% do total, composta em 50% por pousadas que já eram registradas e classificadas em 1990, e os demais 50% foram integrados pelas pousadas que entraram em funcionamento a partir de 1991. Quanto aos demais estabelecimentos de comércio e serviços turísticos, foi entrevistado um representante de cada um desses estabelecimentos, sendo, sempre que possível, escolhido para a entrevista aquele que tinha mais tempo de moradia na Ilha.

Foi adotada a técnica de entrevista semi-estruturada, utilizando-se no caso da pesquisa junto aos prestadores de serviços turísticos e representantes do comércio local, um questionário básico, complementado com perguntas que visavam aprofundar a análise e

também esclarecer dúvidas surgidas durante a coleta de dados secundários, naqueles casos onde o entrevistado demonstrava ter um conhecimento mais abrangente do assunto pesquisado.

1.2 Referencial Conceitual

De acordo com o método adotado, e para efeitos das análises e das diversas conclusões contidas ao longo dos capítulos integrantes desta dissertação, e ainda, considerando de um lado, a multicausalidade e interdisciplinaridade do turismo, e de outro, o atual estágio de construção em que se encontra o conceito de desenvolvimento sustentável, elegeu-se, após a revisão bibliográfica procedida, os seguintes referenciais conceituais:

- a) “O turismo é uma atividade que resulta do somatório dos recursos naturais do meio ambiente, culturais, sociais e econômicos e, assim, o campo do seu estudo é abrangente, complexo e multicausal”. (Beni, 1988)
- b) “O desenvolvimento sustentável busca responder a cinco requisitos:
 - Integração da conservação e do desenvolvimento;
 - Satisfação das necessidades básicas humanas;
 - Alcance de equidade e justiça social;
 - Provisão de autodeterminação social e da diversidade cultural;
 - Manutenção da integração ecológica”. (Declaração de Ottawa, 1986)
- c) “O turismo ecológico, ou ecoturismo, é um segmento da atividade turística que utiliza de forma sustentável o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista, através da interpretação do meio ambiente, promovendo o bem estar das populações envolvidas”. (Embratur/Ibama, 1994)

2 O TURISMO E SUA INTERAÇÃO COM OS IDEAIS VIGENTES NA SOCIEDADE

As viagens sempre estiveram associadas à cultura das civilizações e, por conseguinte, sempre se processaram como reflexos diretos da economia, do poder e, em grande número de casos, inclusive no período contemporâneo, da religião.

Durante todo o período da história ocidental pode-se destacar exemplos que, direta ou indiretamente, remetem a uma associação remota com o turismo moderno. Como as viagens dos comerciantes/navegadores fenícios pelo Mediterrâneo; os Jogos Olímpicos na antiga Grécia; as peregrinações religiosas na Palestina; e também na Roma Imperial, com viagens de divertimento à praia de Baías³ e busca de cura associada ao prazer nas estações termais. Porém, segundo a maioria dos autores, só no período compreendido entre os séculos XVI e XIX surgem os primeiros ancestrais dos modernos turistas, impulsionados pelas idéias humanistas do Renascimento.

“Enquanto o homem medieval tinha seus ideais na castidade e na pobreza o renascentista encontrava os seus na alegria e na riqueza. Ele vivia em uma sociedade urbana, prática, egoísta e auto-consciente onde cada coisa era válida por si e não pelos fins, onde ele existia não para louvar o Criador mas para ser louvado como criador.”⁴

Os ideais de valorização da beleza e da cultura, com inspiração na cultura greco-latina, que não haviam desaparecido na Idade Média, voltam a ser propagados pelo Renascimento e introduzem as visitas culturais à Itália, *Terra das Antiguidades*, e, a partir do século XVII, com as novas bases do conhecimento que propiciaram a organização capitalista dos modos de produção e com as mudanças intelectuais que se expressaram em todas as áreas da cultura ocidental, surge o fenômeno do turismo que conhecemos hoje.

Logo no início desse período foram rejeitados os enunciados metafísicos e ampliado o processo de dominação da natureza. Francis Bacon (1561-1626), aliando teoria e experiência, sistematiza o método indutivo que considera o conhecimento como resultado da experiência científica.

³ Segundo Fuster Baías foi na antiguidade um verdadeiro antecedente de Torremolinos, Cannes ou Riccione. Situada na costa de Campânia, tinha um clima delicioso que foi bem apreciado pelos habitantes da grande capital do mundo romano, foi o centro da *dolce vita italiana*.

⁴ Franco Júnior, H. 1972, p.212.

Na filosofia, o racionalismo cartesiano lança o método da dúvida e da evidência e transforma o mundo em algo que pode ser quantificado. Na política, a ideologia iluminista abre espaço para a emancipação das classes burguesas e os ideais libertários de Jean Jacques Rousseau, *liberdade, igualdade e fraternidade*, fornecem o lema à Revolução Francesa. Na economia, Adam Smith defende o jogo livre da oferta e da procura, sem intervenção do Estado, representado no ideal libertário do *laissez-faire*.

No final do século XVIII, no seio dessa mesma sociedade européia, o ideal romântico, fortemente influenciado por Rousseau, através das idéias do *bom-selvagem*, introduzida no Discurso sobre a Origem da Desigualdade entre os Homens, e de *volta à natureza*, introduzida no romance A Nova Heloísa, se expressa nas artes e na literatura valorizando o individualismo, o sofrimento amoroso, a religiosidade cristã, os temas nacionais, o passado, a natureza e a contemplação da paisagem. Paralelamente ao romantismo, outra tendência, de impulsos distintos, dedica-se também à observação da natureza. Albert von Haller, em *Die Alpen*, estabelece as bases científicas da botânica alpina.

Está portanto traçado o ilimitado universo a ser percorrido pela sempre crescente corrente humana. O homem ocidental atingiu a maturidade racional; conquistou a liberdade social e econômica; dominou a técnica, a ciência e, através delas, a natureza; sonha com o passado e o *paraíso perdido*, evocados pela teologia judaico-cristã.

2.1 Marcos históricos em direção ao fenômeno do turismo

O desenvolvimento do turismo como fenômeno sócio-cultural pode ser analisado no decorrer da evolução histórica da sociedade e apresenta características associadas a cada período de evolução da sociedade ocidental conforme relacionado a seguir.

2.1.1 O grand tour da nobreza

No final do século XVII surgem os primeiros antepassados dos turistas modernos, quando a nobreza da Europa Central e da Inglaterra envia seus jovens filhos para viagens de formação ao exterior. Para Knebel⁵, o jovem nobre no seu *grand tour*, pode ser visto como um verdadeiro “fóssil” do turista moderno.

⁵ Knebel: 1974, p. 17.

Segundo Fuster, as *viagens do cavalheiro* continuaram nos séculos XVIII e XIX, para entrar em nossa época sob a forma de viagens de estudos, cursos de verão, cruzeiros educativos, anos sabáticos, intercâmbios ou bolsas de viagem, etc. tomando muitas delas o caráter massivo que faltava às *viagens do cavalheiro*.⁶

2.1.2 O império britânico

Com a Revolução Industrial o Reino Unido se transforma na maior potência econômica do mundo, conquista territórios na Ásia, na América e na África, exporta tecnologia e costumes britânicos e implanta uma ampla infra-estrutura de comunicações e transportes entre a sede do Império, Londres, e as colônias. Em 1840 a Inglaterra já dispunha de uma rede de estradas de ferro e passa a construir ferrovias em diversos países. Os britânicos passam a praticar uma economia globalizada, com produção de matérias primas nas colônias, transformação na metrópole, comercialização dos produtos nas colônias e em várias partes do mundo.

Em meados do século XIX, surge o Índia Mail, segundo Fuster,

“... composto por milhares e milhares de pessoas, comerciantes, soldados, funcionários administrativos, famílias, aventureiros, missionários e turistas (...) ia da Grã-Bretanha à Índia (...) tinha um trajeto europeu e um mediterrâneo, outro setor egípcio e finalmente a navegação pelo oceano Índico”.⁷

Suíça, Itália e Egito tornam-se importantes lugares de visita, o que para Fuster é consequência da ampla estrutura de comunicações e transportes implantada pelo Império Britânico, marcando o início do turismo no século XIX.

Para Knebel, na sua abordagem sociológica com ênfase na ideologia presente na sociedade européia nos séculos XVII, XVIII e XIX,

“...do *grand tour do jovem de boa família, praticado até meados do século XVIII, motivado por objetivos de formação, passa-se às viagens com objetivo de aquisição de informações relativas à agricultura, à indústria manufatureira*

⁶ Fuster: 1991, p. 71.

⁷ Ibid., p. 75.

e ao comércio, de modo a levar para casa novas formas e modos de produção....”⁸

e, apesar da predominância de motivações profissionais e econômicas nas viagens realizadas pelos novos viajantes da segunda metade do século XVIII, os elementos de educação e distração presentes no grand tour subsistem e levam ao surgimento de novas motivações de viagens: o tour artístico cultural, dos artistas e intelectuais, e as viagens aos balneários.

2.1.3 O ressurgimento dos balneários

Depois de ter conhecido seus áureos tempos em Pompéia, Ostia e Capri, no auge do Império Romano, os balneários termais ressurgem no século XVI e passam a assumir importância marcante na evolução do turismo a partir do início do século XVIII. A nova moda de termalismo foi introduzida pelos franceses, em localidades como Spa, Bélgica, importante estação termal para o tratamento de doenças da circulação e do reumatismo, e Aix, sudoeste da França - fronteira com a Itália, onde se localiza o antigo Hôtel De Ville, do século XVI, e uma antiga ducha. No início do século XVIII, Baden-Baden era considerada a elegante cidade das águas, capital da Europa, um *must* da elite internacional “... para os franceses Baden-Baden era a estação de águas mais animada, seguida de muito longe por Spa e por Aix, durante o governo do rei da Sardenha”.⁹ E em 1826, “... Vichy, principal estação termal da Europa contemporânea, devido à reputação que já lhe era atribuída em tempos anteriores, ressurgiu como importante estação de águas”.¹⁰

Segundo Knebel, os jovens nobres foram os primeiros freqüentadores dos balneários, onde encontraram um ambiente perfeito para a satisfação dos desejos de prazer. O tratamento de saúde era uma desculpa conveniente, e os balneários tornaram-se lugares de moda, ponto de encontro da elite da época, ofereciam diversões, possibilidades de conquistas amorosas, romances temporários, jogos e cassinos, oferecendo luxo e propiciando a luxúria.

Os jogos foram responsáveis pela ampliação do círculo de freqüentadores dos balneários. Era preciso ampliar o número de visitantes quando a nobreza se retraía pelo grande volume de dívidas contraídas nos cassinos. A burguesia tem acesso aos balneários e os cassinos atraem grande número de visitantes para Baden-Baden e Wiesbaden, na Alemanha.

⁸ Knebel, 1974, p. 20.

⁹ Halphen & Doucet, 1953, p. 268.

¹⁰ Dictionaire Encyclopedic Larrousse, 1966.

2.1.4 O paisagismo e a conquista da natureza

Os ideais românticos encontram subsídios na investigação científica, que através de estudos de botânicos e naturalistas dos séculos XVII e XVIII, oferecem o conhecimento necessário à superação do medo do desconhecido e à conseqüente conquista da natureza. Surge então o alpinismo amador que, inicialmente praticado apenas pelos mais cultos e fisicamente preparados, descobre a montanha como lugar adequado ao repouso e à prática de esportes. O alpinismo introduziu a necessidade de guias locais e em 1821 se dá a fundação da associação profissional dos guias de Chamonix, França.

Nessa época começa o turismo alterodeterminado, onde as idéias e o conhecimento dos lugares, antes inacessíveis, passam a ser sistematizados e publicados para divulgar os novos destinos de viagem. O clima, a paisagem e as espécies nela inseridas passam a ter valor de venda e os guias para divulgação dos novos produtos surgem na Alemanha. Em 1827, Baedeker, filho de um editor de Essen, publica o primeiro volume do guia *Führer durch das Rheinlande*, entre 1897 e 1906, são publicados vários guias de viagens, em alemão, inglês e francês, pelas editoras Baedeker e Meyer, ambas da Alemanha, sobre vários países da Europa Central e do Sul, e também da América do Norte, Canadá, Rússia, Constantinopla, entre outros países e regiões do mundo.¹¹

A Suíça, cujas *horríveis montanhas* eram antes rotineiramente evitadas, pelos viajantes da Europa Central e do Norte em direção à Itália, torna-se local de moda com a valorização do paisagismo no século XVIII e, já nas primeiras décadas do século XIX, contava com hotéis que se diferenciavam das antigas pousadas e alojamentos.

Com extraordinária paisagem de montanhas e lagos, a Suíça torna-se o local ideal para o repouso. Genebra recebe, aproximadamente, 50.000 estrangeiros em 1828, e na segunda metade do século XIX, com a forte atuação dos *clubes alpinos* e a introdução do teleférico para subida ao Monte Pilatos, situado a 2.120 m de altitude, a prática de esportes e excursões de curta duração supera os limites do físico humano.

Em 1857 foi fundado o primeiro clube turístico alpino, em Londres; logo a seguir, no período de 1862 a 1869, são fundados clubes alpinos na Itália, Suíça, Áustria e Alemanha. O positivismo de Auguste Comte (1798-1857), estabelecendo seus fundamentos na ciência

¹¹ Knebel, p.32.

e na organização técnica e industrial da sociedade, propagava: o amor por princípio, a ordem por base, o progresso por objetivo.

A assembléia de fundação do clube alpino austríaco em 1862, conforme Knebel, assinalava como objetivo da associação “... o conhecimento dos Alpes com especial atenção aos Alpes austríacos, fomentar o amor pelos Alpes e facilitar seu acesso”.¹²

Em 1863, o clube alpino austríaco trabalhou na ordenação turística de Salzburg e em 1864 apareceram as primeiras comunicações da sociedade. Em 1865 surge o primeiro anuário e em 1868 foi construído o primeiro abrigo. Em 1873, os clubes alpinos de Viena e Munique se uniram, formando o Clube Alpino Germano-Austríaco e tiveram, desde então, um papel importante na condução dos rumos do turismo.

Mas, a conquista da natureza não se limitou ao continente europeu. A Coroa Britânica patrocinou várias expedições de cientistas naturalistas, cujos relatos ofereceram bases substanciais para a postura a ser adotada, desde então, frente ao novo mundo natural e às novas culturas.

Charles Darwin, que visitou o Arquipélago para a construção da teoria da evolução das espécies, sobre a expedição do Beagle (1832) à Terra do Fogo assim se expressa “... a minha coleção de aves e quadrúpedes deste lugar começa a ficar muito completa. Por umas poucas moedas mobilizei todos os rapazes do povoado e raro é o dia que não me trazem alguma criatura interessante”.¹³ Com referência às suas primeiras incursões em terras australianas, logo após o Beagle ancorar em Port Jackson, Darwin relatou haver encontrado em uma fazenda “... charmosas e elegantes moças australianas, deliciosamente parecidas com as inglesas”. Sobre as regiões de Hobart e King’s George Sound, após a experiência do contato com os aborígenes e observação da natureza, Darwin mostra-se inquieto quanto ao futuro daquele povo e lugar em decorrência da postura adotada pelos colonizadores, e registra que “... nos lugares onde o europeu já pisou, a morte parece perseguir o aborígine”.¹⁴

2.1.5 O turismo fomentado sócio-politicamente

¹² *Ibidi*, p. 37.

¹³ Guix et alli. *A Grande Aventura de Cousteau*, 1997, v. 5, p. 28.

¹⁴ Guix, *op. cit.*, v. 9, p. 30.

Knebel define o turismo social como o turismo fomentado socio-politicamente e identifica o seu surgimento na iniciativa dos grupos denominados *Amigos da Natureza*.¹⁵ Formados, a partir de 1895, por profissionais liberais, estudantes, professores e operários de ideologia marxista que viam no lazer conjunto, através do turismo, uma forma de transmitir conceitos e fortalecer o vínculo entre os membros.

O turismo social também foi fomentado durante o regime fascista na Itália, através da organização *Dopolavoro* (Depois do Trabalho), e no nazista, na Alemanha, através da organização *Kraft durch Freude* (Força através da Alegria). Atualmente o turismo social, embora não seja muito difundido, é identificado pela maioria dos autores como turismo subvencionado pelos governos, empresas, associações de classe e sindicatos. Seus princípios ideológicos estão presentes nas modernas viagens do tipo *Incentive Tour*, patrocinadas aos funcionários pelas grandes empresas, como estímulo ao trabalho.

2.1.6 O surgimento do turismo organizado

Na Inglaterra, em 1841, Thomas Cook, levado pela sua vocação de missionário, transportou 570 pessoas, para um congresso sobre antialcoolismo, em trem especial, de Leicester para Longborough, na forma de um *tour* organizado. Thomas Cook é considerado o pai do turismo moderno e com o fretamento do trem introduziu a base para o *boom turístico* do século XX, desencadeado na década de 1960 com a proliferação dos *Inclusive Tours Charters*, quando o número de chegadas de turistas internacionais cresceu em média 7,75 % ao ano, conforme dados apresentados no Quadro 1. Quando Cook morreu, em 1892, sua agência tinha filiais em quase todas as grandes cidades da Europa, América do Norte, Oriente Médio, Sul da Ásia e Austrália.

Thomas Cook criou o *international railway ticket*, o *voucher* e, em 1874, com a *circular note*, que era aceita por bancos, hotéis, restaurantes e casas comerciais de várias partes do mundo, criou os precursores dos atuais *traveler's check* e cartões de crédito. Cook foi também o primeiro a negociar com as companhias ferroviárias para conseguir viagens mais baratas, o que possibilitou a pessoas de diversos níveis de renda o acesso às viagens internacionais.

¹⁵ Denominados por Knebel de Clubes Turísticos do Proletariado em contraposição aos Clubes Turísticos Alpinos que o autor identifica como Clubes Alpinos da Burguesia

2.1.7 O ressurgimento dos grandes eventos

Os jogos olímpicos modernos foram reintroduzidos em 1896, em Atenas, por sugestão do professor Pierre de Frey, da Sorbonne, barão de Coubertin. Na antiga Grécia, segundo relato de vários historiadores, existiam empresas especiais para o transporte e acomodação das pessoas que viajavam entre as diversas localidades gregas motivadas por eventos religiosos, culturais e esportivos, como teatros em Atenas, jogos religiosos e consultas ao Oráculo, em Delfos, e jogos olímpicos em Olímpia. E, de acordo com Franco Júnior, esses eventos gregos tinham como motivação intrínseca a religião,

“... são famosos os festivais pan-helênicos, que eram realizados em honra a um Deus, constando de competições entre poetas e atletas de toda a Grécia. O mais importante deles eram os Jogos Olímpicos, realizados em Olímpia de quatro em quatro anos, tendo sido inaugurados em 776 a.C. Havia ainda os Jogos Píticos, que se davam em Delfos, realizando-se em honra a Apolo; os Jogos Ístmicos, acontecidos em Corinto, de dois em dois anos, homenageando Poseidon; e os Jogos da Niméia, que eram realizados de dois em dois anos em honra a Zeus...”¹⁶

A partir de 1904, quando foram realizados os Jogos Olímpicos de St. Louis, EUA, as Olimpíadas passaram a se realizar de quatro em quatro anos, sofrendo interrupção apenas durante o período de realização das duas guerras mundiais. Atualmente eventos como as Olimpíadas, Copas do Mundo, Grandes Prêmios de Fórmula 1 e outros congêneres, exercem grande importância no movimento turístico mundial, mobilizam pesados investimentos em publicidade e arrecadam bilhões de dólares na venda de produtos associados.

2.1.8 A riviera francesa

Nos séculos XVIII e XIX, época de consagração da Riviera Francesa como destino de diversão e descanso da elite, eram freqüentados tanto os balneários termais como os marítimos. A Riviera era o lugar ideal para fugir do rigor do inverno das regiões situadas na Europa Central e do Norte. Ao contrário do que hoje predomina, a alta estação se dava nos meses de dezembro a fevereiro e no verão os estabelecimentos permaneciam fechados.

¹⁶ Franco Júnior, H. 1972, p. 87, 88.

Os valores do determinismo biológico, que regiam a sociedade no século XIX, estabeleciam que ser bronzeado pelo sol era coisa que não combinava com a aristocracia, pois assim o eram os que trabalhavam a terra. Nessa época a Riviera Francesa floresceu como um verdadeiro *resort* de inverno.

“O chique era ser branco como um prato de papa”¹⁷ afinal, assim postulava a ideologia científica do racismo, onde parte da sua argumentação mais entusiasta pode ser sentida no seguinte trecho de um artigo sobre as raças humanas, escrito pelo renomado naturalista suíço Louis Agassiz, em 1850:

“(...) parece-nos uma paródia filantrópica e filosófica afirmar que todas as raças possuem as mesmas capacidades, gozam dos mesmos poderes e mostram as mesmas disposições naturais, e que, como resultado dessa suposta igualdade, têm direito a ocupar a mesma posição na sociedade humana. Neste caso a história fala por si mesma O compacto continente africano exhibe uma população que tem estado em constante contato com a raça branca, que gozou do benefício do exemplo da civilização egípcia, da civilização fenícia, da civilização romana, da civilização árabe e, no entanto, nesse continente jamais existiu uma sociedade organizada de homens negros. Isto não indica uma peculiar apatia por parte dessa raça, uma peculiar indiferença pelas vantagens conferidas pela sociedade civilizada ?”¹⁸

David Hume, em 1766, na função de Administrador do Ministério Colonial Inglês assim se pronunciou “... inclino-me a suspeitar que os negros, e em geral todas as outras espécies de homens (pois existem quatro ou cinco delas), são naturalmente inferiores aos brancos”.¹⁹

Em 1860 foi inaugurado o cassino de Monte Carlo. Segundo Decaux, em janeiro de 1872, Monte Carlo recebeu 160.000 visitantes que geraram ingressos brutos semanais superiores a 2 milhões de francos. Nessa época, Mônaco tinha 433 apartamentos mobiliados, 35 hotéis e 116 vilas.²⁰ Era o período de glória do final do século XIX onde o inverno da Riviera reunia Duques russos, aristocratas ingleses, milionários americanos e ricos de toda a Europa, apogeu que se encerra com a Primeira Guerra Mundial.

¹⁷ Cambridge Professional Examinations - Practice 1 - Cambridge University Press, 1992.

¹⁸ Gould, 1991, p. 35.

¹⁹ Gould, 1991, p. 28.

²⁰ Decaux, apud Acerenza, 1995, p. .63.

2.1.9 A valorização do verão e a consagração do tempo livre

O início da década de 1920 é marcado com a valorização do verão, idéia que logo se propaga na sociedade, e transforma o Mediterrâneo no principal templo de culto ao *deus sol*. A Côte d'Azur muda de estação e entra para o rol das principais regiões de turismo do mundo. Em junho de 1936 o Governo Francês promulga as leis que estabeleceram as 40 horas semanais de trabalho e as férias remuneradas, inicialmente de 15 dias. Nesse mesmo ano foi também criada a Sub-Secretaria de Estado para o Lazer, na França.

Após a Primeira Guerra Mundial, os veículos automotores foram adaptados para o transporte de passageiros, ampliando decisivamente as opções de viagens. Os ingleses passaram a realizar excursões rodoviárias que incluíam visitas aos campos de batalha na França, viagens à Côte D'Azur e à Espanha, que depois se ampliaram por toda Europa. Em 1924 as excursões rodoviárias chegaram ao Norte da África e em 1935 foi realizada a primeira excursão em ônibus para Leningrado e Moscou. O transporte aéreo de passageiros também se desenvolveu e em 1919 a agência Cook já organizava *tours* aéreos sobre Londres.

A Segunda Guerra Mundial paralisou totalmente o turismo, que só voltou a crescer cinco anos após o fim da guerra. Os avanços tecnológicos alcançados durante a guerra, logo incorporados pela indústria, propiciaram o aprimoramento dos transportes, das comunicações e também, entre outras coisas, das roupas para enfrentar temperaturas extremas, ampliando o mercado das viagens e do lazer ao ar livre.

A indústria automobilística incrementa fortemente a produção de automóveis, dinamizando o turismo entre os países europeus, principalmente na Côte d'Azur. O camping se aprimora com novos equipamentos e adeptos, e em 1958, cerca de 1,8 milhão de pessoas acamparam na Riviera Francesa.²¹

Três “S” ditam os rumos do turismo *Sun, Sea and Sand*. Os hoteleiros confirmam que o verão é mais rentável que o inverno e se instalam por toda bacia do Mediterrâneo. Acapulco se transforma no paraíso americano complementado pelas pérolas do mar do Caribe. O Rio de Janeiro dá as boas vindas ao turismo no litoral brasileiro.

21 Cambridge Professional Examinations - Practice 1 - Cambridge University Press, 1992.

O fenômeno sócio-cultural do turismo, desencadeado a partir do estabelecimento do direito às férias remuneradas para todos os trabalhadores, teve origem em vários fatores como as reivindicações da classe trabalhadora; o progresso da técnica, que não só aumentou a rentabilidade da produção como criou stress nos trabalhadores, gerando a necessidade de maiores períodos de descanso de modo a assegurar as condições de produção; o Estado de Bem Estar Social, que possibilitou conquistas na distribuição; e o sistema econômico baseado no consumo, onde é necessário um tempo livre para que as massas consumam e o sistema se mantenha.

A publicidade, parte integrante da ideologia econômica do consumo de massa, se encarrega de produzir as necessidades individuais e segundo Marcuse os indivíduos passam a se reconhecer e encontrar suas almas em seus objetos e entram nessa fase já sendo de há muito receptáculos preconditionados. A diferença decisiva está no aplanamento do contraste entre as necessidades dadas e as possíveis, entre as satisfeitas e as insatisfeitas.

“... aí, a chamada igualação das distinções de classe revela sua função ideológica. Se o trabalhador e seu patrão assistem ao mesmo programa de televisão e visitam os mesmos pontos pitorescos (...) se todos lêem o mesmo jornal, essa assimilação não indica o desaparecimento de classes, mas a extensão com que as necessidades e satisfações que servem à preservação do Estabelecimento é compartilhada pela população subjacente”.²²

2.1.10 O direito universal ao lazer e ao turismo

Na segunda metade do Século XX o lazer passou a ser considerado direito essencial ao ser humano, integrante dos Princípios Básicos da declaração Universal dos Direitos do Homem “... *todo homem tem direito ao descanso e ao lazer, incluindo limitações justas de suas horas de trabalho e férias periódicas remuneradas...*”²³ e o turismo se consolidou como atividade de lazer e como atividade econômica, com crescimento médio anual em torno de 5%, durante a maioria dos anos desta segunda metade do século XX.

2.1.11 A criação da Organização Mundial do Turismo - OMT

²² Marcuse, 1982, p. 29.

²³ Nações Unidas, 1948

A Organização Mundial do Turismo – OMT tem sua origem ligada à União Internacional de Associações Oficiais de Propaganda, fundada em Haia, Holanda, 1925, a qual foi transformada, dois anos depois, em União Internacional dos Órgãos Oficiais de Turismo - IUOTO. Em 1974, a IUOTO foi oficialmente transformada em Organização Mundial do Turismo - OMT, vinculada ao Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas – PNUD, com o objetivo de promover e desenvolver o turismo, para contribuir à expansão econômica, à compreensão internacional, à paz, à prosperidade, ao respeito universal e à observância dos direitos e das liberdades humanas fundamentais, sem distinção de raça, sexo, língua e religião.²⁴

Em 1980, através da Declaração de Manila, a OMT considera o turismo como atividade essencial para a vida das nações devido aos seus diretos efeitos nos setores sociais, culturais, educacionais, e econômicos das sociedades e enfatiza o direito da população ao acesso ao descanso criativo e às férias.

²⁴ Fuster, 1974, v. II, p. 551.

2.1.12 O crescimento do turismo na segunda metade do século XX

As condições dadas pelo restabelecimento da paz mundial, prosperidade econômica, alto grau de desenvolvimento tecnológico, com o conseqüente aprimoramento dos transportes, das comunicações e das condições de salubridade, e pela consagração do tempo livre e do lazer como direitos inerentes ao ser humano, colocaram o turismo entre as principais atividades econômicas geradoras do Produto Mundial.

O número de chegadas de turistas internacionais passou de 25 milhões de chegadas internacionais em 1950 para 69 milhões em 1960, apresentando crescimento de 174% no período. A taxa anual de crescimento das chegadas internacionais²⁵ foi de 9,3% na década de 1960 e começa a era da *indústria do turismo*, marcada pelo início dos grandes investimentos na Europa do Sul e em regiões da Ásia, da África e das Américas. Em 1945, Acapulco era uma pequena aldeia de apenas 3.000 habitantes e um hotel, e na década de 1960 se tornou o principal destino do Pacífico.

Calviá, importante município turístico das Ilhas Baleares e um dos destinos mais visitados do Mediterrâneo, passou de 3.000 habitantes e 6.800 leitos distribuídos em 112 meios de hospedagem em 1960, para 35.000 habitantes recenseados, e 50.000 de fato, e 120.000 leitos distribuídos em 256 estabelecimentos, em 1997.²⁶

No Quadro 1, evidencia-se a evolução anual do crescimento do turismo no mundo, a partir de 1960, segundo o número de chegadas internacionais, e os principais fatos que marcaram a sociedade contemporânea e tiveram reflexo no desempenho do turismo mundial nos últimos 40 anos.

25 Segundo a Comissão de Estatística da OMT, o movimento turístico internacional é computado pelo número de chegadas internacionais, pois um turista pode visitar vários países numa mesma viagem.

26 Calviá – Agenda Local, p.13,14.

QUADRO 1 – EVOLUÇÃO DA CHEGADA DE TURISTAS INTERNACIONAIS NO MUNDO

E PRINCIPAIS FATOS ASSOCIADOS

Ano	Turistas (Milhares)	Variação Anual (%)	Taxa Geométrica de Crescimento (%)	Principais Fatos Associados
1950	25.282	-	-	-
1960	69.320	174,19*	9,37	Reconstrução da Europa; crescimento econômico; avanço tecnológico nos transportes, comunicações e nos serviços de saúde; aumento do tempo livre e valorização do lazer;
1961	75.323	8,66		
1962	81.381	8,04		
1963	90.071	10,68		
1964	104.601	16,13		
1965	112.863	7,90		
1966	119.980	6,31		
1967	129.782	8,17		
1968	131.201	1,09	7,20	O movimento Maio de 68 mobiliza estudantes e operários franceses e se expande por vários países do ocidente; A Guerra do Vietnã derruba a cotação do dólar norte-americano que passa a ser recusado em vários estabelecimentos comerciais e turísticos da Europa; Em 1973, a OPEP embarga o fornecimento de petróleo, provocando recessão nos Estados Unidos e na Europa e abalando a economia mundial; Ano Santo em Roma (1975) com entrada gratuita para turistas e peregrinos nos museus do Estado Italiano.
1969	143.511	9,38		
1970	165.787	15,52		
1971	178.853	7,88		
1972	189.129	5,75		
1973	198.906	5,17		
1974	205.667	3,40		
1975	222.290	8,08		
1976	228.873	2,96		
1977	249.264	8,91	3,94	Em 1982, turbações no Caribe provocadas por fugitivos cubanos em direção à Miami e o acirramento dos conflitos entre israelenses e libaneses concorrem para o registro do único crescimento negativo da demanda turística internacional; Em 1985, Mikhail Gorbatchov assume o poder na URSS e deixa o mundo perplexo com as perspectivas de reestruturação; em 1986, os bombardeios à Líbia pelos Estados Unidos e o acidente nuclear em Chernobyl, abalam sensivelmente o fluxo turístico na Europa, sobretudo no Mediterrâneo, principal região de turismo do mundo.
1978	267.076	7,15		
1979	283.089	6,00		
1980	286.249	1,12		
1981	288.616	0,83		
1982	288.586	-0,01		
1983	291.854	1,13		
1984	319.052	9,32		
1985	327.200	2,55		
1986	340.549	4,08		
1987	366.858	7,73		
1988	401.710	9,50	5,24	Fim da União Soviética e do regime comunista no leste europeu (1989), aumentando o fluxo em países como Hungria, Polônia, República Tcheca e Federação Russa; abalo do movimento turístico no Mediterrâneo em decorrência da Guerra do Golfo (1991); Acirramento do conflito na Bósnia-Herzegovina abalando mais uma vez o turismo no Mediterrâneo (1993); Crescimento econômico da região do Pacífico Asiático e aumento da participação do Japão, China, Taiwan, Hong Kong, Cingapura e Coréia como mercados emissores intercontinentais.
1989	430.933	7,27		
1990	457.300	6,12		
1991	465.844	1,87		
1992	503.258	8,03		
1993	517.607	2,85		
1994	545.878	5,46		
1995	565.500	3,59	4,83	Crise financeira abala o Pacífico Asiático e se propaga rapidamente para outros mercados (1997); Em 1999, com início da recuperação da economia asiática e perspectiva de paz no Oriente Médio o turismo mundial apresenta novamente tendência de crescimento.
1996	594.827	5,19		
1997	618.300	3,95		
1998	635.700	2,81		
1999	682.900	7,42		

Fonte dos dados estatísticos: Estatísticas de Chegadas de Turistas: OMT - Publicações diversas.

2.2 A emergência do paradigma ambiental e sua implicação no turismo

Em 1972 a Conferência Mundial das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, realizada em Estocolmo, alertou para o mundo os perigos da degradação ambiental e da exaustão dos recursos naturais. Desde então, os princípios embrionários do desenvolvimento sustentável, expressos nos termos uma sadia qualidade de vida, para esta e para as futuras gerações, contidos na Declaração de Estocolmo, passaram a assumir lugar de destaque nos debates técnicos, científicos e ideológicos contemporâneos.

Cientistas e ambientalistas de diversas áreas de atuação uniram-se no objetivo comum de busca de normas e parâmetros técnicos para a defesa do meio ambiente que começou, paralelamente, a assumir status de bem público e a adquirir valor de ativo econômico, dando origem ao surgimento e evolução de vários modelos de análise econômica e ambiental: economia do bem-estar, economia ecológica, avaliação social de projetos e análise custos benefícios; análise custo-efetividade, matrizes econômico-ecológicas além de vários modelos multicritérios.²⁷

Várias organizações internacionais, a partir da Declaração de Estocolmo, buscaram definir conceitos para um novo processo de desenvolvimento, que incorporasse uma nova ética social e ambiental à produção econômica. E o conceito desenvolvimento sustentável surge inicialmente, no documento Estratégia de Conservação Mundial da União Internacional para a Conservação da Natureza - UICN em 1980, nos seguintes termos:

“... desenvolvimento sustentável implica usar os recursos renováveis naturais de maneira a não degradá-los ou eliminá-los, ou diminuir sua utilidade para as gerações futuras, implica usar os recursos minerais não renováveis de maneira tal que não necessariamente se destrua o acesso a eles pelas gerações futuras”.

O documento recebe o apoio do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente – PNUMA, que apresenta os princípios e conteúdos do desenvolvimento sustentável como:

- a) ajuda para os muito pobres, porque eles não têm opção a não ser destruir o meio ambiente;
- b) a idéia do desenvolvimento auto-sustentado, dentro dos limites dos recursos naturais;

²⁷ Lamartine, 1994, p. 8.

- c) a idéia de desenvolvimento com custo real, usando critérios econômicos não tradicionais;
- d) a noção de necessidade de iniciativa centrada nas pessoas.

Em 1986, a Conferência de Ottawa, patrocinada pela UICN, PNUMA e pelo Worldwide Fund for Nature - WWF, estabelece que o desenvolvimento sustentável busca responder a cinco requisitos:

- a) integração da conservação e do desenvolvimento;
- b) satisfação das necessidades básicas humanas;
- c) alcance de equidade e justiça social;
- d) provisão de autodeterminação social e da diversidade cultural;
- e) manutenção da integração ecológica.

Por fim, a partir de 1987, populariza-se a definição contida no relatório Nosso Futuro Comum, elaborado pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente das Nações Unidas, no qual “...desenvolvimento sustentável é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer as possibilidades de as futuras atenderem a suas próprias necessidades”²⁸.

Segundo aquela Comissão, o desenvolvimento sustentável inclui dois conceitos chaves, o da equidade social, onde “... os pobres do mundo devem ser satisfeitos nas suas necessidades essenciais, que devem receber a máxima prioridade ...”²⁹ e o da finitude dos recursos naturais, o que implica em pensar o desenvolvimento dentro dos limites que a natureza suporta ou, segundo os termos do Relatório, “... a noção das limitações que o estágio da tecnologia e da organização social impõe ao meio ambiente, impedindo-o de atender às necessidades presentes e futuras”³⁰.

No Brasil, a partir da Constituição de 1988, o meio ambiente adequado à saúde e bem-estar de todos os homens passou a integrar os direitos coletivos fundamentais e se tornou bem de interesse público:

“Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder

28 Comissão Mundial sobre Meio Ambiente das Nações Unidas, 1991, p. 46.

29 Ibid.

30 Ibid.

Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”. (Art. 225 da Constituição Brasileira)

Em economia, um bem público apresenta características específicas, como a não-rivalidade na utilização ou consumo por parte dos diversos usuários, como o ar, por exemplo, e a não-exclusividade. Para Bellia, um bem possui um valor que expressa uma relação arbitrada pelos seres humanos, quanto à utilidade, disponibilidade ou escassez, incorporação de tempo de trabalho para a sua produção ou, simplesmente, quanto à satisfação do bem estar social ou individual.³¹

Tanto na norma jurídica quanto na conceituação econômica, o bem público associa-se ao uso comum e à coletividade. Cabendo, portanto, ao Estado, inclusive por determinação constitucional, o dever de fazer cumprir e garantir a preservação ambiental, o que implica na implantação de serviços específicos de fiscalização e manejo, gerando assim a necessidade de aporte de recursos financeiros, os quais passam a ser cobertos pelos exploradores econômicos do meio ambiente, principalmente da indústria e da agricultura, através de tributos específicos que incidem sobre a produção e também nos preços cobrados aos consumidores desses produtos, através da inclusão de impostos indiretos.

2.2.1 A conceituação do turismo

A primeira conceituação acadêmica do turismo é atribuída a Schullern zu Schattenhofen, economista austríaco que, em 1911, escreve no estudo Turismo e Economia Nacional, “...turismo é o conceito que compreende todos os processos, especialmente os econômicos, que se manifestam na afluência, na permanência e regresso do turista para dentro, dentro e para fora de um determinado município, país ou estado”³². A tradução aqui colocada, interpreta o texto de Fuster, que por sua vez já é uma tradução, porém adotou-se aqui a forma redundante, por ser Fuster um autor muito detalhista e por serem extremamente importantes os elementos dessa definição articulados nas expressões para dentro, dentro e para fora, correspondentes às preposições *hacia*, *en y fuera* do texto citado por Fuster³³.

31 Bellia, 1996, p. 210.

32 Fuster, 1974, v. I, p. 27.

33 “Turismo es el concepto que comprende todos los procesos, especialmente los económicos, que se manifiestan en la afluencia, permanencia y regreso del turista, hacia, en y fuera de un determinado municipio, país o estado.” In Fuster, L.F. Teoría y Técnica del Turismo, v.1, p.27.

A definição de Schattenhofen, por razões óbvias de sua profissão, coloca a ênfase nos aspectos econômicos, porém já àquele tempo, refere-se a um conjunto de processos que se manifestam na afluência, na permanência e no regresso do turista, além de referir-se a turismo interno e turismo internacional.

Vários outros estudos e conceitos surgiram após a publicação da obra de Schullern zu Schattenhofen, dos quais Fuster dá especial destaque, às definições formuladas pela chamada *escola berlinense*, a partir de 1929, tendo como seus mais proeminentes autores Glücksmann, Schwink, Borman, Stradner e Morgenroth, porém nenhuma delas tinha a abrangência sistêmica contida no conceito formulado por Schattenhofen.

Em 1942, na Suíça, os pesquisadores Hunziker e Krapf, retomam a definição formulada por Schattenhofen, excluem as viagens de negócios do conceito de turismo, que tinham merecido lugar de destaque nos debates da *escola berlinense*, e definem o turismo como “...o conjunto das relações e fenômenos produzidos pelo deslocamento e permanência de pessoas fora de seu local de domicílio, sempre que tais deslocamentos e permanência não estejam motivados por uma atividade lucrativa”. Definição esta que ainda é aceita no meio acadêmico atual por excluir do conceito de turismo as viagens e permanências motivadas por atividade lucrativa, o que tanto foge à abrangência do lazer, na qual se insere a essência da viagem turística, como se contrapõe a um dos princípios básicos da economia do turismo que é o da distribuição de renda, onde está implícito que o turista gasta no local visitado o dinheiro ganho em outro local.

A OMT, por razões de padronização das estatísticas internacionais do turismo, adota desde 1993 a seguinte definição:

“O turismo compreende as atividades realizadas pelas pessoas durante suas viagens e permanência em lugares distintos do seu entorno habitual, por um período de tempo consecutivo inferior a um ano, com objetivo de ócio, por negócios e outros motivos”.³⁴

O turismo também é classificado de acordo com as diversas formas que assume na sociedade. No âmbito desta dissertação têm relevância os conceitos relativos a turismo de massa, turismo seletivo, turismo alternativo e turismo ecológico ou ecoturismo.

³⁴ OMT, 1993, p.3.

O turismo de massa se caracteriza pelo grande número de pessoas que o realizam, pela utilização de serviços padronizados, ofertados em larga escala e prática de atividades coletivas, a exemplo dos programas do tipo tudo incluído e dos grandes cruzeiros marítimos transatlânticos. Surgiu diretamente relacionado ao crescimento econômico, ao desenvolvimento tecnológico experimentado pela sociedade industrial e à conquista do direito às férias remuneradas. O que possibilitou a incorporação de novas camadas sociais ao consumo de bens e serviços, inclusive de turismo, até então um privilégio de pequena parte da população.

A sua organização se dá geralmente através de operadoras turísticas, cadeias hoteleiras, fretamento de meios de transportes coletivos avião, ônibus ou trem. Mesmo a pessoa viajando de forma independente e individual para um lugar caracterizado como de turismo de massa, está fazendo turismo de massa. Nesse sentido o conceito engloba também o perfil do núcleo receptor.

A denominação turismo seletivo foi inicialmente utilizada para identificar o turismo praticado por pessoas de maiores rendas, porém com o decorrer do tempo passou a identificar também o turismo praticado por pequenos grupos, pertencentes a diversas camadas sociais, em locais de pouca afluência turística.

A partir da segunda metade da década de 1970, passou-se a denominar turismo alternativo a todo um grupo de tipos de turismo, que se processam com respeito ao meio ambiente físico e aos valores sociais e culturais do núcleo receptor. Surgiu como contra-movimento ao turismo de massa que, a partir da introdução de países subdesenvolvidos, especialmente da Ásia e da América Latina, no cenário turístico mundial passou a demonstrar mais impactos negativos do que positivos, inclusive em termos econômicos.

As pessoas que praticam o turismo alternativo desejam manter um contato mais próximo com a natureza e com a comunidade receptora, conhecer seus valores, estilos de vida, culturas e modos de produção distintos dos seus, o que pela própria estrutura do turismo de massas não é possível, sem entretanto destruir o meio ambiente, invadir, ou desrespeitar os visitados, imagem associada ao turismo de massa. Impactos negativos que foram tão bem apresentados por Krippendorf no livro *die Landschaftsfresser* (1975), Christian Adler no livro *Achtung Touristen* (1980) e Ueli Mäder em *vom Kolonialismus zum Tourismus, von der Freiheit zur Freizeit* (1978).

2.2.2 O turismo ecológico

O turismo ecológico, também denominado de ecoturismo e visto por alguns autores como uma forma de turismo alternativo, inclui cuidados especiais com a conservação do meio ambiente, tanto por parte da organização e gestão da oferta, como por parte dos turistas que o praticam. Mais que uma forma de turismo baseado em atrativos naturais, tanto na conceituação acadêmica, quanto na conceituação técnico-gerencial atualmente adotada no mundo e no Brasil, o ecoturismo é visto como um veículo potencial de conservação ambiental, valorização cultural e desenvolvimento sócio-econômico em consonância com os princípios básicos do desenvolvimento sustentável preceituados na Declaração de Ottawa:

“... um segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações envolvidas”.³⁵

2.3 O debate contemporâneo sobre turismo, globalização e sustentabilidade

Alguns autores, Matthews, 1977; Levitt e Gulati, 1970; Lewis, 1972; Bryden, 1973; Mäder, 1987, vêem o turismo como uma nova forma de colonialismo, o que apesar de ser uma abordagem essencialmente negativa do fenômeno turístico e seus efeitos, encontra subsídios no fato do movimento de cidadãos metropolitanos de economias desenvolvidas da Europa e da América do Norte para sociedades do mundo menos desenvolvido, ter uma longa história. Segundo esses autores o crescimento do turismo nessas destinações tem sido apenas uma mudança de forma e magnitude das viagens, sem alteração nos aspectos do colonialismo.

Alister Mathieson e Geoffrey Wall, embora considerem radical a perspectiva de associação do turismo de massa internacional nos países sub-desenvolvidos a um neo-colonialismo, relacionam três condições econômicas que evidenciam essa caracterização:

“a) muitos países tentando impulsionar os ganhos em divisas estrangeiras, voltaram-se para o turismo como meio de alcançar essa meta. O sucesso deles depende, em parte, na sua prontidão em atender completamente as necessidades dos turistas. As Índias Ocidentais, por exemplo, renunciaram a impostos e restrições à importação, desenvolveram infra-estrutura adequadas e

³⁵ Embratur/Ibama, 1994, p.19.

relaxaram a defesa ambiental com o intento de estimular o desenvolvimento da indústria do turismo. Em outras palavras, suas prioridades políticas, econômicas e de organização foram dirigidas para a satisfação das demandas dos turistas.

b) o desenvolvimento do turismo pode ser acompanhado por um caminho de direção única de transferência da riqueza gerada pelo turismo da área receptora para os pontos geradores de turistas. Uma grande proporção de gastos e lucros escoam de volta para os investidores estrangeiros. Altos vazamentos podem deixar pequenos lucros na área receptora. Grande parte dos produtos e serviços consumidos pelo turista são produzidos nos locais de origem dos turistas e, portanto, a maior parte dos lucros é transferida para esses pontos.

c) o emprego de não-nativos em posições profissionais e administrativas e a freqüente existência de estrangeiro, empregadores ausentes, têm também motivado a caracterização de neo-colonialismo. Esses aspectos também contribuem para o alto escoamento através da remessa de salários e lucros para os países geradores de turistas”.³⁶

A globalização pode ser definida como o processo de interdependência econômica e política da comunidade internacional, que tem forte ligação com a revolução da tecnologia das comunicações, o sistema de Estados-Nação e a ordem militar mundial.³⁷

O que caracteriza o atual processo de globalização e o diferencia de qualquer semelhança anteriormente ocorrida, é a globalização do setor financeiro, a grande velocidade com que vem ocorrendo a unificação do mercado, a automação e informatização aplicada à produção em todas as áreas da atividade humana e o alto nível de tecnologia aplicado aos transportes e às comunicações (satélite/televisão/fax/internet) o que torna possível não só a superação de distâncias geográficas como também, e principalmente, o compartilhamento da informação e do conhecimento em escala mundial em questão de segundos.

O aparecimento dos blocos regionais e sub-regionais, Comunidade Econômica Européia - CEE, North America Free Trade Agreement - NAFTA, Mercado Comum do Sul - MERCOSUL, refletem e aceleram a integração da economia, as fronteiras políticas perdem seu significado, os acordos comerciais diminuem impostos.

Bens, serviços e pessoas circulam em quantidade e velocidades nunca vistas. A OMT estima que, em 1997, 618 milhões de turistas realizaram viagens internacionais em todo o mundo, gerando ingressos de divisa da ordem de US\$ 444 bilhões para os países

36 Mathieson & Wall, 1996, p.147, 148.

37 Speyby, 1996, apud Frank Go, 1996.

receptores.³⁸ A Comunidade Européia, mais uma vez na história, parte na dianteira, desta feita para unificar os passaportes e as moedas nos países membros.

Segundo Naisbitt (1994), o turismo é o segundo setor globalizado do mundo, depois dos serviços financeiros. Por outro lado, as estimativas do World Travel & Tourism Council – WTTC colocaram a indústria de viagens e turismo como a maior geradora de empregos em escala mundial. Segundo aquela organização, em 1994, 1 em cada 9 empregos foram gerados por viagens e turismo, totalizando 204 milhões de empregos diretos e indiretos.

Porém, considerados os primeiros 10 países do *ranking* mundial do turismo em 1997, que juntos absorveram 52% do volume mundial de movimentos turísticos e 54% das divisas geradas pela atividade, 08 desses países integram os grandes blocos econômicos regionais. Em termos de número de turistas recebidos, França, Estados Unidos, Espanha, Itália, Reino Unido, México e Canadá. Quanto aos ingressos de divisas, destacam-se soberanos os Estados Unidos com mais de \$EEUU 75 bilhões, mais que o dobro do valor alcançado pela Itália, segundo colocado, \$EEUU 30 bilhões, seguidos por França, Espanha, Reino Unido, Alemanha, Áustria e Hong Kong, atual China -Região Administrativa Especial de Hong Kong, conforme apresentado no Quadro 2.

Para a Europa, principal região de turismo do mundo, as estimativas da OMT indicam que as chegadas de turistas intercontinentais, no ano 2010, representarão apenas 12,9% do total de turistas internacionais a se movimentarem no continente europeu naquele ano. E os principais fluxos de viagens intercontinentais, no ano 2010, continuarão ocorrendo no Atlântico Norte, entre a Europa e o continente Americano. Indicando a manutenção da atual concentração com que se processa o turismo.

QUADRO 2 - OS DEZ PRIMEIROS DESTINOS TURÍSTICOS MUNDIAIS EM 1997

Chegadas de Turistas Internacionais		Ingressos de Divisas	
País	Turistas (Milhares)	País	\$EEUU (Milhões)
França	66.800	Estados Unidos	75.056
Estados Unidos	49.038	Itália	30.000
Espanha	43.403	França	27.947
Itália	34.087	Espanha	27.190

Reino Unido	25.960	Reino Unido	20.569
China	23.770	Alemanha	16.418
Polônia	19.514	Áustria	12.393
México	18.667	China	12.074
Canadá	17.610	Austrália	9.324
República Checa	17.400	China, R.A.E.H.K.	9.242
Total 1-10	316.249	Total 1-10	240.213
Total Mundial	618.300	Total Mundial	443.770

Fonte das Estatísticas: OMT. Datos Essenciales, 1997.

O aspecto mais importante na discussão sobre o processo de globalização e turismo é exatamente o grande desafio e o importante papel que o turismo pode vir a desempenhar na solução de questões cruciais que emergem do atual processo de globalização:

- a) aldeia global x identidade cultural;
- b) rentabilidade do capital x conservação ambiental;
- c) desemprego estrutural x distribuição de renda.

Graças às novas técnicas de difusão da informação, é cada vez maior o número de pessoas que não desejam participar como consumidores, inclusive como turistas, de projetos politicamente incorretos, que sejam socialmente injustos, ou ecologicamente irresponsáveis. Se, por um lado, a atual tecnologia das telecomunicações possibilita a difusão em nível mundial de informação e imagem em questões de segundos, fazendo com que proliferem novos destinos turísticos, essa mesma tecnologia provoca rapidamente queda de demanda para qualquer destinação turística ao difundir imagens de violência urbana, epidemias e desastres ecológicos.

Em 1996, no Congresso Mundial Contra a Exploração Sexual Comercial de Crianças, realizado em Estocolmo, foi proposta pela OMT a criação de um Grupo de Ação sobre Turismo e Prostituição Infantil, a ser integrado inicialmente pela França, Alemanha, Suécia, Brasil, Quênia e Tailândia, com a participação do Fundo das Nações Unidas para a Infância - UNICEF, da Organização Mundial de Saúde – OMS e várias organizações não governamentais.

Se no âmbito da sociedade encontra-se o aspecto social e ético, no âmbito do turismo, também social, tem-se a escolha da destinação motivada pela aquisição de status. A imagem de quem vai para destinos tradicionais do turismo sexual, já há alguns anos está muito baixa, e as conseqüências não tardam a aparecer, aumento dos problemas sociais nas áreas receptoras e queda do desempenho econômico do turismo.

Em 1972, Jost Krippendorf concebeu os ideais balizadores para um turismo equilibrado e propôs 23 Teses Para Um Futuro Desejável publicadas no livro, de sua autoria, *Die Landschaftsfresser: Tourismus und Erholungslandschaft – Verderben oder Segen?*.³⁹

É interessante destacar que a tradução do título do livro para o português seria *Os Devoradores de Paisagem: Turismo e Paisagem Repousante – Perdição ou Benção?* Pode parecer até suave e poético, mas em alemão o verbo *fressen* é utilizado apenas para designar o ato de comer dos animais, e com ele Krippendorf inicia de forma contundente sua teoria crítica do turismo, continuada em 1984 com a publicação de *Die Ferienmenschen - Für ein neues Verständnis von Freizeit und Reisen*, no qual ele formula novas teses para um turismo mais humano.

23 Teses Para Um Futuro Desejável

Jost Krippendorf (1975)

- Rever prioridades das principais metas da política de turismo;
- Primeiro planejar, depois colocar infra-estrutura de acesso (estradas, água, energia, etc.) - proibir construções como medida transitória/provisória;
- Pensar em dimensões de maior abrangência (tempo/espaço);
- Concentrar-se em alguns pontos principais, no lugar de atender um pouquinho e mal em todos os cantos;
- Estabelecer limites que o meio ambiente suporta (ecologia, paisagem, etc.);
- Englobar a população local nas decisões;
- Pesar custo / benefício;
- Economizar terreno, construir de forma concentrada;
- Conservar e fortalecer a agricultura;
- Manter livre de construções as paisagens muito especiais : a paisagem é de todos;
- Cuidar do bosque;
- Proteger os rios e os lagos;
- Priorizar o transporte coletivo;
- Criar cidades agradáveis para se viver;
- Resolver problemas econômicos do planejamento urbano e não urbano;
- Chamar os causadores para pagar a conta;

- Fragmentar períodos da alta estação;
- Administrar melhor a oferta de leitos, no lugar de expandir a oferta;
- Promover turismo que requer pouca infra-estrutura (construções, consumo energético, etc.);
- Melhorar a arquitetura das construções de lazer e férias (uma arquitetura mais humana e compatível/integrada ao meio ambiente);
- Intensificar a pesquisa do turismo;
- Investir na formação dos responsáveis pelo turismo (em todas as profissões, a nível público e privado);
- Informar e motivar o público (para atingir o *futuro desejável*, é necessário executar, desde o início, uma política permanente e intensiva de conscientização da população local, dos turistas, dos grupos decisores e dos formadores de opinião).

Nas últimas duas décadas, diversas ONG's têm se dedicado à análise do turismo em países subdesenvolvidos, empenhando-se na conscientização dos viajantes de países geradores de fluxo e no apoio a organizações dos países subdesenvolvidos, na busca do estabelecimento de uma conscientização dos turistas, governos e empresários, de modo a atenuar ou erradicar os aspectos negativos do turismo de massa internacional, nas sociedades receptoras dos países periféricos.

Organizações como o *Arbeitskreis Tourismus und Entwicklung* (Grupo de Trabalho Turismo e Desenvolvimento) da Suíça, *Studienkreis für Tourismus* (Grupo de Estudos sobre Turismo) da Alemanha, e *Tourism Concern* (Preocupação com o Turismo) da Inglaterra, de ideologia marxista, vêm ampliando seus universos de atuação, em parceria com organizações ecumênicas, de tendência progressista, articuladas numa rede mundial, com a *Ecumenical Coalition on Third World Tourism – ECTWT* (Coligação Ecumênica sobre Turismo no Terceiro Mundo) e a *Third World Tourism Ecumenical European Net – TEN* (Rede Ecumênica Européia sobre Turismo no Terceiro Mundo).

Em 1986, a Conferência de Bad Boll⁴⁰, reuniu representantes de igrejas, especialistas em turismo, cientistas sociais, grupos de solidariedade, agências de financiamento, membros de comunidades afetadas pelo turismo, organizações não governamentais, dirigentes de órgãos oficiais e empresários do setor, visando encontrar uma forma *de Turismo Justo e Participativo no Contexto de Sociedade Sustentável*.

40 ECTWT e TEM, 1986.

A Declaração de Bad Boll, assinada em 22-03-1986, apresentada às páginas seguintes, contém recomendações que vão desde o monitoramento e a re-orientação da mídia até o envolvimento ativo da Igreja, como testemunho do Evangelho Cristão, nos problemas que contornam o turismo no “Terceiro Mundo” de modo a criar uma sociedade justa, participativa e sustentada dentro de uma Nova Ordem Econômica.

Muitas das recomendações foram seguidas durante os anos subsequentes por parte dos membros da ECTWT, os quais inclusive realizaram boicotes a destinos turísticos com política de gestão incompatível com os princípios da Declaração. Conforme recomendado no item nº 7 da Declaração de Bad Boll, uma das campanhas desenvolvidas, em nível mundial, pelos integrantes da ECTWT e da TEN em 1996, contestou a campanha de promoção do turismo lançada pelo Governo de Mianmá *VISITE MIANMÁ EM 1996*, com amplo material informativo sobre as condições sócio-políticas do país e a falta de respeito aos direitos humanos em Mianmá, com uma campanha de boicote ao intento do governo militar, denominada *NÃO VISITE MIANMÁ EM 1996*.

Declaração de Bad Boll

- **Uma Nova Ordem do Turismo dentro da nova ordem da economia internacional**, a justa sociedade sustentável participativa requer que o turismo beneficie ambos os lados - comunidades emissoras e receptoras - em termos de economia, reforma, encontro, tomada de decisão e igualdade.
- **Suporte ativo para as vítimas do turismo**, de modo a atingir uma nova ordem do turismo, aqueles que foram vítimas dos efeitos doentios do turismo devem ser ativamente assistidos por agências de desenvolvimento, governos e ONGs, em cooperação com organizações como Uniões Comerciais e Grupos de Mulheres. Principalmente, oportunidades alternativas de emprego devem ser buscadas, especialmente para as vítimas do turismo de prostituição.
- **Participação direta**, a realização da Nova Ordem do Turismo precisa ser atingida através da participação de todas as pessoas envolvidas. Turistas, assim como, comunidades receptoras, têm que participar na formatação da experiência turística, junto com governos e empresas privadas.
- **Um Pool de Experts disponível para todos**, banco de dados, especialistas, pesquisa, treinamento, sugestões práticas, manuais e pesquisadores devem ser disponíveis em estilos e linguagens apropriadas para informar e guiar a realização de uma Nova Ordem do Turismo.
- **O desenvolvimento do Turismo Alternativo**, devem ser encorajados e criados modelos concretos de turismo alternativo, apropriados para o Terceiro

Mundo. Tais modelos devem incorporar os ideais de justiça, participação e sustentabilidade. O princípio do turismo alternativo é a habilitação da população local para participar nas decisões e políticas em elaboração, e receber uma quota justa de benefícios. Por exemplo, o uso de acomodação de propriedade local, estilo local e pequena escala, deve ser estimulado como alternativa à acomodação de propriedade estrangeira, estilo estrangeiro e larga escala.

- **Influência sobre os decisores**, uma pressão ativa para criação da Nova Ordem do Turismo deve ser difundida junto a Governos e à indústria do turismo. Pessoas e grupos envolvidos com turismo devem usar canais políticos (partidos políticos, uniões comerciais e grupos acionistas) de modo a aplicar essa pressão eficazmente.
- **Monitoramento e re-orientação da mídia**, reconhecendo o poder da mídia na formatação da experiência do turismo e expectativas das pessoas, esforços conscientes têm que ser realizados para monitorar tendências, opor imagens distorcidas e reorientar a *mass-media* e a mídia promocional em direção ao imperativo da dignidade e dos direitos humanos e criação de um turismo mais participativo. .../...

Mais especificamente, a Conferência recomenda à ECTWT em cooperação com seus parceiros da rede, assegurar a implementação das sete recomendações antes mencionadas, dar especial ênfase a assessorar os países periféricos no desenvolvimento sustentável, difundir mais amplamente os princípios do turismo alternativo e promover o engajamento efetivo da Igreja na conscientização dos núcleos receptores.

Declaração de Bad Boll (Continuação)

- **Tornar o CONTOURS mais acessível**, através da tradução e distribuição em, pelo menos, Francês, Espanhol e Alemão, assim como Inglês, e que a relação de destinatários seja ampliada.
- **Criar Grupos Regionais de Trabalho**, em consultoria com instituições membro, a ECTWT deve examinar a possibilidade de assessoria regional (ou grupos de trabalho) no Terceiro Mundo, assim como o fortalecimento de redes de suporte na Europa, América do Norte, Japão, Austrália e Nova Zelândia. A ECTWT deve também facilitar a articulação dessas redes com redes e grupos de trabalho o Terceiro Mundo, e analisar a possibilidade de estabelecimento de centros independentes.

- **Aprimorar o Código de Ética**, para turistas e operadores, e monitorar o Boletim de Direitos do Turismo e o Código de Conduta recentemente declarados pela OMT.
- **Desenvolver o Turismo Alternativo**, o envolvimento ativo da ECTWT no encorajamento e monitoração das iniciativas do Terceiro Mundo em turismo alternativo é essencial.
- **Conferências**, um programa de encontros regulares como conferências, seminários, workshops treinamentos, deve ser continuado com ênfase em encontros locais e regionais.
- **Havaí como problema urgente**, a ECTWT é instada a olhar para a situação presente no Havaí como urgente, e buscar apoiar, de forma adequada, a luta das pessoas. Uma conferência sobre Turismo no Havaí pode ser um meio de mobilizar ações adequadas para uma mudança, e as igrejas do Havaí devem ser consultadas para apoiar a ação.

As igrejas do Terceiro Mundo, assim como as igrejas dos países geradores de turistas, o

Conselho Mundial de Igrejas e o Vaticano, são instados a observarem as 13 recomendações

acima e, mais especificamente:

- **Envolvimento ativo da Igreja**, as Igrejas, como testemunho do Evangelho Cristão, são instadas a adquirir interesse ativo nos problemas que contornam o turismo no Terceiro Mundo e a buscar meios de compartilhar com as pessoas do Terceiro Mundo (e outras pessoas de boa vontade) os esforços de criar uma Nova Ordem Econômica e uma sociedade que seja justa, participativa e capaz de sustentada dentro da realidade da integração da Criação.

O Arbeitskreis Tourismus und Entwicklung⁴¹, em seu relatório de atividades referente ao ano de 1994 conta, entre as instituições patrocinadoras, com o apoio do Grupo Migros, maior rede de supermercados da Suíça, e da Associação Suíça de Agências de Viagens, para atividades voltadas à conscientização dos turistas dos países ricos, que viajam em direção a países subdesenvolvidos, visando orientar esses visitantes para uma atitude positiva e de respeito para com as comunidades visitadas, e também informar os viajantes sobre os cuidados que devem tomar com a saúde, e a segurança pessoal durante essas viagens. Tal fato mostra o nível de reconhecimento que essas instituições vêm adquirindo junto à sociedade e que a preocupação com um turismo mais humano, como denominou Krippendorf, não se restringe mais a grupos de contestadores.

41 AKTE, 1994, p. 10.

Em agosto de 1995 a ECTWT, em conjunto com as demais ONGs integrantes da rede, realizou um boicote à Air France e à indústria francesa do turismo, em resposta à retomada dos testes nucleares no Pacífico pelo Governo Francês. Além de várias mensagens e propostas de engajamento enviadas à ECTWT, o *Contours*, v. 7, n. 3, de outubro de 1995, divulga três matérias publicadas em jornais de setembro e outubro de 1995, onde numa delas o diretor do *Mediterranéé do Pacífico Sul*, Sr. Serge Trigano, afirma:

“... temos visto, nos últimos meses o nosso negócio desvigorar-se em decorrência do reinício dos testes nucleares, com impacto negativo nas nossas duas vilas na Polinésia Francesa e no nosso barco, o Club Med II. Na Austrália, empresas locais estão relutantes em organizar seminários em nossos resorts”.⁴²

Dentre as publicações, produzidas pelas ONGs ligadas à conscientização para o turismo, encontram-se vários itens destinados ao trabalho pedagógico com crianças, a partir dos 4 anos de idade. Considerando que daqui a uns quinze anos, essas crianças serão os turistas adultos do século XXI, torna-se indispensável a observação dos princípios do desenvolvimento sustentável na formatação de qualquer projeto de turismo que busque objetivos amplos de desenvolvimento sócio-econômico ou, simplesmente, sustentabilidade financeira.

A idéia que a grande maioria dos governantes têm sobre o turismo é que ele representa a salvação da economia e a possibilidade de conservação do meio ambiente. Refletindo os aspectos levantados no discurso sobre globalização e desenvolvimento sustentável.

Conforme se observa nos trechos a seguir apresentados, extraídos dos pronunciamentos de três governantes, originados de países com nítidas divergências políticas, ideológicas e religiosas, mas que contêm opiniões bastante convergentes no que concerne à importância econômica do turismo e seu poder valorizador para uma cidade histórica e para a conservação ambiental:

Trechos da publicação *Resumos do Segundo Seminário Internacional sobre Problemas Ambientais dos Centros Urbanos - ECO URB'S 93*

⁴² Revista informativa publicada pela ECTWT, que tem sede em Bancoc, com estudos, relatos e depoimentos de pessoas ligadas a turismo, atuantes nos países sub-desenvolvidos.

....em termos econômicos, grandes esforços estão sendo investidos para expandir o futuro econômico de Jerusalém. Muitos milhões de dólares foram aplicados na oferta turística e construção de infra-estrutura, como sistemas viários, parques industriais e divulgação da vantagem de Jerusalém para a comunidade empresarial internacional....

T. Kolle – Prefeito de Jerusalém (p.23)

.... desenvolver setores como a investigação técnico-científica, os complexos investigadores produtivos e o turismo, este último devido às favoráveis condições climáticas, naturais, à riqueza arquitetônica e histórica com que conta a capital, à presença do mar e à franja litorânea costeira de mais de 40 km de extensão....

P.C. González – Prefeito de Havana (p.27)

.... a exploração do potencial paisagístico natural do litoral sul do estado, preservando áreas estuarinas, ao tempo em que lhe confere valor econômico pela possibilidade criada através da visitação e do lazer contemplativo, é uma forma nova e ecologicamente equilibrada, perseguida pelo governo do estado nas propostas do projeto Costa Dourada, ocupando área de 6.000 hectares dos quais apenas 4% destinados à implantação de edificações e intensas atividades turísticas....

Joaquim Francisco Cavalcanti – Governador de Pernambuco (p.168)

As estimativas da OMT para 1997, demonstraram que 54% das divisas geradas pelo turismo concentram-se em apenas 10 países receptores, dos quais 07 integram os grandes blocos regionais, com absoluta liderança dos Estados Unidos. Mas os governantes citados mostram-se convencidos da grande importância que o turismo tem para o desenvolvimento de suas cidades e estado, e, embora a palavra *turismo* se encontre de forma bastante ampla nos seus pronunciamentos, as propostas de desenvolvimento da atividade apresentadas, refletem, sobretudo a ideologia da classe empresarial ligada ao turismo de massa internacional.

O Estudo de Viabilidade Econômica para o Costa Dourada, para citar um exemplo de Pernambuco, fundamenta-se sobretudo na concepção de que a Europa será o grande mercado emissor de turistas para o empreendimento. Entretanto as estimativas da OMT para o movimento turístico mundial no ano 2010, apesar de todo processo de globalização da economia e do turismo, indicam, praticamente, a manutenção da proporção atual de participação da América do Sul no turismo intercontinental originado a partir da Europa.

Reconhecendo a abrangência dos impactos negativos do turismo ao meio ambiente e à sociedade receptora, a OMT, através da Declaração de Bali ⁴³, aprovada durante o 2º Fórum Internacional de Parlamentares e Administradores Locais da Política de Turismo, recomenda a incorporação dos princípios do desenvolvimento sustentável à formulação das políticas de turismo:

OMT – Declaração de Bali

- O desenvolvimento turístico há de encaminhar-se ao bem-estar das comunidades locais;
- O desenvolvimento do turismo deve respeitar o equilíbrio entre os interesses das comunidades locais e os interesses dos turistas baseado no princípio da igualdade;
- O desenvolvimento turístico deve ser encaminhado com uma planificação cuidadosa na qual se conte com a participação extensa e ativa das comunidades locais - incluindo mulheres e jovens – e do setor privado;
- O desenvolvimento do turismo deve se dar de modo que não só aumente as rendas nas escalas estatal e local, mas que também melhore a qualidade de vida no plano da comunidade.

No 3º Fórum Internacional de Parlamentares e Administradores Locais - Protagonistas das Políticas de Turismo no século XXI, realizado pela OMT na cidade do Rio de Janeiro, nos dias 15 e 16 de maio de 2000, com a participação de 410 representantes de 78 países, inspirando-se na Declaração de Bali, a OMT incorpora à Declaração do Rio de Janeiro recomendações específicas para o desenvolvimento sustentável do turismo:

OMT – Declaração do Rio de Janeiro

- A sustentabilidade se converteu no valor básico de referência para o desenvolvimento turístico, cujo objetivo principal é a sua compatibilidade com o meio ambiente, a sociedade e a economia.
- Para o desenvolvimento do turismo e sua sustentabilidade são vitais a aportação e atuação adequada de um conjunto de setores do turismo como, por exemplo, todos os tipos de transporte de passageiros e infra-estruturas relacionadas com o turismo.

43 OMT, 1996.

OMT – Declaração do Rio de Janeiro (continuação)

- As administrações e os organismos normativos devem examinar as possibilidades que oferece o turismo para proteger e recuperar o patrimônio cultural, e também evitar os efeitos negativos de um desenvolvimento turístico descontrolado no meio ambiente.
- Os responsáveis pelas zonas rurais devem examinar a experiência dos destinos turísticos rurais que enfrentam dois desafios principais nos quais o turismo pode desempenhar um papel tanto positivo como negativo : a) preservar e melhorar o meio rural para que seja e siga sendo um lugar atrativo, tanto para seus habitantes como para os visitantes, e b) controlar adequadamente as visitas a estas zonas com o fim de proteger sua identidade rural e seus ecossistemas, em particular cumprindo as normas de capacidade turística que devem ser estabelecidas para cada zona.
- Portanto, se recomenda às administrações locais e aos órgãos normativos que, quando for o caso, promulguem medidas legais e administrativas e criem serviços e instalações para ajudar a responder a estas necessidades e aportar : a) planificação da ordenação territorial do turismo para resolver problemas de uso do solo; b) elaboração de um sistema de indicadores de turismo sustentável; c) fomento dos procedimentos de verificação para comprovar o cumprimento dos indicadores que se adotem, e d) co-responsabilidade da sociedade civil, em particular com a ajuda de organizações não governamentais, no cumprimento da verificação.

É importante, entretanto, ressaltar que a ocorrência de impactos negativos não é qualidade exclusiva do turismo. Pode-se citar o quanto a indústria desagregou famílias no início do processo de industrialização, o quanto a agricultura agrediu o meio ambiente com o uso de agro-tóxicos e, no caso do turismo sexual, é evidente o quão diretamente relacionada está a sua prática a condições pré-existentes de graves problemas sociais na sociedade receptora, como baixo índice de escolaridade e alto nível de desemprego. Os impactos negativos e positivos gerados pelo turismo dependem essencialmente do modelo de gestão no qual se insere o seu desenvolvimento.

2.4 Do consumo de massa ao modelo exclusivo

“Outrora as normas morais queriam que o indivíduo se adaptasse ao conjunto social, mas tratava-se da ideologia passada ... em uma era de consumo ou que assim se pretende, é a sociedade global que se adapta ao indivíduo.”⁴⁴

A busca de opções de vida, trabalho e lazer distintos do usual é parte da inquietação humana e se manifesta nas diferentes classes sociais e em diferentes culturas. Por outro lado, a embora ilusória “igualdade de classes” propiciada através do consumo de massa, estimulada pela facilidade do crédito, também incomoda. A produção do turismo atende a

44 Baudrillard, 1977, p.178.

essas inquietações com uma ampla gama de segmentação de destinos, oferecendo opções específicas para as diversas preferências, estilos de vida e faixas de renda.

Na década de 1990, proliferaram as opções de viagens turísticas para locais de natureza exótica, cercados de todo o conforto que a moderna tecnologia pode propiciar. Paralelamente surgiram também opções de viagens para nichos rurais, oferecendo a simplicidade e a tranqüilidade da vida rústica das fazendas ou, simplesmente, um jeito distinto de viajar e se hospedar, sem ser confundido com a massa.

Turismo, Natureza, Tranqüilidade e Estilo

“A galeria de gente famosa que se hospeda nos hotéis da floresta inclui príncipes, chefes de estado, empresários, artistas e atletas mundialmente famosos ... No Ariaú está também a suíte mais confortável (e cara) da floresta. Com telão, computador, aparelhos de ginástica e diária de 2.000 dólares, a suíte cósmica foi inaugurada pelo bilionário americano Bill Gates.” Reportagem: Passeio na Floresta. Revista Veja, 06/05/1998.

“Tanzânia ... É lá que fica o Monte Kilimanjaro... e também a cratera vulcânica de Ngorongo. Tem uma fauna impressionante que convida para safáris fotográficos... o pacote é de dezesseis dias e custa US\$ 3.380.” Anúncio: Revista Viagem e Turismo, Maio, 1996.

“Fugitivos da Cidade. Ordenhar vacas e cuidar de cavalos: para quem curte o campo, o turismo rural é fuga, terapia e viagem tudo ao mesmo tempo... Um pacote de fim de semana para casal na Fazenda Maristela, na Serra da Mantiqueira, custa R\$ 300,00. Na Fazenda Santo Antônio da Lagoa, na Serra da Bocaina, as diárias são R\$ 40,00.” Reportagem: Revista Viagem e Turismo, Maio, 1996.

“Sossego com Estilo. Aconchegantes e com bons serviços hotéis de charme fazem opção pela tranqüilidade”. Reportagem : Revista Veja, 30/08/1995.

Os debates sobre o desenvolvimento sustentável, no que concerne ao princípio da equidade e justiça social ampliaram, no âmbito dos direitos humanos, a discussão sobre os direitos dos homossexuais. O mercado responde aos debates com identificação do potencial de consumo desse novo nicho de Gays, Lésbicas e Simpatizantes – GLS e também do crescente segmento de divorciados ou descasados.

Turismo para Solteiros, Descasados, Gays, Lésbicas e Simpatizantes

“COMPROMETIDOS NÃO ENTRAM ! Pelo menos, não para a Agência Vermont(SP), que está organizando tours exclusivos para solteiros São pré-requisitos: o descomprometimento e idade entre 25 e 45 anos. A formação dos grupos é feita a partir de questionários para avaliação de interesses e estilos de vida.” Reportagem: Revista Viagem e Turismo, Março de 1996.

“ The Australian Gay & Lesbian Tourism Association (AGLTA) is a professional service, not for profit organization with the goal to strive for the enhancement of gay and lesbian travel to, from and within Australia. Whenever you travel, we encourage you to use AGLTA members and always look for the AGLTA logo, it's a symbol of dedication to you.” www:agltasite, 04/05/1998.

“ Olivia 1998 Upcoming Events ... Olivia offers the sophisticated lesbian options that exist nowhere else ... Imagine yourself on a luxurious cruise ship filled with like-minded women, where, for seven days and seven nights, you can be not only yourself, but share the experience with women from all over the world.” www: ranchomiragesite, 04/05/1998.

“Pousada Pasárgada ... em Floripa, a primeira casa gay-friendly do Brasil” www: glssite, 08/12/00.

A necessidade conservadora de manutenção do sistema dominante, fundamenta-se nos ideais do capitalismo liberal, gerando a necessidade do aumento contínuo da produção e do consumo, fazendo do turismo uma atividade privilegiada para a sua operação.

No afã da acumulação de riqueza, valores morais, limites biológicos humanos e ambientais são continuamente transgredidos, gerando uma sociedade ansiosa pelo consumo, atordoada na vida diária, engarrafada no trânsito, sufocada pela poluição e pela degradação da natureza. É preciso continuar vivendo, continuar inteiro, física, mental e espiritualmente, para que o sistema sobreviva, para aumentar a produção e com ela o consumo.

O sistema que institui a ruptura com os valores espirituais, que inverte os valores morais, que exaure a biodiversidade e viola os limites do físico humano, é o mesmo que legitima a pluralidade de cultos, possibilita a multiplicidade da identidade sexual, cria as reservas naturais, institui o culto ao corpo e através dele a busca da saúde rompida.

O turismo, fundamentado essencialmente nos contrastes, surge como objeto de articulação da ideologia, tornando-se atividade essencial para os cidadãos metropolitanos, oferecendo-lhes possibilidade de compensação aos valores transgredidos; para os países em desenvolvimento, que em geral dispõem de natureza exótica e exuberante, o turismo oferece a grande vantagem da captação de divisas e para a estrutura produtiva a possibilidade de ampliação do mercado, através da exportação de turistas e, junto com eles, necessidades de consumo, possibilitando assim uma sinergia contínua de conflitos, inquietações, produção e consumo.

Dentre as várias possibilidades de associação das transgressões de valores morais, físicos e ambientais, atualmente presentes no chamado mundo globalizado, destaca-se no Quadro 3 alguns dos efeitos/causas mais evidentes e as compensações correlatas freqüentemente oferecidas pelos diversos tipos contemporâneos de turismo.

QUADRO 3 - O TURISMO E A CRISE DE VALORES NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

TRANSGRESSÕES	PRODUTOS COMPENSATÓRIOS
<ul style="list-style-type: none"> • Violência urbana 	<ul style="list-style-type: none"> • Ilhas desérticas e nichos rurais
<ul style="list-style-type: none"> • Corrupção moral 	<ul style="list-style-type: none"> • Destinos paradisíacos e roteiros religiosos
<ul style="list-style-type: none"> • Stress físico 	<ul style="list-style-type: none"> • Balneários relaxantes e trilhas desbravadoras
<ul style="list-style-type: none"> • Perda de raízes 	<ul style="list-style-type: none"> • Culturas primitivas e destinos místicos
<ul style="list-style-type: none"> • Danos à natureza 	<ul style="list-style-type: none"> • Parques ecológicos e safáris fotográficos

Fonte: Elaboração Própria.

Como pôde ser observado o turismo é uma atividade ligada ao desenvolvimento econômico e tecnológico, à cultura e aos valores ideais presentes na sociedade. Sua evolução, entretanto, expressa contradições tanto do desenvolvimento econômico quanto de cunho político e social.

No atual momento o que mais se destaca, em termos globais, é a contradição entre a propagada capacidade de distribuição de renda inerente ao desenvolvimento do turismo e a acentuada concentração de ingressos das divisas geradas pela atividade em apenas 10 países do *ranking* mundial, conforme apresentado no Quadro 2.

Em termos de segmentação de mercado, o crescimento da demanda por áreas rurais e ambientes naturais, nem sempre é precedido ou acompanhado dos investimentos necessários em infra-estrutura e gestão, que possam assegurar condições de aplicação dos instrumentos normativos e de manejo, de modo a possibilitar a conservação do meio ambiente e a sustentabilidade da própria atividade turística, como demonstrado na análise dos impactos do turismo no Arquipélago de Fernando de Noronha.

3 O ARQUIPÉLAGO DE FERNANDO DE NORONHA E A EVOLUÇÃO DO TURISMO

3.1 Localização e características ambientais

Localizado no Atlântico Equatorial Sul, o Arquipélago de Fernando de Noronha é constituído dos remanescentes de um edifício vulcânico situado a cerca de 4.000 m de profundidade, tem 26 km² de extensão e é integrado por 21 ilhas, ilhotas e rochedos. Sua ilha principal, também denominada Fernando de Noronha, constitui a parte visível de uma cadeia de montanhas submersas e se situa entre as coordenadas geográficas de 03° 49' e 03° 53' de latitude Sul e 32° 23' e 32° 29' de longitude WGr. , a 361 km de Natal – RN e a 545 km do Recife – PE.

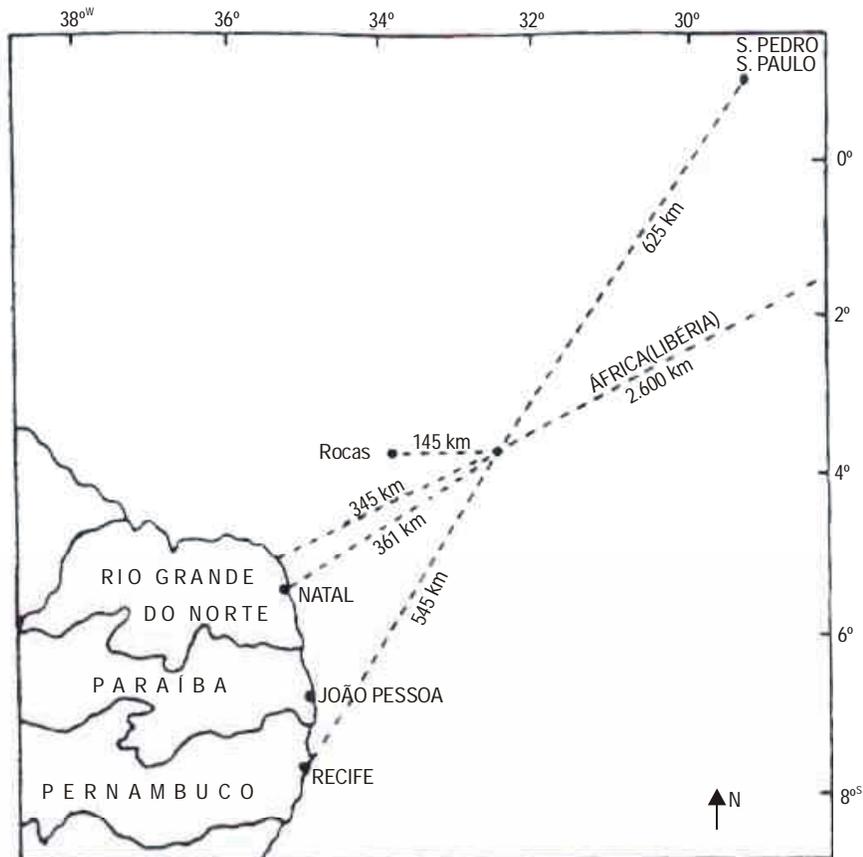
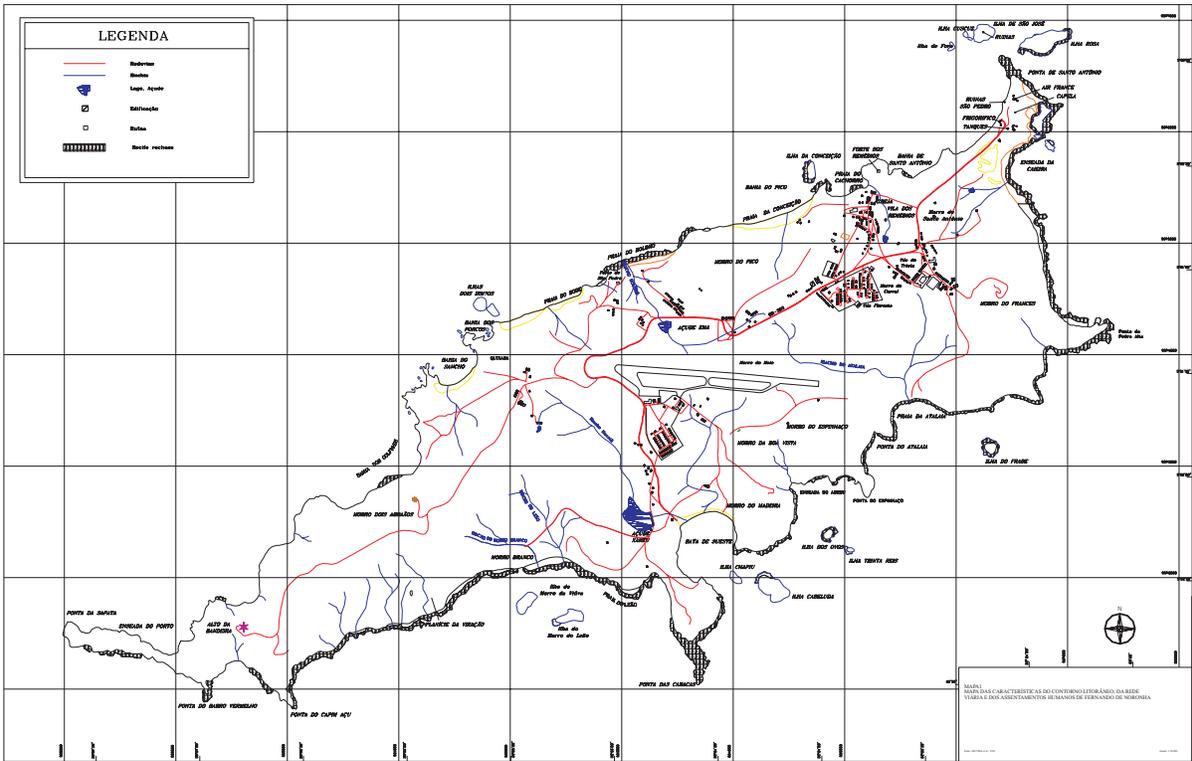


FIGURA 2 – LOCALIZAÇÃO DE FERNANDO DE NORONHA NO ATLÂNTICO EQUATORIAL
Fonte : www.ecoforça.embrapa.usp. 07/03/99.

Habitada há mais de quatro séculos, a ilha de Fernando de Noronha tem forma longitudinal com 10 km de extensão, orientada no sentido NNE – SSW, largas de 2,0 a 3,3 km, e nela concentram-se todas as atividades sócio-econômicas. As demais ilhas são desabitadas. (Mapa 1)

MAPA 1 – MAPA DAS CARACTERÍSTICAS DO RELEVO LITORÂNEO, DA REDE VIÁRIA E DOS ASSENTAMENTOS HUMANOS.



O relevo é dominado pela ocorrência de vários tipos de rochas, morros e falésias que se estendem por todo o litoral conferindo-lhe extraordinária beleza. Na parte Norte da ilha, voltada para o continente, também chamada de Mar de Dentro encontram-se as praias de Santo Antônio, da Biboca, do Cachorro, do Meio, da Conceição, do Boldró, dos Americanos, do Bode, da Quixabinha, Cacimba do Padre, dos Porcos, do Sancho e a Baía dos Golfinhos. Voltadas para o Leste, ou para o Mar de Fora, situam-se as praias da Caieira, da Atalaia, do Sueste e do Leão.



Fotografia 1- Portal da Sapata.
Fonte: Sandra Pagano, Março/2000.

O Portal da Sapata, cuja forma semelhante ao mapa do Brasil pode ser apreciada durante o passeio de barco é um dos exemplos mais belos do processo da erosão atmosférica que vem modelando a face superior do Arquipélago. No trecho que vai da Ponta da Sapata até a Baía dos Porcos sucessivas escarpas precipitam-se no mar e apenas nas áreas das baías do Sancho e dos Porcos há ocorrência de pequena faixa de praia.



Fotografia 2 – Baía do Sancho.
Fonte: Sandra Pagano, Março/2000.

Ao longo de todo o trecho há ocorrência de vegetação de grande porte como a burra-leiteira **Sapium scleratum**, o mulungu **Erythrina velutina** e a gameleira **Ficus noronhae**. Na extremidade oeste da Baía do Sancho foi encontrada a única ocorrência de samambaias na Ilha, representadas por uma comunidade de **Pelea geraneifolia**.⁴⁵

Na parte central da Ilha encontra-se um vasto planalto, de relevo suave, situado a 45 m de altitude, nessa área se identificam as três principais nucleações urbanas da Ilha: as Vilas dos Remédios, da Floresta e do Trinta onde se concentra a maior parte das edificações de uso público, residencial e comercial, a quarta nucleação é a Vila da Aeronáutica, situada nas proximidades do aeroporto. A BR 363, com 7 km de extensão, também chamada de Transnoronha interliga a Ponta se Santo Antônio à Baía de Sueste, passando por todas as nucleações urbanas. As demais estradas e trilhas são de barro ou de pedras. O Morro do Pico, com 321 m de altitude é o ponto mais alto da Ilha e a principal evidência da erupção vulcânica ocorrida entre 9 e 12 milhões de anos atrás.

45 Ibama/Funatura, 1990, p.41.

O clima é do tipo semi-árido, marcado, porém, pelo domínio oceânico com uma estação chuvosa que se estende de março a julho. A média anual da temperatura situa-se em torno dos 25°C, em decorrência da influência moderadora dos aliseos. As maiores precipitações podem atingir 193,5 mm em 24 horas. O mês de outubro registra valores mínimos, com precipitação máxima de 9,0 mm em 24 horas. A umidade relativa do ar fica em torno de 81,5% e a insolação média anual é de 3.215 horas, com máxima em novembro e mínima em abril. A precipitação média anual é de 1.300 mm, semelhante à de Natal e Fortaleza.⁴⁶

A hidrografia de Fernando de Noronha é bastante simples, integrada por cinco riachos e pequenos córregos. O riacho do Maceió é o principal curso d'água da Ilha, tem seus mananciais abrigados no interior do Morro do Pico e abastece o açude do Xaréu, principal reservatório de água da Ilha.

Em decorrência do clima, dos solos pedológicos, do teor de salinidade das águas e do efeito aerosol marinho, a vegetação sub-xerófila do tipo Agreste Nordestino é predominante na ilha. Remanescentes da Mata Atlântica do tipo insular ainda podem ser vistos na Ponta da Sapata, principal área de nidificação de aves terrestres e marinhas que habitam o Arquipélago.

A cobertura vegetal da Ilha foi também muito afetada pela ação antrópica, tanto em termos de devastação provocada pela retirada de madeira⁴⁷, realização de queimadas e desmatamento para uso agrícola, como pela introdução de novas espécies, como as jitiranas, *Ipomoea coccinea* e *Merremia glabra*, que rapidamente se proliferaram por toda a ilha asfixiando a vegetação primitiva.

Os flamboyants, que ornamentam a entrada da Vila dos Remédios, foram introduzidos na década de 1960, e ainda no século passado foram trazidos os coqueiros que, com o crescimento do turismo e aumento do consumo da água de coco, hoje começam a se espalhar por toda parte. O rejeito do coco constitui atualmente o maior volume de resíduos sólidos coletados, e ainda não é explorado na Ilha, o que representa custos de envio de retorno ao continente.

46 Fonte: <http://www.noronha.com.br/ambiente.htm>, 22/08/99.

47 Iniciada no final do século XVIII, quando a ilha passou a ser presídio correccional, de modo a impedir que os presos tivessem a possibilidade de improvisar embarcações para a fuga.



Fotografia 3 - Praia do Boldró – Bar com coqueiros em crescimento, ao fundo ilhotas Dois Irmãos.

Fonte: Sandra Pagano, Abril/2000.

Na Baía do Sueste encontra-se o único mangue insular do Atlântico Sul, de pequena extensão, cerca de 1.500 m² de área, o mangue é irrigado pelo riacho do Maceió e, após passar por período de utilização para o cultivo de frutas, principalmente melancia, destinadas ao abastecimento das pousadas, hoje se encontra bastante recuperado.



Fotografia 4: Mangue do Sueste.

Fonte: Sandra Pagano, Março/2000.

A caça e apanha de animais em Fernando de Noronha se deu desde os primeiros momentos da ocupação humana. Relatos das expedições de Vespúcio ao Arquipélago, em 1503,

registram a existência de ratos muito grandes. Atualmente as únicas espécies de mamíferos terrestres encontradas no Arquipélago foram introduzidas pelo homem.

A avifauna é o grupo de vertebrados que mais se destaca, ocorrendo passagem de várias espécies migratórias de longo percurso como maçaricos, narcejas, andorinhas e batuíras. As aves protegidas pelo PARNAMAR são do grupo dos trinta-réis e a mais comum desse grupo é a “viuvinha”, *Anous minutos*. Encontram-se também, em várias partes do Arquipélago, seis espécies de aves pelicaniformes: “mumbebo branco-grande”, *Sula dactylatra*, “mumbebo marrom”, *Sula leucogaster*, “mumbebo-de-patas-vermelhas”, *Sula sula*, “catraia”, *Fregata magnificens*, e os graciosos “rabo-de-jundo-bico-amarelo”, *Phaeton lepturo*s e o “bico vermelho”, *Phaeton aethereus*.

A fauna marinha do Arquipélago encanta a todos os visitantes. As águas estão repletas de peixes coloridos, esponjas, algas, moluscos e corais, sendo o mais abundante o *Montastrea cavernosa*. Arraias e tubarões “caçães” e “lambarus”, podem ser apreciados pacificamente em águas mais profundas.

Em Fernando de Noronha, pelo que se tem conhecimento até os dias atuais, encontra-se a única concentração de “golfinhos rotadores”, *Stenella longirostris*, do Atlântico. No mirante da Baía dos Golfinhos, diariamente grupos de golfinhos podem ser observados, quando se deslocam para o interior da Baía para descansar e reproduzir. Com um corpo que pode atingir 2m de comprimento e 90 kg de peso esses animais fazem piruetas espetaculares fora d’água.

Duas espécies de tartarugas marinhas freqüentam o Arquipélago, e como os golfinhos, também são protegidas pelo PARNAMAR. A “tartaruga verde” ou “aruanã”, *Chelonia mydas*, que sobe às praias para desovar, e a “tartaruga-de-pente”, *Eretmochelys imbricata*, espécie altamente ameaçada em outras partes do Brasil.

As características ambientais, o valor ecológico e o potencial científico de Fernando de Noronha fizeram com que o Arquipélago fosse incluído como área prioritária para o estabelecimento de uma unidade de conservação na Estratégia Mundial para a Conservação

da Natureza, lançada pela União Internacional para a Conservação da Natureza – IUCN, em 1980.⁴⁸

A Declaração de Significância, sintetizada a seguir, constante do Plano de Manejo do Parque Nacional Marinho (1990) oferece uma visão precisa da necessidade da preservação e manejo do ecossistema insular e marinho, o que só pode ser conseguido através de um processo de gestão baseado nos princípios do desenvolvimento sustentável, compartilhado por todos. E a busca desse processo mais que uma utopia, como citado nos dizeres de Eduardo Galeano, representa a única possibilidade de conservação do ecossistema.

Síntese da Declaração de Significância

- A história geológica brasileira atribui ao arquipélago de Fernando de Noronha posição impar no cenário dos eventos vulcânicos do Brasil (...). Além de Trindade, Fernando de Noronha é o único arquipélago de montanha submarina e vulcânica.
- O arquipélago é o que resta do topo de um edifício vulcânico, cuja base está a 4 km de profundidade. Constitui-se em área-testemunho dos mais recentes eventos vulcânicos da costa brasileira, que ocorreram no Pleistoceno.
- A riqueza de rochas produzidas pelo magma e pela movimentação do fundo do oceano Atlântico pode ser conferida em apenas 1,5 km² da ilha de Fernando de Noronha. Em um determinado trecho são encontrados quatorze tipos de rochas eruptivas, um dos mais belos e didáticos exemplos de fracionamento magmático do mundo e, também, da relação do clima com a geologia.
- Do ponto de vista dos fenômenos biológicos, o fato de constituir-se em um ecossistema insular e por ser geograficamente isolado, o arquipélago de Fernando de Noronha torna-se de extrema importância para a realização de estudos de biogeografia.
- Tal condição de isolamento determina peculiaridades à fauna, à flora e aos ecossistemas, diferenciando-os de tudo que ocorre no continente. Todo este processo e todas as inter-relações no Arquipélago estão sustentados por um frágil equilíbrio que, a uma mais leve intervenção, pode ser quebrado.
- A posição geográfica de Fernando de Noronha atribui-lhe a condição de ter servido como ponte de migração de espécies animais e vegetais, provenientes da África e da Ásia, afirmam os especialistas.
- Todas essas circunstâncias propiciaram – e podem ainda propiciar – a evolução de espécies, ao longo de milhares de anos, que se tornaram endêmicas para o local (...) Entre as espécies de aves terrestres, três são nativas e duas endêmicas, o sebito **Vireo gracilirostris** e a cucuruta **Elaenia ridleyana**.
- Vale mencionar que ocorrem dez espécies de aves marinhas, sendo que o rabo-de-junco **Phaethon lepturus ascensionis**, no Brasil, ocorre somente em Fernando de Noronha.

Síntese da Declaração de Significância (Continuação)

- Ressalte-se que foram encontrados restos fósseis de uma saracura, da família Rallidae, em areias do Pleistoceno, nas dunas da península de Santo Antônio (...) foram aí encontrados, também, restos fósseis de um roedor nativo extinto do Arquipélago, pertencente à família Cricetidae.
- Entre os répteis terrestres, ocorrem, naturalmente, duas espécies e ambas são endêmicas. São elas: a lagartixa **Mabuya maculata** e a cobra-de-duas-cabeças **Amphisbaena ridleyana**.
- Com relação à fauna marinha, entre as centenas de espécies, ocorre um pequeno molusco endêmico, **Acmaea noronhensis** (...) A ictiofauna é considerada uma das mais ricas do litoral brasileiro.
- Duas espécies de tartarugas marinhas ocorrem no local. A tartaruga-de-pente **Eretmochelys imbricata** utiliza a área para alimentação e crescimento de indivíduos jovens, enquanto a aruanã **Chelonia mydas** se reproduz e se alimenta no local.
- Outra espécie marinha de singular importância é o golfinho rotator **Stenella longirostris**, que se apresenta localmente com uma das maiores concentrações de indivíduos que se conhece, fenômeno raro no mundo.
- É ainda no mar que o Parque aparece com um de seus mais expressivos atributos. É aí abrigada umas das mais ricas ocorrências de corais do litoral brasileiro.
- O mar de Fernando de Noronha possui quinze espécies de corais, dentre as dezenove ocorrentes no Brasil. Dentre estas quinze, seis são endêmicas no País, a saber: **Siderastrea stellata**, **Scolymia wellsii**, **Astrangia braziliensis**, **Favia gravida**, **Mussismilia hispida** e **Mussismilia harttii**.
- Além dos recifes de corais, ocorrem no Parque recifes do molusco **Dendropoma irregulare**, com dimensões luxuriantes, não existentes em praticamente nenhum outro trecho do litoral brasileiro, devido à degradação.
- Com referência à vegetação, Fernando de Noronha possui cerca de quatrocentas espécies, das quais, sabe-se, até agora, quatro são endêmicas: ficus, (ou gameleira) **Ficus noronhae**, mulungu **Erythrina velutina** var. **aurantiaca**, burra-leiteira **Sapium scleratum** e azedinha **Oxalis noronhae**.
- Todas as características já conhecidas do arquipélago de Fernando de Noronha e o potencial científico que pode daí ser estimado enfatizam, ainda mais, a necessidade de se proceder à sua efetiva proteção.
- Não se pode deixar de mencionar, ainda, a beleza cênica local. O mar, de forte coloração azul e transparente, contrasta com as ilhas que, às vezes, emergem bruscamente, quebrando a monotonia.

3.2 Evolução e perfil da oferta turística

Como toda ilha oceânica, Fernando de Noronha passou por etapas caracterizadas por “visitas” esporádicas de marinheiros e piratas, em busca de água, alimentos e madeira. Desempenhou, a partir de 1737, a função de presídio correcional para presos comuns, grande responsável pelo desmatamento da Ilha, na tentativa de impedir que os presidiários construíssem embarcações para fuga. Tornou-se presídio político e serviu como ponto estratégico para bases militares durante a Segunda Guerra Mundial.

Em 1942, o Arquipélago foi transformado em Território Federal, administrado pelo Exército até 1981, pela Aeronáutica de 1981 a 1986, pelo Estado Maior das Forças Armadas-EMFA no período 1986/1987, passou ao Ministério do Interior em 1988, e mais recentemente, voltou-se para a exploração do turismo.

Com a abertura da ilha para os cidadãos comuns, o turismo no Arquipélago, que sempre despertou grande interesse dos segmentos empresariais, e contava com uma demanda nacional e internacional latente, um tanto reprimida durante longos anos de governos militares, apresentou imediatamente tendências de crescimento.

O primeiro meio de hospedagem lá existente, a Pousada da Pituca, data de 1969, e funciona até hoje em condições precárias, na casa ao lado da Igreja de N. Sr^a dos Remédios. Em 1988, logo após a criação do Parque Nacional Marinho, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, instalou, em edificações precárias, o Hotel Esmeralda do Atlântico, com oferta de 80 leitos, ao que se seguiu, imediatamente, a instalação de outras 30 pousadas.

O fato de a quase totalidade dos meios de hospedagem, à exceção do Hotel Esmeralda, serem adaptados em residências é a característica que mais se destaca na oferta de serviços turísticos de Fernando de Noronha. Tal fato tanto assegura uma participação direta da população nos benefícios econômicos do turismo como possibilita ao visitante uma maior aproximação com a população residente.

Em 1991, através da Portaria N^o 022/91, foi instituído, pela então Coordenadoria de Administração do Arquipélago, o Sistema de Hospedagem Domiciliar – SIHD o qual estabeleceu normas para o funcionamento das hospedarias domiciliares e definiu os

parâmetros para a classificação das mesmas, tomando por base levantamento realizado no período de 05 a 22 de dezembro de 1990, quando foram identificadas, cadastradas e fotografadas as 33 pousadas existentes.

A classificação implantada estabeleceu três níveis de categoria e como símbolo dessa classificação, em votação realizada com os 33 proprietários, foi adotado o golfinho. Foram estabelecidos itens obrigatórios para os três níveis de classificação e itens de exigência em função da categoria, visando assegurar padrões básicos de adequação das residências à função de serviços de hospedagem, salubridade e segurança, tais como: áreas compatíveis e independentes para a função hospedagem e moradia; instalações próprias para empregados; ligação à rede pública de serviços de saneamento, energia e coleta de lixo; equipamentos mínimos de segurança contra incêndio, conforme aprovação do Corpo de Bombeiros. De acordo com os critérios de classificação apenas 10 pousadas receberam classificação em 1991, nenhuma, entretanto, atingiu a categoria 3 golfinhos.

Passados 10 anos do levantamento realizado para a instituição do SIHD, das 33 pousadas inicialmente cadastradas apenas uma deixou de funcionar, as demais continuam em funcionamento e muitas delas não só aumentaram a sua capacidade como promoveram melhorias significativas nas suas instalações. Tal evolução pode ser comparada através das fotos tiradas em 1990, constantes do SIHD, e das fotos tiradas durante a pesquisa de campo, das quais apresenta-se três pousadas a título de ilustração.



Fotografia 5 - Pousada da tia Zete: vista frontal em 1990.
Nota: Classificação - 1 Golfinho.



Fotografia 6 - Pousada da tia Zete: vista frontal em 2000.
Fonte: Sandra Pagano, Abril/2000.
Nota: Classificação - 2 Golfinhos.



Fotografia 7 - Pousada da Morena: vista frontal em 1990.
Nota: Classificação - 2 Golfinhos.



Fotografia 8 - Pousada da Morena: vista frontal em 2000.
Fonte: Sandra Pagano, Abril/2000.
Nota: Classificação - 3 Golfinhos.



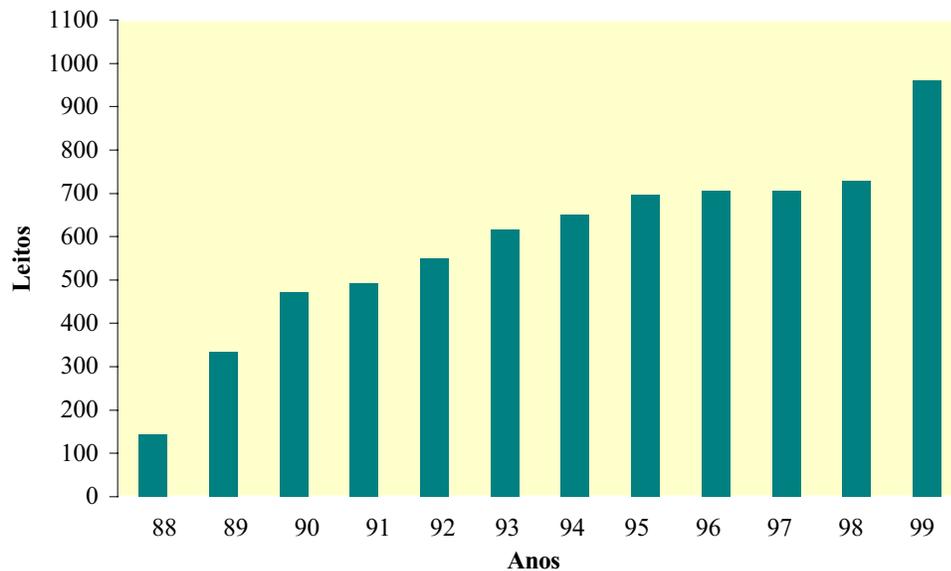
Fotografia 9 - Pousada Solar dos Ventos: vista frontal em 1990.
Nota: Classificação – 2 Golfinhos.



Fotografia 10 - Pousada Solar dos Ventos: vista frontal em 2000.
Fonte: Sandra Pagano, Abril/2000.
Nota: Classificação – 3 Golfinhos.

A oferta de equipamentos e serviços turísticos em Fernando de Noronha evoluiu imediatamente após o processo de reanexação a Pernambuco, em 1988, acompanhando a tendência de crescimento da demanda, o que explica a acentuada curva de crescimento do número de leitos no período 88-90, conforme pode ser observado no Gráfico 1.

GRÁFICO 1: EVOLUÇÃO DA OFERTA DE LEITOS EM FERNANDO DE NORONHA
PERÍODO: 1988 A 1999



No período 91-95 observa-se um crescimento significativo, porém menos acentuado, passando de 470 leitos disponíveis em 1990, para 700 leitos, em 1995.

Segundo dados do Inventário do Potencial Turístico - 1998, Noronha dispunha naquele ano de significativa oferta turística, com predominância absoluta de meios de hospedagem do tipo familiar que junto com o Hotel Esmeralda, perfaziam um total de 728 leitos, conforme especificado na Tabela 1.

Nos demais serviços diretamente relacionados ao turismo, segundo o Inventário de 1998, constam 10 restaurantes, 20 bares, 10 lanchonetes, 13 agências de turismo, sendo 10 dedicadas ao turismo receptivo, 5 locadoras de veículos, 6 locadoras de equipamentos esportivos e de lazer, 4 empresas de mergulho, 5 empresas de filmagens terrestres e submarinas, 10 empresas de passeio de barco, 14 pontos de venda de artesanato e 2 escritórios de companhias aéreas.

TABELA 1 - MEIOS DE HOSPEDAGEM EM FERNANDO DE NORONHA - 1998

(Parte 1 de 2)

N.º	MEIO DE HOSPEDAGEM	UHs	LEITOS	EMPREGADOS	INÍCIO
1	Hotel Esmeralda	37	102	40	1972
2	Pousada da Pituca	6	27	1	1969
3	Pousada Atalaia	5	12	2	1988
4	Pousada do Barcelar	6	14	1	1988
5	Pousada Canto da Sereia	2	5	2	1988
6	Pousada Dois Irmãos	5	9	2	1988
7	Pousada Gaucha	2	4	1	1988
8	Pousada Monsieur Rocha	14	32	12	1988
9	Pousada Nativa	6	10	2	1988
10	Pousada da Tia Zete	6	13	2	1988
11	Pousada Atlântica	1	4	1	1989
12	Pousada Brisa Mar	2	5	1	1989
13	Pousada Canto do Aconchego	7	14	2	1989
14	Pousada da Ciça	5	12	1	1989
15	Pousada da Jô	3	6	1	1989
16	Pousada da Rita	4	11	1	1989
17	Pousada do Trinta	4	6	1	1989
18	Pousada do Tubarão	3	7	1	1989
19	Pousada Mar e Sol	2	8	1	1989
20	Pousada Man-Fer	3	6	1	1989
21	Pousada Nascer do Sol	2	5	1	1989
22	Pousada Paraíso do Atlântico	4	10	1	1989
23	Pousada Solar do Trinta	3	7	2	1989
24	Pousada Verdes Mares	2	5	2	1989
25	Pousada Colina dos Ventos	3	8	1	1990
26	Pousada da Eneida	2	9	1	1990
27	Pousada do Golfinho	2	5	3	1990
28	Pousada da Jandira	3	5	1	1990
29	Pousada da Mana	3	7	2	1990
30	Pousada da Morena	5	11	2	1990
31	Pousada da Nega	2	5	1	1990
32	Pousada da Talita	3	6	2	1990
33	Pousada do Biu	4	12	5	1990
34	Pousada do Marcílio	5	9	1	1990
35	Pousada do Sueste	3	8	1	1990
36	Pousada do Vale	3	9	1	1990
37	Pousada Mabuia	5	13	3	1990
38	Pousada Recanto	4	10	2	1990
39	Pousada Solar dos Ventos	3	12	2	1990
40	Pousada Verde Livre	4	8	2	1990
Soma 1	40	188	471	107	-

TABELA 1 - MEIOS DE HOSPEDAGEM EM FERNANDO DE NORONHA - 1998

(Parte 2 de 2)

N.º	MEIO DE HOSPEDAGEM	UHs	LEITOS	EMPREGADOS	INÍCIO
41	Pousada do Lopes	2	6	2	1991
42	Pousada Solimar	3	10	3	1991
43	Pousada Tia Filó	3	6	2	1991
44	Pousada da Sônia	2	4	1	1992
45	Pousada do Dandão	4	8	2	1992
46	Pousada Esmeralda	4	12	2	1992
47	Pousada Mar Azul	2	5	1	1992
48	Pousada Miramar	5	14	2	1992
49	Pousada Pousatur	7	14	3	1992
50	Pousada Bela Vista	3	7	2	1993
51	Pousada das Flores	3	6	3	1993
52	Pousada Delmares	2	5	1	1993
53	Pousada Jo-Mar	2	6	2	1993
54	Pousada Lun Mar	3	7	2	1993
55	Pousada Privê Paradise	4	13	6	1993
56	Pousada Raio de Sol	2	5	1	1993
57	Pousada Recanto dos Corais	4	11	2	1993
58	Pousada Solar das Andorinhas	3	7	1	1993
59	Pousada Alamoia	2	4	2	1994
60	Pousada Albatroz	2	5	2	1994
61	Pousada da Maga	2	6	1	1994
62	Pousada da Nancy	2	5	1	1994
63	Pousada do Mano	3	9	1	1994
64	Pousada Fortaleza	2	5	2	1994
65	Pousada Agulhão	2	5	2	1995
66	Pousada da Bel	3	7	1	1995
67	Pousada da Janice	3	6	1	1995
68	Pousada Estrela do Mar	2	4	1	1995
69	Pousada do Jair	3	6	1	1995
70	Pousada Marinha	2	5	1	1995
71	Pousada Topázio	4	12	1	1995
72	Pousada Resid. Avenida	4	9	2	1996
73	Pousada Ares de Noronha	3	7	2	1998
74	Pousada da Marcela	4	10	1	1998
75	Pousada da Helena	3	6	3	...
Soma 2	35	104	257	62	-
TOTAL	75	292	728	169	-

Fontes : 1)EMPETUR: Inventário do Potencial Turístico de Fernando de Noronha, 1998, p. 20-25.

2)ADFN : Sistema de Hospedagem Domiciliar, 1991, p. 9.

3) Checagem por Telefone.

3.3 Evolução e perfil da demanda turística

A procura por destinos ecológicos tem aumentado acima da média anual do turismo de massa nos últimos anos. O turista da modernidade é um turista que vai reduzindo a polaridade trabalho-diversão, típica da sociedade industrial. É um turista que busca valores, conteúdos e experiências, que permitam o crescimento em todas as áreas da existência, para entender, mas também se entreter. As principais motivações de viagem incluem agora⁴⁹ :

- a) ampliação dos próprios horizontes, vontade de conhecer e disposição para enfrentar novas experiências;
- b) reflexão e volta às coisas simples e à natureza;
- c) desejo de intercâmbio com outras culturas;
- d) criatividade pessoal na definição da viagem.

Segundo estimativas de vários especialistas, este grupo tende a representar 30% a 45% da demanda turística no ano 2.000 que, de acordo com a OMT, foi da ordem de 618 milhões de turistas, só em viagens internacionais, em 1997.

O crescimento da demanda por Fernando de Noronha nos últimos oito anos, não só confirma essas estimativas e tendências como surpreende em termos de crescimento médio anual, conforme demonstrado na Tabela 2 e no Gráfico 2. À exceção do ano de 1996, que foi um ano atípico devido à aplicação de normas restritivas para redução do número de vôos e de visitantes, de 1991 até 1998 o total de turistas recebidos cresceu aceleradamente. Em 1999 foi registrado o crescimento de 69,92 %, em relação ao ano de 1998, o que supera os percentuais de crescimento registrados no mesmo período com relação ao turismo mundial, à chegada de turistas ao Brasil e ao Recife. (Tabelas 2 e 3; Gráficos 2, 3 e 4)

49 Movimento Consumatori-TeAm, 1995, p.14.

TABELA 2 - CHEGADA DE TURISTAS EM FERNANDO DE NORONHA
PERÍODO: 1991 E 1992 + 1995 A 1999

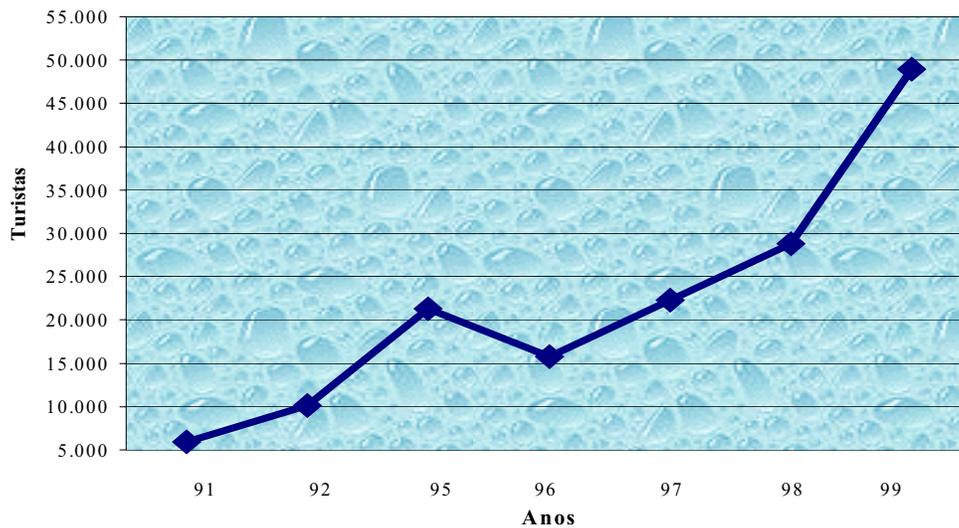
	1991	1992	1995	1996	1997	1998	1999
Janeiro	492	1.280	3.477	2.948	2.895	3.826	4.934
Fevereiro	492	792	2.799	2.267	2.378	2.641	3.842
Março	492	736	2.428	1.385	1.922	2.294	4.111
Abril	470	398	2.017	1.044	1.230	2.086	3.658
Mai	437	296	1.317	621	1.181	1.604	2.476
Junho	366	204	923	793	977	1.687	3.078
Julho	830	1.440	1.674	1.430	2.297	2.850	5.376
Agosto	424	720	1.066	790	1.376	2.027	4.302
Setembro	512	1.086	1.200	858	1.630	2.542	4.774
Outubro	489	1.392	1.579	1.116	2.036	2.542	4.865
Novembro	458	1.234	1.180	1.032	1.727	1.974	4.006
Dezembro	449	516	1.655	1.474	2.640	2.744	3.545
TOTAL ANUAL	5.911	10.094	21.315	15.758	22.289	28.817	48.967

Fonte : ADFN / Dept. de Meio Ambiente e Turismo. Março / 2.000

Notas : a) Os valores referentes aos meses de janeiro, março e abril de 1991, foram estimados com base na média dos meses de abril a dezembro.

b) Não há dados disponíveis referentes a 1993 e 1994.

GRÁFICO 2: EVOLUÇÃO DA CHEGADA DE TURISTAS EM FERNANDO DE NORONHA
PERÍODO: 1991 E 1992 + 1995 A 1999



O número de chegadas internacionais, em termos mundiais, vem crescendo em média 4,83% ao ano, nos últimos cinco anos, tendo apresentado crescimento de 7,42 % em 1999 com relação ao ano de 1998. No Brasil, o crescimento do número de chegadas de turistas

apresenta grandes variações devido, principalmente, a oscilações na política cambial brasileira e nos principais mercados emissores do Cone Sul.

TABELA 3 - CHEGADA DE TURISTAS NO MUNDO E NO BRASIL
PERÍODO: 1994 A 1995

Ano	Mundo		Brasil	
	Turistas (Milhares)	Variação (%)	Turistas (Milhares)	Variação (%)
1994	545.878	-	1.853,3	-
1995	565.500	3,59	1.991,4	7,45
1996	594.827	5,18	2.665,5	33,85
1997	618.300	3,94	2.849,7	6,91
1998	635.700	2,81	4.818,1	69,07
1999	682.900	7,42	5.000,1	3,77

Fonte : 1) OMT – Anuário de Estatísticas do Turismo, referente à coluna Mundo, anos de 1994 e 1996.
2) OMT – Base de Dados, Maio de 2000, referente à coluna Mundo anos de 1995, 1997, 1998 e 1999.
3) EMBRATUR – Brazilian Tourism Figures 1994-1998, referente à coluna Brasil.
4) EMBRATUR – Base de Dados, 08/12/2000, referente à coluna Brasil ano de 1999.

GRÁFICO 3 – VARIÇÃO ANUAL DA CHEGADA DE TURISTAS EM FERNANDO DE NORONHA - PERÍODO: 1995 A 1999

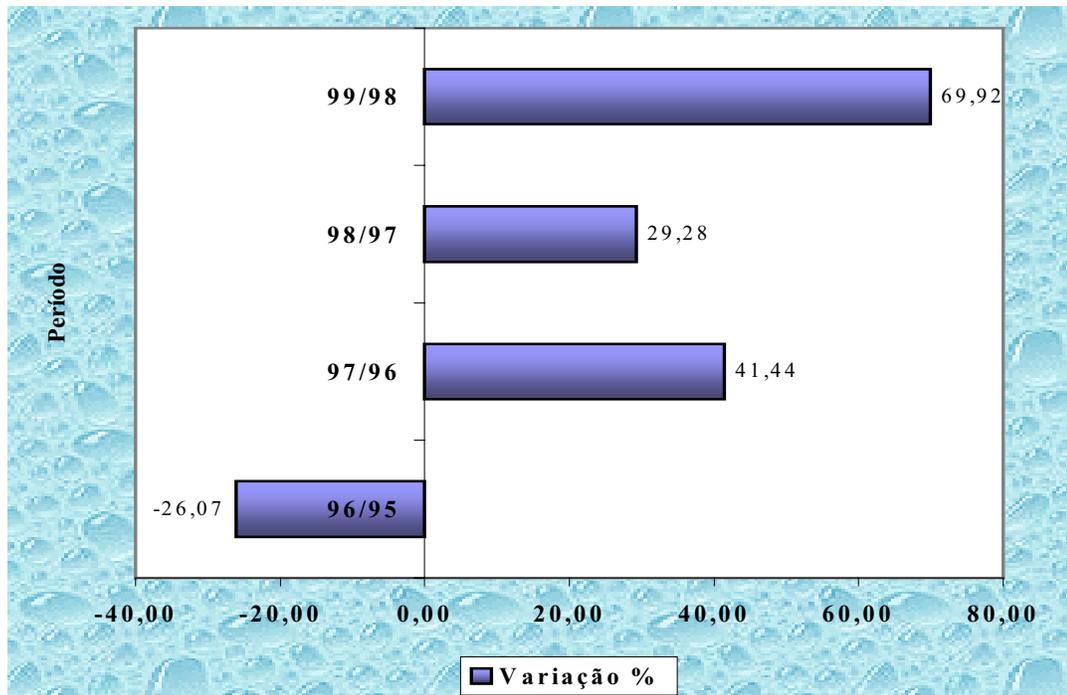
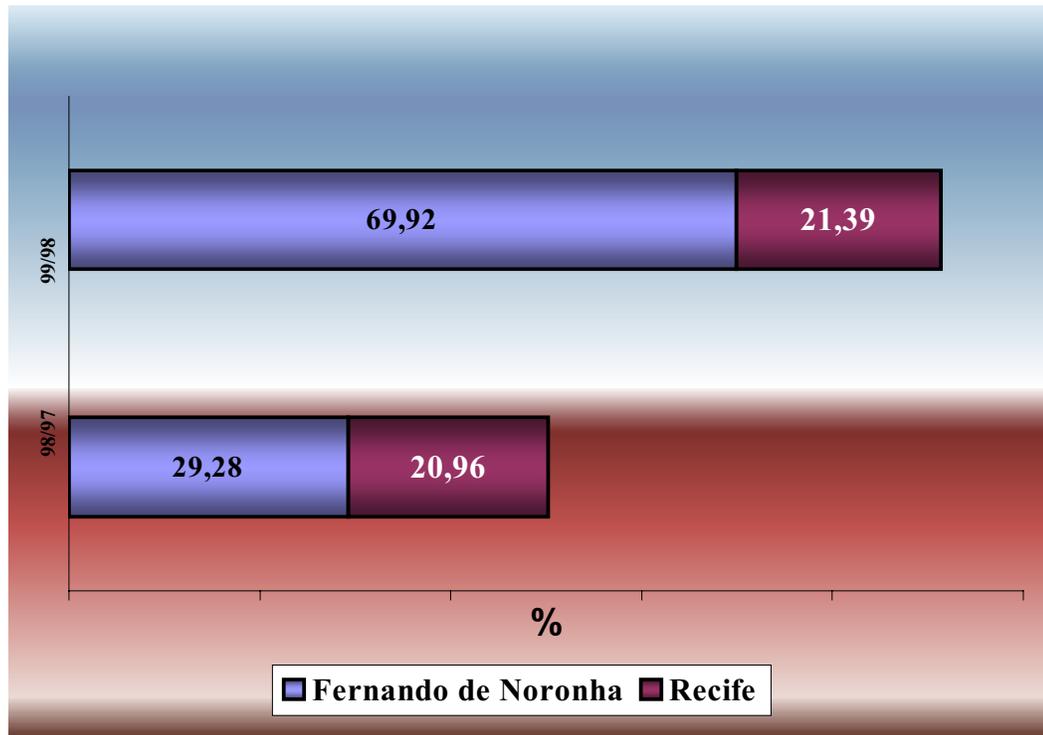


GRÁFICO 4 – VARIAÇÃO ANUAL DA CHEGADA DE TURISTAS EM RECIFE E EM FERNANDO DE NORONHA - PERÍODO: 1997 A 1999



A permanência média do turista no Arquipélago tem se mantido em torno de 3,4 dias e o gasto médio estimado é de R\$ 100,00/turista/dia.⁵⁰ Quanto aos demais indicadores do perfil da demanda turística, a única pesquisa⁵¹ com dados consolidados, disponível até a data de 08/12/2000, foi realizada no período de 24 a 28 de março de 1995. A pesquisa teve por base procedimentos metodológicos adotados para pesquisa de opinião, trabalhou uma amostra de 115 questionários aplicados, tendo como referência o número médio de 367 turistas/dia, cujas principais tendências encontram-se sintetizadas no Quadro 4.

50 Comunicação Pessoal de Margareth Grillo, Diretora de Desenvolvimento Sócio-Econômico e Ambiental da ADFN, 13/04/1999.

51 Magis Assessoria e Pesquisa, 1995, n/p.

QUADRO 4 - PERFIL DA DEMANDA TURÍSTICA DE FERNANDO DE NORONHA - MAIO/ 1995

INDICADOR	PREDOMINÂNCIA
• País de Origem	• 95,7 % Brasil
• Município de Residência	• 33% São Paulo, 10,4 % Rio, 2,7% Recife
• Faixa Etária	• 65 % entre 25 e 44 anos
• Sexo	• 59% feminino
• Estadia em FN	• 76% ótima / boa
• Preço de Hospedagem	• 34,7% bom / justo - 27,5% razoável / alto
• Segurança Pública	• 91,4% ótima / boa
• Saúde Pública	• 40,8% ótima / boa - 17,4% regular
• Preservação Ambiental	• 69% ótima / boa
• Limpeza Urbana	• 56,6% ótima / boa - 24,3% regular

Fonte: MAGIS, 1995.
Elaboração: Sandra Pagano.

Num esforço de identificação do perfil do visitante de Fernando de Noronha, a Superintendência de Meio Ambiente e Turismo da ADFN distribuiu com todos os visitantes que chegam ao Arquipélago, no aeroporto e no porto, praticamente desde a implantação da Taxa de Preservação Ambiental, um questionário para ser respondido e devolvido por ocasião do embarque de volta ao continente. Os resultados, porém, não são tabulados e analisados sistematicamente. E o próprio questionário vem sofrendo sucessivas modificações o que impossibilita a análise de uma série evolutiva. Entretanto, a título de ilustração comparativa, transcreve-se a seguir a síntese das principais tendências identificadas no Perfil do Visitante de Fernando de Noronha, cujos questionários foram aplicados no mês de julho de 2000.⁵²

⁵² 4.680 visitantes foram registrados em Fernando de Noronha em julho de 2.000 e desse total 895 responderam os questionários, o que corresponde a 19% do total de visitantes no período.

QUADRO 5 - PERFIL DA DEMANDA TURÍSTICA DE FERNANDO DE NORONHA –
JULHO/ 2000

INDICADOR	PREDOMINÂNCIA
<input type="checkbox"/> Local de Residência	<input type="checkbox"/> 92% Brasil
<input type="checkbox"/> Faixa Etária	<input type="checkbox"/> 44% de 31 a 50 anos
<input type="checkbox"/> Sexo	<input type="checkbox"/> 55% Feminino
<input type="checkbox"/> Motivo da Viagem	<input type="checkbox"/> 86% Turismo em Geral
<input type="checkbox"/> Tempo de Permanência	<input type="checkbox"/> 3 dias
<input type="checkbox"/> Grau de Instrução	<input type="checkbox"/> 73% Superior
<input type="checkbox"/> Faixa de Renda	<input type="checkbox"/> 33% 11 a 20 salários mínimos <input type="checkbox"/> 27% 6 a 10 salários mínimos <input type="checkbox"/> 15% 21 a 30 salários mínimos
<input type="checkbox"/> Intenção de Voltar ao Arquipélago	<input type="checkbox"/> 85% Sim
<input type="checkbox"/> Vias de Acesso	<input type="checkbox"/> 64 % ótima / boa <input type="checkbox"/> 18 % regular <input type="checkbox"/> 18 % ruim
<input type="checkbox"/> Transporte Interno	<input type="checkbox"/> 66 % ótimo / bom <input type="checkbox"/> 25 % regular <input type="checkbox"/> - 11% ruim
<input type="checkbox"/> Coleta de Lixo	<input type="checkbox"/> 86% ótima / boa <input type="checkbox"/> 13 % regular <input type="checkbox"/> 1% ruim
<input type="checkbox"/> Hospedagem	<input type="checkbox"/> 76 % ótima / boa <input type="checkbox"/> 21 % regular <input type="checkbox"/> 3 % ruim

Fonte: ADFN - Perfil dos visitantes e avaliação dos serviços em FN, Julho/2000.

Elaboração: Sandra Pagano.

Quanto aos principais aspectos positivos foram destacados a beleza natural (38%), a preservação do meio ambiente (28%), a população (14%) e o turismo (11%). Dentre os aspectos negativos a infra-estrutura recebeu o maior índice de reprovação (30 %), seguida dos preços elevados (18%) e de hospedagem/restaurantes, que juntos foram alvo da insatisfação de 15% dos visitantes que preencheram o questionário distribuído pela ADFN. Os principais motivos destacados pelos 15% dos pesquisados que não manifestaram

intenção de voltar ao Arquipélago foram os custos elevados, a falta de infra-estrutura e o fato de já terem conhecido o suficiente do Arquipélago.

3.4 Estrutura jurídico-organizacional e gestão do turismo

No aspecto político-institucional recente, têm relevância os fatos ocorridos a partir de 1938, quando o Arquipélago passou a ser administrado pelo Governo Federal, que instalou na ilha um presídio político. Em 1942 o Arquipélago foi transformado em Território Federal, administrado pelo Exército e, posteriormente, pela Aeronáutica e Estado Maior das Forças Armadas - EMFA, até o ano de 1987.

O primeiro governo civil do Território Federal de Fernando de Noronha foi vinculado ao Ministério do Interior (Lei Federal nº 7.608 de 30/06/87) e para o cargo de governador do território foi nomeado Fernando César de Moreira Mesquita, Porta-voz do então Presidente da República, José Sarney.

Em 29/06/1988, na votação em primeiro turno da atual Constituição Federal, foi aprovada a emenda constitucional apresentada pelos deputados pernambucanos José Moura, do Partido da Frente Liberal – PFL, e Nilson Gibson, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB, que propôs a extinção do Território Federal de Fernando de Noronha, e a sua reanexação ao Estado de Pernambuco. Emenda que se consolidou nos termos do Artigo 15 do Ato das Disposições Transitórias da Constituição Federal de 1988.

Pouco antes da reanexação a Pernambuco, o Governo Federal através do Decreto-Lei 96.963 de 14/09/88, criou o Parque Nacional Marinho de Fernando de Noronha - PARNANAR, com área de 112,7 km², correspondentes a 70% da área total do Arquipélago, conforme delimitações apresentadas à página seguinte. (Figura 3)

Conforme disposto no artigo 96 da Constituição Estadual vigente, o Arquipélago de Fernando de Noronha constitui região geoeconômica, social e cultural do estado de Pernambuco, instituído sob a forma de Distrito Estadual, regido pela sua Lei Orgânica, Lei Estadual 11.304/95, promulgada em 28/12/1995 e pelos princípios do desenvolvimento sustentável conceituados no relatório da Comissão de Brundtland.

Desta forma o Estado inclui entre os bens distritais a totalidade da extensão territorial da ilha de Fernando de Noronha e das demais ilhas componentes do Arquipélago. Dentre as competências previstas na Lei 11.304/95 destacam-se como dever do Poder Estadual:

- a) preservar e proteger o meio ambiente do Arquipélago;
- b) organizar e manter os serviços públicos locais;
- c) assegurar, organizar e regulamentar o abastecimento da população;
- d) arrecadar e fiscalizar o recolhimento dos tributos;
- e) fomentar o turismo ecológico, assegurando as condições necessárias ao seu desenvolvimento, disciplinando e fiscalizando suas atividades de modo a manter o equilíbrio ambiental;
- f) cuidar da limpeza das vias e logradouros públicos e das praias, da higiene pública e da remoção, tratamento, reciclagem e destinação final do lixo e de outros resíduos.

Apesar da plenitude da Administração Distrital, parte significativa da população que reside no Arquipélago há mais de quinze anos ainda alimenta esperança de Fernando de Noronha voltar a ser Território Federal ou até mesmo de vir a constituir-se no primeiro Território Ecológico do Brasil, conforme manifestado por vários entrevistados durante a pesquisa de campo. Tal sentimento permanece tão arraigado que em todas as lojas e pontos de venda de souvenirs visitados não foi possível encontrar nada que tivesse o nome Pernambuco. Apenas a Administração Estadual faz referência a Pernambuco em seu material de divulgação turística, conforme pode ser observado na Fotografia 11 e na Figura 4 a seguir apresentadas.



Fotografia 11 – Camisas de souvenir para venda em loja em Fernando de Noronha
Fonte: Sandra Pagano, Abril/2000.

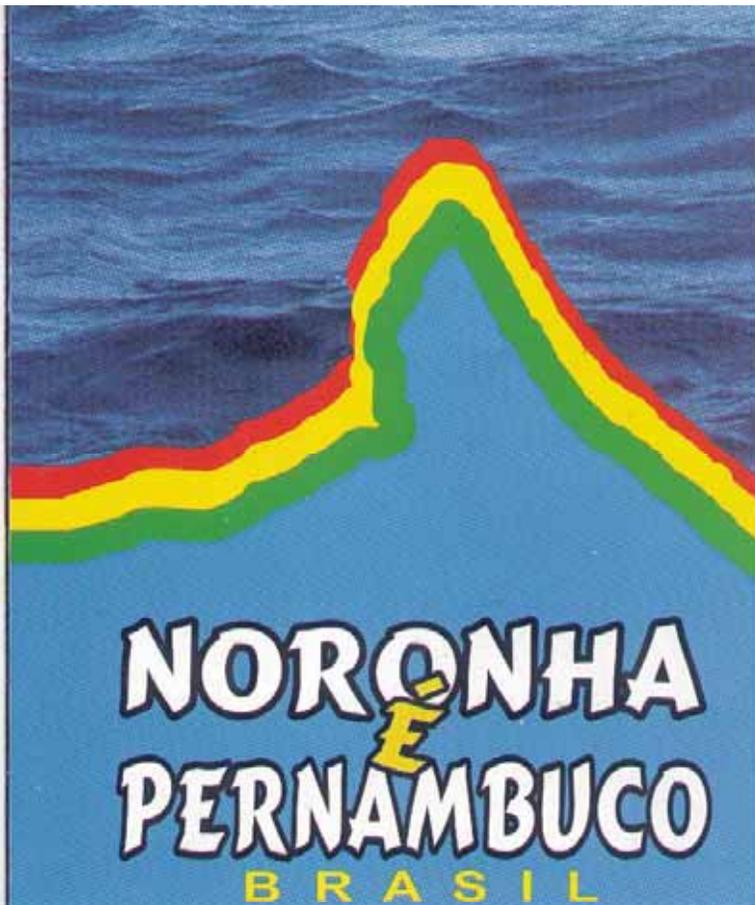


FIGURA 4 – FOLDER DE DIVULGAÇÃO TURÍSTICA DE FERNANDO DE NORONHA, 2000.

As pressões e o debate sobre a exploração do turismo começaram ainda no Governo Militar quando, em 1986, o Estado Maior das Forças Armadas – EMFA encomendou à HIDROSERVICE - Engenharia de Projetos Ltda., consultora que dispunha, à época, de escritórios em várias capitais brasileiras e também em Quito, La Paz e Lagos, a elaboração de um Plano Diretor de Desenvolvimento para o Território de Fernando de Noronha.

O Plano Diretor, elaborado pelo EMFA/HIDROSERVICE, propôs a estruturação da ilha para o turismo sofisticado e em grande escala, internacional e doméstico, com crescimento previsto em três etapas, sucedendo a primeira na qual era prevista a implantação de infraestrutura, conforme sintetizado no Quadro 5.

QUADRO 5 – INDICADORES BÁSICOS PREVISTOS NO PLANO EMFA/HIDROSERVICE

Etapa	População (Pessoas)				Capacidade de Hospedagem			
					(Apartamentos)		Total	
	Militar	Civil	Turistas	Total	Hotéis Aptos.	Chalés		Pousadas Aptos.
1	350	950	0	1.300	0	0	0	0
2	350	2.596	361	3.307	290	0	25	315
3	350	5.237	729	6.316	590	70	25	685
4	350	7.683	1.177	9.210	770	160	125	1.055

Fonte dos dados: EMFA/HIDROSERVICE, 1986 p. 31 – 34.
Elaboração: Sandra Pagano.

De acordo com as ações de infra-estrutura previstas no Plano, ao final de sua implantação o Território Federal de Fernando de Noronha estaria apto a receber vôos internacionais e contaria com uma oferta de equipamentos e serviços turísticos de qualidade integrada por hotéis, marinas, campo de golfe, equipamentos e plantel de cavalos para a prática de hipismo, restaurantes, centros comerciais, entre outros.

Entretanto, antes mesmo da conclusão do Plano, o Presidente da República assinou em 05/06/1986, Dia Mundial do Meio Ambiente, o decreto nº 92.755 declarando Área de Proteção Ambiental – APA todo o Território Federal de Fernando de Noronha.

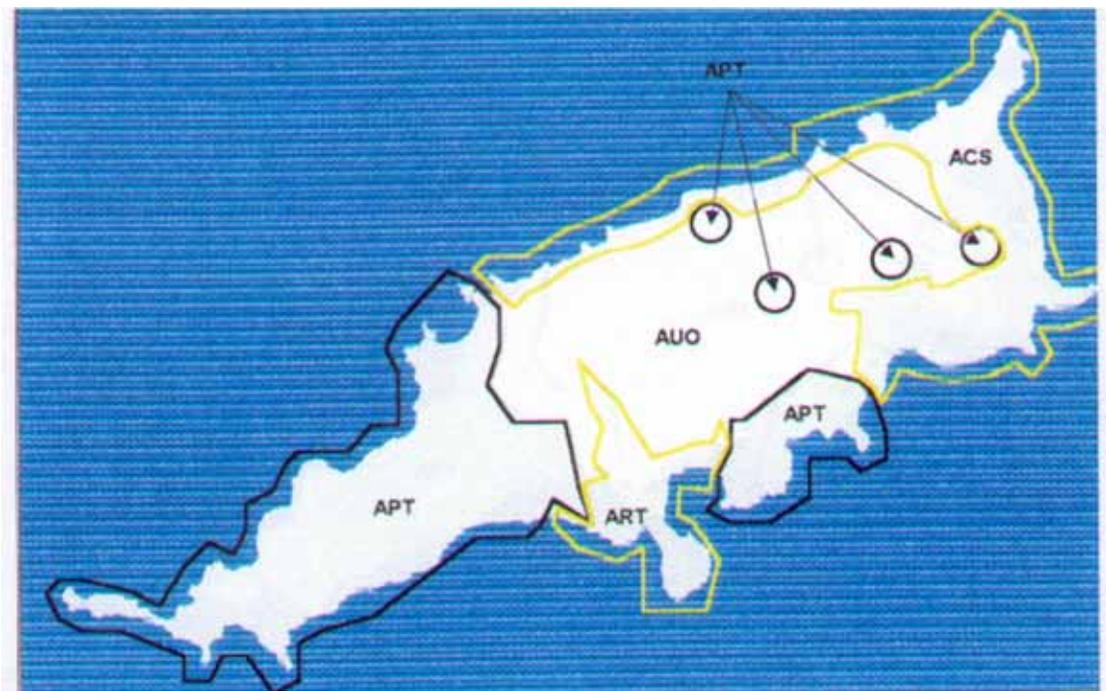


FIGURA 5 – ZONEAMENTO DA APA FEDERAL DE FERNANDO DE NORONHA

Fonte: ADFN – Recife, Novembro/2000.

Legenda:

- APT – Área de Preservação Ecológica
- ART – Área de Recuperação Ecológica
- ACS – Área de Conservação
- AUO – Área de Uso e Ocupação

A primeira administração estadual, a Coordenadoria do Distrito Estadual de Fernando de Noronha, vinculada à Secretaria de Planejamento do Estado de Pernambuco, diante da forte tendência de expansão do turismo na ilha, que não contava com infra-estrutura adequada para um aumento expressivo do número de visitantes, adotou imediatamente

medidas de contenção do fluxo, através da implantação do Sistema de Cobrança da Taxa de Preservação Ambiental (Lei Estadual 10.403 de 29/12/89) aplicada a todos os visitantes.

Posteriormente, através da implantação do Sistema de Hospedagem Domiciliar-SIHD (Portaria GOPE/AFN n.º 022/91), foram estabelecidos mecanismos de normatização, fiscalização e classificação das hospedarias. O SIHD teve por objetivo a melhoria dos serviços prestados aos visitantes e uma melhor adequação dos imóveis à dupla função de residência e pousada. Pois já se configurava a tendência de crescimento dos problemas sociais decorrentes da cessão de grande parte da área dos domicílios para a função de hospedagem. Ficando a família e os auxiliares, trazidos em sua maioria do Rio Grande do Norte e de Pernambuco, habitando todos juntos em um único cômodo.

Além da Taxa de Preservação Ambiental -TPA e do SIHD vários instrumentos normativos foram sancionados pela ADFN, ao longo dos últimos 12 anos, buscando disciplinar o número de visitantes, a contenção do volume de lixo produzido, o criatório e pastoreio de animais conforme se observa a seguir na cronologia dos Atos estaduais apresentada no Quadro 7.

QUADRO 7 - FERNANDO DE NORONHA: ATOS DO PODER ESTADUAL RELATIVOS À GESTÃO DO DEFN

Parte 1 de 4.

Ato	Data	Deliberação
Decreto 13.281	06/10/88 (p)	Dispõe sobre estrutura provisória de administração do Arquipélago; institui função temporária de Coordenação Executiva e dá outras providências.
Decreto 13.288	12/10/88 (p)	Dispõe sobre estrutura provisória de administração do Arquipélago; institui função temporária de Coordenação Executiva e trata no Art. 03 dos recursos orçamentários.
Decreto 13.553	08/04/89 (p)	Declara Área de Proteção Ambiental o Arquipélago de Fernando de Noronha.
Decreto 13.766	12/08/89 (p)	Dispõe sobre a Estrutura Organizacional Provisória do Arquipélago.
Decreto 13.842	15/09/89 (p)	Vincula a Coordenadoria de Administração do Arquipélago de Fernando de Noronha, como unidade administrativa e orçamentária, à Secretaria de Planejamento do Estado de Pernambuco.
Constituição Estadual	Promulgada em 05/10/1989	Artigo 96: Institui o Distrito Estadual de Fernando de Noronha como região geoeconômica, social e cultural do Estado de Pernambuco, sob a forma de Distrito Estadual; Cria o Conselho Distrital de Fernando de Noronha.
Decreto 13.955	18/10/89 (p)	Dispõe sobre a Estrutura Organizacional da Coordenadoria de Administração do Arquipélago, vinculada à Secretaria

		de Planejamento do Estado de Pernambuco.
Decreto 13.959	21/10/89 (p)	Cria a Delegacia de Polícia no Distrito Estadual de Fernando de Noronha, define sua estrutura, subordinação imediata e dá outras providências.
Lei 10.403	30/12/89 (p)	Institui os Tributos no âmbito do DEFN, dispõe sobre sua competência tributária e dá outras providências.
Decreto 14.200	06/12/90 (p)	Regulamenta a cobrança da TPA e dá outras providências.
Portaria GOPE/DEFN 022/91	06/03/91 (a)	Implanta o Sistema de Hospedagem Domiciliar - SIHD.
Decreto 14.883	13/03/91 (p)	Prorroga o prazo estabelecido no Art. 31 do Dec. 13.955.
Lei 10.569	19/04/91 (p)	Torna o Distrito Estadual de Fernando de Noronha órgão integrante da estrutura organizacional da Governadoria do Estado, como Núcleo de Subordinação.
Portaria GOPE/DEFN 098/91	31/05/91 (a)	Introduz normas operacionais ao Sistema de Hospedagem Domiciliar-SIHD.
Portaria GOPE/DEFN 099/91	31/05/91 (a)	Institui o Sistema de Controle de Hospedagem.
Portaria GOPE/DEFN 100/91	31/05/91 (a)	Proíbe a abertura de novas hospedarias e a ampliação do número de leitos das hospedarias já cadastradas.
Portaria GOPE/DEFN 121/91	07/08/91 (p)	Dispõe sobre o SIHD e estabelece critérios para fixação do nº de leitos e controle de qualidade das hospedarias.
Decreto 15.230	10/09/91 (n)	Cria Comissão para elaboração do Plano de Ações Imediatas do Arquipélago.

QUADRO 7 - FERNANDO DE NORONHA: ATOS DO PODER ESTADUAL RELATIVOS À GESTÃO DO DEFN

Parte 2 de 4.

Ato	Data	Deliberação
Decreto 15.333	18/10/91 (p)	Aprova o Regulamento do DEFN e dá outras providências.
Decreto 16.491	18/02/93 (p)	Regulamenta a Lei 10.403, com relação ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza-ISS e ao Imposto sobre Vendas a Varejo de Combustíveis Líquidos e Gasosos – IVVC.
Decreto 17.339	25/02/94 (p)	Institui o Conselho Distrital de Entorpecentes de Fernando de Noronha.
Lei 11.200	31/01/95 (p)	Define a estrutura do Poder Executivo Estadual e vincula o DEFN ao Sistema de Execução de Serviços Públicos da Governadoria.

Portaria GOPE/DEFN 025/95	12/05/95 (a)	Estabelece o horário de funcionamento do Aeroporto, disciplina a operação de vôos charters e o acesso de turistas; Restringe a operação dos charters e estabelece, temporariamente, o total de 120(cento e vinte) visitantes como limite máximo diário de acesso de pessoas ao Arquipélago pó via aérea ou marítima, até o limite
Portaria GOPE/ADEFN N 142/95	21/12/95 (a)	Disciplina o serviço de táxis, o limite de concessionários e seu tarifário.
Decreto 18.673	17/08/95 (p)	Aprova o Regulamento do DEFN, dispõe sobre organização, funções, competências e estrutura da sua Administração Geral e dá outras providências.
Lei 11.304	29/12/95 (p)	Institui o DEFN, aprova sua Lei Orgânica, dispõe sobre medidas administrativas, cria o Parque Estadual Marinho de Fernando de Noronha e dá outras providências.
Lei 11.305	29/12/95 (p)	Modifica a lei 10.403 de 29/12/1989 e dá outras providências.
Emenda Constitucional Nº 09	29/12/95 (p)	Altera a redação do Artigo 4º da Constituição Estadual e inclui o Arquipélago de Fernando de Noronha entre os bens do Estado de Pernambuco.
Portaria GOPE/DEFN 002/96	15/02/96 (p)	Proíbe a entrada e comercialização de produtos em recipientes e embalagens descartáveis no DEFN.
Portaria GOPE/DEFN 003/96	15/02/96 (p)	Proíbe o criatório e pastoreio de animais nas vias e logradouros públicos.
Decreto Distrital 01/96	15/03/96 (p)	Cria Programa de Melhoria das Condições Habitacionais do DEFN.
Portaria GOPE/DEFN 015/96	21/03/96 (p)	Disciplina a entrada de veículos no DEFN.
Portaria GOPE/DEFN 016/96	02/03/96 (p)	Proíbe a comercialização de combustíveis e gás de cozinha fora da área do posto de combustíveis.
Decreto Distrital 02/96	18/06/96 (p)	Aprova o Regimento Interno do Conselho Distrital de Meio Ambiente – CONDIMA.
Instrução Normativa 01/96	18/06/96 (p)	Dispõe sobre o Sistema de Hospedarias Domiciliares, estabelece normas de ocupação e exploração e dá outras providências.
Instrução Normativa 02/96	23/07/96 (p)	Dispõe sobre entrada e fixação de residência permanente de pessoas físicas na Ilha de Fernando de Noronha.

QUADRO 7 - FERNANDO DE NORONHA: ATOS DO PODER ESTADUAL RELATIVOS À GESTÃO DO DEFN

Ato	Data	Deliberação
Instrução normativa 001/97	03/02/97 (a)	Dispõe sobre o SIHD, estabelece normas de exploração e ocupação e dá outras providências.
Decreto Distrital 04/97	15/11/97 (p)	Dispõe sobre normas de conduta de tratamento do lixo no DEFN e proíbe a construção de aterros sanitários.
Lei 11.512	25/12/97 (p)	Altera o Parágrafo 1. do Art. 25 da Lei 11.304 de 28/12/1995, reduzindo para 02 o número mínimo de Secretarias Distritais.
Resolução 01/98	12/06/98 (p)	Expede instruções para eleição de 04/10/1998 para o Conselho Distrital.
Instrução normativa 01/99	08/01/99 (a)	Dispõe sobre o licenciamento de construções habitacionais e comerciais.
Instrução normativa 02/99	08/01/99 (a)	Dispõe sobre a contratação temporária de mão de obra do continente.
Decreto 21.488	15/06/99 (p)	Aprova o Estatuto do Distrito Estadual de Fernando de Noronha.
Portaria GOPE/DEFN 66/99	02/07/99 (p)	Disciplina e limita o ingresso e permanência de veículos automotores e motocicletas com mais de 100 cc.
Portaria GOPE/DEFN 86/99	02/10/99 (p)	Dispõe sobre a contenção de todas as tendências espontâneas de ocupação ou expansão dos imóveis existentes nas faixas de praia, com o intuito de eliminar os
Lei 11.704	30/11/99 (p)	Modifica a Lei 10.403 e alterações introduzindo mudanças na cobrança da TPA, fixando em 20 UFIRs o valor cobrado por dia até o limite máximo de 10 dias e dá outras
Decreto Distrital 01/00	22/02/00 (p)	Dispõe sobre o disciplinamento de serviço de transporte de passageiros na ilha de Fernando de Noronha e autoriza ao trabalho no DEFN a categoria profissional de condutor de
Instrução Normativa 01/00	23/02/00 (p)	Disciplina o fluxo de turistas no Arquipélago, estabelece o limite diário médio de 130 turistas com acesso por via aérea e dá outras providências.
Portaria Interinstitucional IBAMA/ADFN 01/00	23/02/00 (p)	Determina a capacidade máxima de passageiros em 40 pessoas por embarcação licenciada para passeio turístico e estabelece a obrigatoriedade de licenciamento ambiental emitido pela CPRH.
Instrução Normativa 02/00	12/04/00 (p)	Constitui Comissão Permanente de Controle Migratório e Moradia, bem como de veículos e embarcações automotores no DEFN.

QUADRO 7 - FERNANDO DE NORONHA: ATOS DO PODER ESTADUAL RELATIVOS
À GESTÃO DO DEFN

Parte 4 de 4.

Ato	Data	Deliberação
Portaria GOPE/DEFN 27/00	04/05/00 (p)	Introduz alterações na Portaria GOPE/DEFN 66/99 que disciplina o controle do ingresso de veículos automotores no DEFN.
Portaria GOPE/DEFN 67/00	25/07/00 (p)	Renova por 120 dias a proibição do ingresso de veículos automotores e motocicletas com mais de 100 cc. No DEFN.
Lei 11.879	21/11/00 (p)	Autoriza a utilização de área de preservação permanente de 245,30 m ² , limitada pelas praias de Santo Antônio a noroeste e da Caieira a sudeste.
Decreto Distrital 05/2000	07/12/00 (p)	Fixa os valores de cobrança da Taxa de Uso e Ocupação de Imóveis.
Lei 11.923	30/12/00 (p)	Altera o Art. 83 da Lei 10.403 de 29/12/1989, isenta crianças menores de 05 anos do pagamento da TPA e dá outras providências.
Portaria GOPE/DEFN 01/01	25/01/01 (p)	Cria Comissão de Avaliação dos Meios de Hospedagem de Fernando de Noronha – COMEIHOS.
Resolução CONSEMA 01/01	16/03/01 (p)	Cria Grupo de Trabalho para analisar a Minuta do Anteprojeto de Lei de Uso e Ocupação do Solo, apresentada pela ADFN na XXIV Reunião do CONSEMA.

Fonte: Pesquisa de dados secundários junto a: Sistema de Informações Legislativas – SIL

do CONDEPE; diversas edições do Diário Oficial do Estado de Pernambuco e

arquivos da ADFN.

Convenções:

(a) data da assinatura;

(p) data da publicação no DOPE.

Entretanto, apesar de ser APA Federal, Parque Nacional Marinho, APA Estadual e Parque Estadual Marinho que vem sendo alvo de aplicação de diversos instrumentos normativos por parte da Administração Estadual a partir de 1989, conforme apresentado no Quadro 7, o atual estágio do desenvolvimento turístico em Fernando de Noronha não pode ser caracterizado exclusivamente segundo o conceito de ecoturismo, como pôde ser constatado durante a pesquisa de campo e da análise dos diversos indicadores apresentados a seguir no Capítulo 4 desta dissertação. O próprio marketing turístico institucional, embora ressalte a importância da conservação ambiental, procura motivar a demanda potencial através da possibilidade de um passeio de buggy na praia. (Anexo A)

3.5 A taxa de preservação ambiental como instrumento econômico e de gestão do turismo

Os vários debates ocorridos durante o processo de reanexação evidenciaram a tendência de crescimento turístico, com adesão da grande maioria da população residente, à época em torno de 1.400 pessoas, e forte pressão de grupos empresariais ligados à exploração da atividade, apesar da grande resistência de grupos ambientalistas. As propostas apresentadas variavam desde o fechamento total do arquipélago para o turismo, até a transformação da Ilha de Fernando de Noronha na “*Aruba Brasileira*”⁵³

A questão do desenvolvimento sustentado do turismo extrapolava as posições mais extremadas e configurava-se como questão estratégica, tanto do ponto de vista de preservação ambiental como em termos econômicos. A instituição de uma taxa para ser cobrada aos visitantes do Arquipélago, pareceu ser um instrumento ideal, pois reunia numa mesma medida, a possibilidade de contenção do crescimento exponencial da demanda turística e a vantagem da arrecadação de recursos para o cumprimento das atividades de conservação e manejo ambientais.

O estabelecimento de mecanismos de elevação do preço da taxa em termos proporcionais ao aumento do tempo de permanência dos turistas configurou-se como necessário para coibir a tendência imigratória que começou a se apresentar em 1989, principalmente por parte de jovens turistas que, ao se deslumbrarem com o Arquipélago, decidiam permanecer em Fernando de Noronha por prazo indeterminado. Gerando problemas de falta de emprego e moradia, os quais, na maioria dos casos, vinham acompanhados de alcoolismo e promiscuidade, afetando sobretudo os jovens ilhéus.

Estimou-se, portanto, em quatro dias o tempo mínimo necessário para conhecer comodamente o Arquipélago, tempo este objeto da menor taxa a ser instituída, de modo a não onerar substancialmente as despesas da grande maioria dos turistas que o visitam.

À mesma época, a Assessoria Jurídica do Gabinete do Governador do Estado de Pernambuco estava concluindo a elaboração do Projeto de Lei nº 688 que instituiu a cobrança de tributos municipais⁵⁴ no âmbito do Distrito Estadual de Fernando de Noronha.

53 ADFN, 1989.

54 ISS, IVVC, ITBI, entre outros.

3.5.1 A promulgação da Lei Estadual 10.403/89

A Assembléia Legislativa de Pernambuco, em duas sessões extraordinárias do dia 26 de dezembro de 1989, aprovou, sem cortes ou emendas, o Projeto de Lei 688, na forma da Lei Estadual 10.403/89.

“Art.1º - O Estado exercerá a competência tributária no âmbito do Distrito Estadual de Fernando de Noronha, relativamente à instituição, cobrança, arrecadação e fiscalização dos tributos estaduais e aqueles que seriam de competência municipais, cujos fatos geradores venham a ocorrer no território distrital.... “

“Art 2º - Ficam instituídos os seguintes tributos de natureza municipal, para cobrança e arrecadação no âmbito do Distrito Estadual de Fernando de Noronha”:

I – Imposto sobre serviços de qualquer natureza...;

II – IVVC...;

III – ITBI...;

IV – Taxas, em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos à sua disposição, definidos e instituídos na presente Lei;...”

Seis taxas foram instituídas pelo inciso IV, Art. 2º da Lei 10.403/89, referentes a: preservação ambiental, ancoragem, licença, limpeza Pública, iluminação pública e serviços diversos. Neste item destaca-se, especificamente, os artigos que se referem à Taxa de Preservação Ambiental.

Tendo como fato gerador a utilização, efetiva ou potencial, da infra-estrutura física implantada no Distrito Estadual e o acesso à fruição do patrimônio natural e histórico do Arquipélago de Fernando de Noronha, por parte dos visitantes e turistas (Art.84), a Taxa de Preservação Ambiental foi instituída, destinada a assegurar a manutenção das condições ambientais e ecológicas do Arquipélago de Fernando de Noronha, incidente sobre o trânsito e permanência de pessoas na área sob jurisdição do Distrito Estadual. (Art. 83) Pagam a TPA todas as pessoas, não residentes ou domiciliadas no Arquipélago, que estejam de visita, de caráter turístico, ou a serviço de empresas

privadas, e a cobrança da taxa é calculada em termos proporcionais ao tempo de permanência no Arquipélago. (Art. 83, § 1º)

Artigo 83 § 2º, são dispensadas do pagamento da TPA as pessoas que:

- a) estejam a serviço da Administração Geral do Distrito Estadual ou de órgãos e entidades da administração direta ou indireta do Estado ou da União;
- b) estejam em trânsito no Arquipélago de Fernando de Noronha a serviço de empresas de transporte aéreo ou marítimo, quando o tempo de permanência não for superior a 72 (setenta e duas) horas;
- c) estejam realizando pesquisas e estudos de caráter científico sobre a fauna, a flora e os ecossistemas naturais do Arquipélago, quando vinculadas ou apoiadas por instituições de ensino e pesquisa;
- d) estejam na região do Arquipélago a título de visita a parentes consangüíneos ou afins, até o segundo grau, residentes no Distrito Estadual, quando o tempo de permanência não for superior a 10 (dez) dias.

O artigo 83 também estabelece a base de cálculo e o valor do acréscimo em decorrência do aumento progressivo do tempo de permanência dos visitantes e turistas:

“I – para cada dia de permanência no Arquipélago de Fernando de Noronha, incidirá o valor correspondente a 10 (dez) vezes do valor do Bônus do Tesouro Nacional – BTN, calculado sobre o valor vigente no dia do recolhimento, até o limite máximo de 4 (quatro) dias;

II – para cada dia excedente a partir do 4º (quarto), incidirá o valor da diária referida no inciso anterior, acrescido, progressiva e cumulativamente, de mais 5 (cinco) vezes o valor do Bônus do Tesouro Nacional – BTN, por cada dia excedente.

Parágrafo único - o valor da Taxa de Preservação Ambiental que se referir aos dias excedentes ao período inicialmente previsto será cobrado em dobro quando a permanência do visitante ou turista não estiver devida e previamente agendada e autorizada pela Administração Geral.”

As penalidades previstas para o não cumprimento da lei, referem-se a:

“ Art. 90 – os valores devidos por conta da incidência e cobrança da Taxa de Preservação Ambiental, quando não recolhidos, serão acrescidos de multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor correspondente e mais juros de mora de 1% (um por cento) ao mês ou fração, além da correção monetária, e inscritos na Dívida Ativa do Estado, quando não recolhidos no prazo máximo de 30 (trinta) dias após o retorno do visitante ou turista ao continente.

Parágrafo único – Quando se tratar de visitante ou turista nacional de outro estado ou estrangeiro, a empresa pela qual esteja a serviço, ou a agência de viagens promotora ou intermediadora, responderá solidariamente pelo pagamento do valor devido por conta da incidência da Taxa de Preservação Ambiental.”

3.5.2 – Principais modificações introduzidas

Em 28 de dezembro de 1995 foi promulgada a Lei Orgânica do Distrito Estadual de Fernando de Noronha, Lei 11.304/95; paralelamente, na mesma data, foi também promulgada a Lei 11.305/95 que, de modo a atender às modificações de competência tributária instituídas pela Lei Orgânica, modificou com relação à taxa de preservação ambiental os artigos 1º, 2º, 83 e 86 da Lei 10.403/89.

Modificações Introduzidas à TPA

Art.1º - O Estado exercerá a competência tributária no âmbito do Distrito Estadual de Fernando de Noronha, relativamente à instituição, cobrança, arrecadação e fiscalização dos tributos estaduais e aqueles que seriam de competência municipais, cujos fatos geradores venham a ocorrer no território distrital.

Parágrafo único – A Administração Geral do Distrito, exercerá de forma direta, a competência para a cobrança, arrecadação e fiscalização dos tributos que seriam de competência municipais.

Art. 2º- Ficam instituídos os seguintes tributos de natureza municipal, para cobrança e arrecadação no âmbito do Distrito Estadual de Fernando de Noronha”:

...

IV - taxas, em razão do exercício regular do poder de polícia ou pela utilização efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos à sua disposição;

...

Art. 83 – Fica instituída a Taxa de Preservação Ambiental, destinada a assegurar a manutenção das condições ambientais e ecológicas do Arquipélago de Fernando de Noronha, incidente sobre o trânsito e permanência de pessoas na área sob jurisdição do Distrito Estadual.

§1º - A taxa de Preservação Ambiental será cobrada a todas as pessoas, não residentes ou domiciliadas no arquipélago, que estejam em visita de caráter turístico.

§2º - Não incidirá a Taxa de Preservação Ambiental relativamente ao trânsito e permanência de pessoas:

- a) que estejam a serviço;*
- b) ...*
- c) que estejam na região do Arquipélago de Fernando de Noronha a título de visita a parentes consanguíneos, residentes no Distrito Estadual, quando o tempo de permanência não for superior a 30 (trinta dias);*
- d) que estejam na região do Arquipélago de Fernando de Noronha a título de visita a parentes afins, residentes no Distrito Estadual, quando o tempo de permanência não for superior a 15 (quinze) dias.*

Art. 86 – A Base de Cálculo da Taxa de Preservação Ambiental será obtida em razão dos dias de permanência do visitante ou turista no Distrito Estadual de Fernando de Noronha, de acordo com os seguintes critérios:

I – para cada dia de permanência no Arquipélago de Fernando de Noronha, incidirá o valor correspondente a 15 (quinze) UFIRs- Unidade Fiscal de Referência, calculado sobre o valor vigente no dia do recolhimento, até o limite máximo de 10 (dez) dias;

II – do 5º (quinto) ao 10º (décimo) dia de permanência no Arquipélago de Fernando de Noronha, incidirá o valor da diária referida no inciso anterior, deduzido das quantidades de UFIRs-Unidade Fiscal de Referência ...: 5º dia: 2 UFIRs, 6º dia: 9 UFIRs, 7º dia: 16 UFIRs, 8º dia: 23 UFIRs, 9º dia: 30 UFIRs, 10º dia: 37 UFIRs.

III – para cada dia excedente a partir do 10º (décimo) dia, incidirá o valor da diária referida no inciso I deste artigo, acrescido progressiva e cumulativamente de mais 5 (cinco) vezes o valor da UFIR – Unidade Fiscal de Referência, por cada dia excedente.

Parágrafo único - o valor da Taxa de Preservação Ambiental que se referir aos dias excedentes ao período inicialmente previsto será cobrado em dobro quando a permanência do visitante ou turista no Arquipélago de Fernando de Noronha não estiver devida e previamente agendada e autorizada pela Administração Geral.

As modificações dos critérios de não-incidência da TPA permitiram uma maior flexibilização no acesso e permanência de pessoas “a serviço”, e para os parentes consanguíneos e afins. Quanto aos critérios para pessoas em visita de estudos e

pesquisas, alínea b, foram mantidos os mesmos termos constantes na promulgação da Lei 10.403/89.

A base de cálculo também foi alterada com a introdução de um mecanismo de redução do valor diário da taxa para o período que vai do quinto ao décimo dia de permanência do turista no Arquipélago.

Tais modificações estimularam o crescimento da demanda turística para o Arquipélago, crescimento este que não foi acompanhado de investimentos significativos na infraestrutura básica. Até a presente data, mais de 90% da energia utilizada em Fernando de Noronha é fornecida por geradores que funcionam à base de óleo diesel; o sistema de abastecimento d' água, integrado pelo Açude Xaréu e alguns poços artesianos, além de dispor de uma capacidade limitada, que gera problemas nas épocas de maior número de visitantes, encontra-se contaminado por coliformes fecais, e o esgoto sanitário corre a céu aberto.⁵⁵ Apesar da existência de normas, desde 1989⁵⁶, que limitam, atualmente, em 420, o número máximo de visitantes/dia no Arquipélago. Limitações essas que foram também consideradas na Lei Orgânica de Fernando de Noronha:

“Art. 89 – Em razão das peculiaridades ecológicas do Distrito Estadual de Fernando de Noronha, das limitações de sua superfície e da disponibilidade dos serviços de infra-estrutura, a Assembléia Legislativa do Estado, através de resolução e com base em estudo técnico-científico apresentado pelo Governador e apreciado pelo Conselho Distrital do meio Ambiente – CONDIMA e pelo Conselho Estadual do Meio Ambiente – CONSEMA estabelecerá limite máximo ideal de pessoas que possam conviver, ao mesmo tempo e em condições adequadas de segurança e conforto, no território distrital.”

3.5.3 Bases constitucionais e infraconstitucionais da taxa de preservação ambiental

De acordo com Kruse, se certo fim é obrigatório (ou proibido) devem ser considerados como obrigatórios (ou proibidos) todos os meios que objetivamente são adequados para lográ-lo.⁵⁷ O Artigo 23 da Constituição Federal de 1988 estabelece como matéria de competência comum à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

- ...
- III – proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos;
- ...
- VI – proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas;
- VII – preservar as florestas, a fauna e a flora.

⁵⁵ Relatório da Assembléia Popular Noronhense, de 17/11/97, item II, p. 1.

⁵⁶ Introduzidas com a elaboração do Plano Estratégico do Arquipélago de Fernando de Noronha, em 1989.

⁵⁷ Oliveira, 1995 p. 78.

Já o Artigo 24 confere à União, aos Estados e ao Distrito Federal o poder de legislar concorrentemente sobre:

- I – direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico;
- ...
- VI – florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição;
- VII – proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico;
- VIII – responsabilidade por dano ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico.

As limitações da competência concorrente, previstas no Art. 24, não representam qualquer impedimento para a cobrança da Taxa de Preservação Ambiental de Fernando de Noronha, como pode ser observado na transcrição abaixo, ao contrário, o § 3º atribui ao Estado competência legislativa plena:

§ 1º No âmbito da legislação concorrente, a competência da União limitar-se-á a estabelecer normas gerais.

§ 2º A competência da União para legislar sobre normas gerais não exclui a competência suplementar dos Estados.

§ 3º Inexistindo lei federal sobre normas gerais, os Estados exercerão a competência legislativa plena, para atender a suas peculiaridades.

§ 4º A superveniência de lei federal sobre normas gerais suspende a eficácia da lei estadual, no que lhe for contrário.

Sendo o meio ambiente qualificado no Art. 225 do texto constitucional como bem de uso comum do povo, portanto um bem público, segundo tipificação adotada pelo Código Civil, ao seu uso se aplica o dispositivo constante no Art.68 daquele Código, onde está estabelecido que o uso comum dos bens públicos pode ser gratuito ou retribuído, conforme as leis da União, dos Estados, ou dos Municípios, a cuja administração pertencerem.

Nesse sentido, a Lei 7.661, de 16 de maio de 1988, que instituiu o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro enfoca claramente a questão e no Art. 10, em seu caput, estabelece a possibilidade de restrição do acesso livre e franco às praias e aos mares situados em áreas protegidas por legislação específica:

“ Art. 10 – As praias são bem públicos de uso comum do povo, sendo assegurado, sempre, livre e franco acesso a elas e ao mar, em qualquer direção e sentido, ressalvados os trechos considerados de interesse de segurança nacional ou incluídos em áreas protegidas por legislação específica. “

A Constituição do Estado de Pernambuco, promulgada em 05 de outubro de 1989, é pródiga em matéria de meio ambiente e ao longo de quase todo o texto constitucional

encontram-se dispositivos que versam sobre a conservação ambiental. No que tange à cobrança da Taxa de Preservação Ambiental – TPA do Distrito Estadual de Fernando de Noronha, têm relevância os seguintes termos:

“Art. 4º - Incluem-se entre os bens do Estado:

...

II – as áreas, nas ilhas oceânicas e costeiras, que estiverem no seu domínio, incluídas as do Arquipélago de Fernando de Noronha... ;
...”.

“Art. 5º - O estado exerce em seu território todos os poderes que explícita ou implicitamente não lhe sejam vedados pela Constituição da República.

Parágrafo Único – É competência comum do Estado e dos Municípios:

...

III – proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos e as paisagens naturais notáveis, os sítios arqueológicos, e conservar o patrimônio público;

...

VI – proteger o meio ambiente, combatendo a poluição em qualquer de suas formas;

...”.

“Art. 96 – O Arquipélago de Fernando de Noronha constitui região geoeconômica, social e cultural do Estado de Pernambuco, sob a forma de Distrito Estadual, dotado de estatuto próprio, com autonomia administrativa e financeira ...”.⁵⁸

“Art. 139 – O Estado e os Municípios, nos limites da sua competência e com observância dos preceitos estabelecidos na Constituição da República, promoverão o desenvolvimento econômico, conciliando a liberdade de iniciativa com os princípios superiores da justiça social, com a finalidade de assegurar a elevação do nível de vida e bem-estar da população.

Parágrafo Único – Para atender a estas finalidades, o Estado e os Municípios:

...

II – protegerão o meio ambiente, especialmente:

- a) pelo combate à exaustão dos solos e à poluição ambiental, em qualquer de suas formas;
- b) pela proteção à fauna e à flora;

...

III – incentivarão o uso adequado dos recursos naturais e a difusão do conhecimento científico e tecnológico, através, principalmente:

...

c) da promoção e do desenvolvimento do turismo; ...”

“Art. 204 – O desenvolvimento deve conciliar-se com a proteção do meio ambiente, obedecendo os seguintes princípios:

I – preservação e restauração dos processos ecológicos essenciais;

II – conservação do manejo ecológico das espécies e do ecossistema;

III – proibição de alterações físicas, químicas ou biológicas, direta ou indiretamente nocivas à saúde, à segurança e ao bem-estar da comunidade;

IV – proibição de danos à fauna, à flora, às águas, ao solo e à atmosfera.”

⁵⁸ Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, nos termos do Art. 15 das Disposições Constitucionais Transitórias, foi extinto o Território Federal de Fernando de Noronha e sua área reincorporada ao Estado de Pernambuco.

“Art. 205 – Compete ao Estado e aos Municípios, em consonância com a União, nos termos da lei, proteger áreas de interesse cultural e ambiental, especialmente os arrecifes, os mananciais de interesse público e suas bacias, os locais de pouso, alimentação e/ou reprodução da fauna, bem como área de ocorrência de endemismos e raros bancos genéticos e as habitadas por organismos raros, vulneráveis, ameaçadas ou em via de extinção”.

“Art. 219 – É dever do Estado, dos cidadãos e da sociedade zelar pelo regime jurídico das águas, devendo a lei determinar:

I – o aproveitamento racional dos recursos hídricos para toda a sociedade;

II – sua proteção contra ações ou eventos que comprometam a utilização atual e futura, bem como a integridade e renovabilidade física e ecológica do ciclo hidrológico;

III – seu controle, de modo a evitar ou minimizar os impactos danosos, causados por eventos críticos decorrentes da aleatoriedade e irregularidade que caracterizam os eventos hidrometeorológicos;

IV – sua utilização na pesca e no turismo;

V – a preservação dos depósitos naturais de águas subterrâneas.”

Na definição da competência tributária, a Constituição do Estado de Pernambuco, em seu Art. 116, estabelece como competência do Estado, instituir e arrecadar os tributos municipais do Distrito Estadual de Fernando de Noronha.

Quanto aos tributos a Carta Magna de 1988, no Artigo 145, adota a doutrina de há muito consagrada no Código Tributário Nacional, os tributos são impostos, taxas e contribuições de melhoria, que assim os conceitua:

- a) Imposto: é o tributo cuja obrigação tem por fato gerador uma situação independente de qualquer atividade estatal específica, relativa ao contribuinte. (Art.16)
- b) Taxa: é o tributo que tem como fato gerador o exercício regular do poder de polícia, ou a utilização, efetiva ou potencial, de serviço público específico e divisível, prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição. (Art.77)
- c) Contribuição de Melhoria: é o tributo instituído para fazer face ao custo de obras públicas de que decorra valorização imobiliária (fato gerador), tendo como limite total a despesa realizada e como limite individual o acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado. (Art.81)

Os tributos ambientais, de acordo com Domingues de Oliveira⁵⁹, que cita dispositivos da OECD⁶⁰ e do Superfund⁶¹ dos Estados Unidos, classificam-se em:

59 op. cit. p. 26,27.

60 OECD, 1989, p. 14, 15.

61 Criado em 1986 pela lei de revisão do CERCLA – Comprehensive Environmental Response, Compensation and Liability Act, de 1980.

- a) Encargos sobre efluentes e encargos administrativos: cobrados em face das atividades públicas de controle, autorização, registro e fiscalização, inclusive quanto às descargas poluentes líquidas, aéreas ou sonoras;
- b) Encargos de usuário: cobrados pela utilização dos sistemas de esgotamento sanitário público;
- c) Encargos sobre produtos: cobrados sobre o preço de produtos poluentes;
- d) Adicionais ambientais: cobrados como majoração do imposto de renda.

Na composição das espécies tributárias têm relevância os critérios referentes à finalidade e ao fato gerador do tributo. Quanto à finalidade os tributos distinguem-se em: fiscais, aqueles que visam a arrecadação de recursos financeiros para o erário; parafiscais, os que se destinam a financiar o custeio de atividades paralelas às da administração pública direta, e extrafiscais, aqueles que têm por finalidade não a arrecadação, mas a correção de situações sociais e econômicas indesejadas. O fato gerador, este entendido como “a situação, fato ou conjunto de fatos, tipificados em lei, que, ocorrendo na vida real, sujeitam alguém ao pagamento de tributo”⁶², determina a natureza jurídica do tributo (Art.4º CTN) e possibilita a tipificação da classificação tributária em impostos, taxas e contribuições de melhoria.

A Legislação Tributária oferece ao Estado, no âmbito do Direito Administrativo, em todos os níveis federativos, as condições necessárias para a cobrança de tributos específicos e inclui a possibilidade de, através de uma graduação tributária, valorizar ou desestimular condutas pessoais, profissionais e empresariais. A sua inter-relação com o Direito Ambiental, embora ainda pouco explorada na prática administrativa brasileira, é um dispositivo que permite estimular condutas favoráveis à conservação ambiental e coibir aquelas lesivas, ou potencialmente lesivas.

Como pôde ser demonstrado, a cobrança da Taxa de Preservação Ambiental de Fernando de Noronha atende plenamente aos princípios básicos do Direito Ambiental:

- a) Prevenção ou precaução, por parte do Estado;
- b) Cooperação entre Estado e sociedade civil;

⁶² Oliveira, 1995, p. 21.

- c) Poluidor-Pagador, o visitante ou turista, que se utiliza do patrimônio natural e dos serviços públicos, naturalmente produz dejetos e lixo, e contribui com recursos necessários à conservação ambiental;
- d) Quanto ao princípio da participação, este se deu apenas no nível mais alto de representação da sociedade civil, com a discussão e aprovação da Lei 10.403/89 na Assembléia Legislativa de Pernambuco.

A preservação do meio ambiente para as gerações presentes e futuras, nos termos do Art. 225 da Constituição Federal é um dever imposto ao Estado e à coletividade. A possibilidade de instituição de tributos extrafiscais que tenham, como fato gerador o exercício regular do poder de polícia, ou a utilização, efetiva ou potencial, de serviço público específico e divisível, prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição, são os termos previstos no Art. 77 do Código Tributário Nacional para a cobrança de taxas pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos municípios.

Ainda nos termos do Art. 78 do Código Tributário Nacional considera-se poder de polícia a atividade da administração pública que, limitando ou disciplinando direito, interesse ou liberdade, regula a prática de ato ou abstenção de fato, em decorrência de interesse público concernente à segurança, à higiene, à ordem, aos costumes, à disciplina da produção e do mercado, ao exercício de atividades econômicas dependentes de concessão ou autorização do Poder Público, à tranqüilidade pública ou ao respeito à propriedade e aos direitos individuais ou coletivos.

Portanto, a cobrança da Taxa de Preservação Ambiental pelo Governo de Pernambuco, não susta o direito de brasileiros e estrangeiros visitarem o Arquipélago de Fernando de Noronha e lá permanecerem quanto tempo quiserem e puderem, apenas disciplina e limita esse direito no exercício pleno do poder de polícia e em respeito aos princípios do Direito Ambiental instituídos pela Carta Magna de 05 de outubro de 1988 e pela Constituição do Estado de Pernambuco, de 05 de outubro de 1989.

3.5.4 – A participação da TPA na arrecadação distrital e na gestão ambiental

Desde o início da sua cobrança, em 10/02/1990, a Taxa de Preservação Ambiental constitui a principal fonte de receita diretamente arrecadada pela Administração do Distrito Estadual

de Fernando de Noronha. O total arrecadado com a TPA passou de R\$ 218.639,00 em 1991, para R\$ 3.359.089,00 ao final de 2000.

Até 1994, representou 100% de toda a arrecadação tributária instituída pela Lei 10.403/89, atingindo o total de R\$ 286.843,00 naquele ano. A partir de 1995, quando passou a ser arrecadado o ISS e cobrados os aluguéis dos poucos imóveis comerciais sob a pos 86 Administração Distrital, a TPA, até o final do ano 2000, tem representado 88% da receita anual diretamente arrecadada, conforme demonstram as informações contidas na Tabela 4 apresentada à página 87.

O ISS, diretamente associado à exploração econômica do turismo, também vem apresentando tendência de crescimento. Sua cobrança foi iniciada em agosto de 1995, representando 4% (R\$ 23.456,00) da receita distrital naquele ano, contra 8% (R\$ 45.584,00) da receita gerada pelos aluguéis. Em 1998, o ISS arrecadado ao longo dos 12 meses do ano, contribuiu com 11 % na formação da receita diretamente arrecadada, participação que se manteve praticamente estável até o ano 2.000. Os aluguéis sofrem interrupções no pagamento, devido à contestação judicial dos locatários que questionam o precário contrato de cessão dos imóveis por parte do Governo Federal à Administração Estadual, ocorrendo meses onde não foi efetuado qualquer pagamento.

A Taxa de Preservação Ambiental, cobrada aos turistas que visitam o Arquipélago de Fernando de Noronha, até onde se sabe, através de visitas diretas e estudos publicados, é um exemplo se não único, dos mais bem sucedidos em matéria de instrumento de gestão do turismo em áreas protegidas em todo o mundo.

A maioria das taxas adotadas nas áreas de conservação com utilização turística refere-se a ingressos cobrados dos visitantes e, segundo os vários estudos realizados (BOO: 1991; BMZ: 1995; BRANDON: 1996) apenas uma pequena parte do que é arrecadado com o turismo é investido na conservação dessas áreas ou retorna em termos de geração de renda à população local. A exemplo do que constata Elizabeth Boo, referindo-se a dois clássicos exemplos do ecoturismo mundial Ilhas Galápagos no Equador e a Reserva de Monteverde na Costa Rica, após analisar vários casos de turismo em áreas protegidas da América Latina e do Caribe para World Wide Fund & The Conservation Foundation, afirma a autora:

“Em nenhum dos casos a população local estava suficientemente envolvida, e na maioria das comunidades as pessoas não sentem que os lucros tenham permanecido na comunidade local. A exclusão da comunidade local do desenvolvimento do turismo tem resultado em frustração e agressão.”⁶³

TABELA 4 – ARRECADÇÃO TRIBUTÁRIA E PATRIMONIAL DO DISTRITO ESTADUAL DE FERNANDO DE NORONHA
PERÍODO: 1991 E 1994 + 1995 A 2000

Mês	1991			1994			1995			1997			1998			1999			2000		
	TPA	ISS	Aluguel	TPA	ISS	Aluguel	TPA	ISS	Aluguel	TPA	ISS	Aluguel	TPA	ISS	Aluguel	TPA	ISS	Aluguel	TPA	ISS	Aluguel
Janeiro	6.922			41.928			81.447	0	23.579	179.104	12.699	3.010	243.150	24.425	1.565	224.424	15.639	5.310	446.227	45.707	3.883
Fevereiro	7.989			37.721			56.128	0	16.627	137.589	14.441	514	147.477	28.743	525	206.880	18.317	4.265	299.408	33.417	3.703
Março	3.616			43.582			75.116	0	1.228	89.662	8.142	7.274	106.397	21.839	0	203.076	20.388	4.217	331.009	30.406	3.703
Abril	4.300			27.184			37.300	0	915	48.814	7.008	517	93.764	17.124	60	175.807	16.768	4.217	202.446	34.198	3.763
Mai	2.595			11.146			32.534	0	444	53.183	3.768	517	82.256	10.241	4.227	144.462	16.738	4.217	174.330	18.654	3.823
Junho	4.300			7.412			21.907	0	0	22.654	3.637	0	89.299	9.064	81	139.445	17.669	4.217	170.525	18.796	8.903
Julho	25.676			18.589			38.165	0	263	101.202	14.781	4.693	144.973	19.588	1.170	258.096	32.962	4.216	336.785	27.903	5.772
Agosto	3.726			15.646			26.924	3.562	690	49.829	10.256	3.231	99.996	15.142	1.040	206.301	35.523	4.027	229.781	54.824	4.195
Setembro	13.290			17.999			26.515	5.434	0	67.344	8.640	58	124.079	14.059	0	231.730	33.915	4.147	268.487	25.172	12.503
Outubro	12.934			14.301			37.924	4.132	255	82.268	5.996	3.055	129.424	10.031	5.906	250.557	33.356	3.668	318.444	25.339	5.903
Novembro	16.689			22.295			37.423	4.922	523	52.638	7.523	974	105.610	12.657	3.280	194.231	32.320	3.728	253.714	25.589	7.270
Dezembro	116.602			29.040			37.557	5.406	1.060	77.467	9.632	2.638	158.030	7.664	3.460	183.409	33.001	3.668	327.933	26.506	13.000
Total	218.639			286.843			508.940	23.456	45.584	961.752	106.524	26.480	1.524.456	190.577	21.314	2.418.418	306.596	49.897	3.359.089	366.511	76.421
%	100			100			88	4	8	88	10	2	88	11	1	87	11	2	88	10	2
Total Geral	218.639			286.843			577.980			1.094.756			1.736.347			2.774.911			3.802.021		

Fonte: Pesquisa de dados primários junto à Superintendência Financeira da ADFN.

Notas:

- 1) Os dados do ano de 1991 e do 1º semestre de 1994, foram fornecidos em moeda da época; elaboramos a atualização para R\$ segundo metodologia adotada pela Receita Federal, porém sem incluir juros e multas;
- 2) O ISS só passou a ser arrecadado em agosto de 1995.

Anualmente a arrecadação da Taxa de Preservação Ambiental tem apresentado excelentes índices de crescimento, representando 26, 27 % (R\$ 961.752,00) em 1997, e 41,16 % (R\$ 1.524.456,00) em 1998, do total de receita orçamentária do Distrito Estadual de Fernando de Noronha, com montante arrecadado suficiente para cobrir o total de investimentos de capital realizado e parte bastante significativa das despesas correntes. Como pode ser observado no Demonstrativo de Receita e Despesa Executadas pela ADFN, apresentado a seguir.

QUADRO 8 - DEMONSTRATIVO DE RECEITA E DESPESA EXECUTADAS PELA ADFN

PERÍODO: 1997 A 1999

Valores em R\$

Receitas Correntes	1997	1998	1999	Despesas Correntes	1997	1998	1999
Tributárias	1.054.372,69	1.728.468,23	2.818.113,70	Pessoal e Encargos	1.488.089,20	1.583.961,68	1.350.470,69
Patrimoniais	37.576,99	28.179,70	81.103,00	Outras Despesas Correntes	1.612.636,85	2.093.551,53	3.610.213,40
Transferências Operacionais	2.562.825,46	1.946.699,07	2.351.628,68				
Outras Receitas Correntes	6.150,82	308,32	430.258,77	Investimentos de Capital	578.078,18	830.293,12	429.300,70
Serviços de Saúde			249.242,47				
SOMA	366.092.596,00	370.365.532,00	593.034.662,00	SOMA	310.072.605,00	450.780.633,00	538.998.479,00

Fonte: Prestação de Contas da Administração Geral do Distrito Estadual de Fernando de Noronha:

Balanço Orçamentário 1997, datado de 25/04/98, e 1998, datado de 06/04/99 (Cf. Res. TC 06/91).

DEFN - Demonstrativo de Arrecadação da Receita e Execução das Despesas em 1999.

De acordo com os relatórios de Prestação de Contas da Administração do Distrito Estadual de Fernando de Noronha, referentes aos exercícios de 1997, 1998 e 1999, apresentados ao Tribunal de Contas do Estado constam, entre os investimentos de longo prazo e ações

estruturadoras do turismo, ações desenvolvidas com a participação de recursos oriundos da Taxa de Preservação Ambiental, voltadas para a formação de uma consciência ecológica na sociedade local e a correção dos principais impactos ambientais decorrentes da recente expansão turística, conforme relacionado a seguir:

Ações Voltadas à Formação de uma Consciência Ecológica e Adequação da Estrutura de Geração de Energia:

- a) Realizada a troca de 720 geladeiras e *freezers* antigos por equipamentos modernos de baixo consumo, através de parceria entre ADFN/ CELPE/ ELETROBRÁS/ MULTIBRÁS (GRUPO PRIVADO) e sociedade local;
- b) Realizada a troca de todas as lâmpadas incandescentes, residenciais e da rede de iluminação pública, por lâmpadas fluorescentes de baixo consumo, através de parceria entre ADFN/CELPE/ PHILLIPS DO BRASIL e sociedade local;
- c) Instalação de quatro aero geradores de 500 KVA;
- d) Encaminhadas gestões para instalação de mais um aero gerador de 150 KVA;
- e) Iniciadas, em 1999, as obras de instalação de uma turbina eólica na Caieira, com capacidade para gerar 300 kw, atualmente aguardando licenciamento de operação;
- f) Iniciada, em 1999, a implantação do Projeto Luz do Sol para produção de energia solar, voltado para instalações públicas.

Abastecimento d' água / esgotamento sanitário / limpeza urbana:

- a) Interligação das malhas dos poços com a malha da barragem do Xaréu;
- b) Firmado convênio com o Ministério do Meio Ambiente, a Universidade de Campina Grande e a COMPESA para instalação de um dessalinizador de água que garantirá a produção de 580 m³ de água por dia; implantado em 2000, envolvendo recursos da ordem de R\$ 1,4 milhão operando atualmente em fase de teste.
- c) Implantação da nova rede coletora, estação elevatória, emissário e estação de tratamento do novo sistema de esgotamento sanitário. Obra financiada em 70% do investimento total pela Caixa Econômica Federal;
- d) Reforma da Estação de Tratamento de Lixo, através de melhoria das instalações;
- e) Implantadas 400 coletores de lixo nas praias e áreas urbanizadas;

- f) Retiradas 60 t. de sucata;
- g) Elaborado o Plano do Sistema de Saneamento.

Desenvolvimento do ecoturismo:

- a) Implementação do Projeto de Desenvolvimento do Ecoturismo – PED FN, viabilizado através de convênio MMA/Governo de Pernambuco/ADFN, com recursos do BIRD no valor de R\$ 775 mil e investimento totalizado em R\$ 1.078.000,00. O projeto, cujo objetivo principal enfatizou o fortalecimento das entidades de Fernando de Noronha, direta ou indiretamente ligadas ao turismo, ao artesanato e à pesca, de acordo com os relatórios mencionados, teve sua execução física e financeira totalmente concluída no período 1997/1998.
- b) Capacitação de empresários e funcionários de pousadas, bares e restaurantes com apoio do Departamento de Economia Doméstica da UFRPE.

As ações mais recentemente desenvolvidas e aquelas em início de implantação foram objeto de uma publicação do Governo de Pernambuco, no início de 2001, cuja cópia se encontra no Anexo B desta dissertação.

4 DINÂMICA SÓCIO-ECONÔMICA E PRINCIPAIS IMPACTOS AMBIENTAIS

4.1 Características e crescimento da população

A população do Território Federal de Fernando de Noronha era de 1.400 habitantes quando da sua reanexação ao Estado de Pernambuco e tinha como maioria dos seus habitantes ex-funcionários do Governo Federal, ligados às funções militares e de presídio, ao Governo do Território e ao IBAMA. Algumas poucas famílias descendiam diretamente de ex-presidiários. Em 1991, foram registrados 1.686 habitantes em Fernando de Noronha, conforme indicadores sintetizados na Tabela 5.

TABELA 5 – POPULAÇÃO RESIDENTE EM FERNANDO DE NORONHA SEGUNDO SEXO, FAIXA ETÁRIA E ALFABETIZAÇÃO – 1991

Sexo / Alfabetização	Faixa Etária (Anos)									Total Geral
	0 a 9	10 a 19	20 a 29	30 a 39	40 a 49	50 a 59	60 a 69	70 a 79	80 ou mais	
Homens	230	154	206	153	56	31	31	07	02	870
Mulheres	209	158	296	139	39	44	20	-	01	816
Total	439	312	502	292	95	75	51	07	03	1686
Alfabetizadas com 5 anos ou mais	130	293	384	273	82	45	37			1244

Fonte: IBGE – Censo Demográfico 1991.

Nota: Das 61 pessoas com idade igual a 60 anos ou mais, apenas 37 eram alfabetizadas.

O aumento do número de visitantes, do número de leitos e abertura de novas pousadas desencadeou a ampliação dos demais serviços e, em 1996, a Ilha já contava com uma significativa rede de serviços turísticos: agências de turismo, locadoras de veículos, serviços de táxis, embarcações para passeios turísticos, restaurantes, bares, lanchonetes, empresas de mergulho, empresas de filmagem terrestre e submarina, entre outras. Aumentando assim o número de habitantes, a pressão sobre o território, o consumo de bens e gêneros alimentícios, a produção e o acúmulo de lixo.

O real número de habitantes de Fernando de Noronha é de difícil precisão, havendo divergência em vários documentos oficiais. O crescimento populacional aumenta a olhos vistos e segundo dados preliminares do Censo 2000, foram recenseados 2.051

habitantes em Fernando de Noronha, em 01/08/2000, população esta que apresentou taxa de crescimento anual superior à do Recife e à de Pernambuco. (Tabela 6)

TABELA 6 – POPULAÇÃO RESIDENTE E TAXA DE CRESCIMENTO ANUAL – 1996/2000

Unidades da Federação	População Residente		Taxa de Crescimento Anual
	Em 01/08/1996	Em 01/08/2000	
Pernambuco	7.399.071	7.910.992	1,69
Recife	1.346.045	1.421.947	1,38
Fernando de Noronha	1.881	2.051	2,19

Fonte: www.ibge.gov.br 27/12/2000

Deve-se ressaltar que a metodologia utilizada pelo IBGE para o recenseamento considera também como população residente as pessoas que estiverem ausentes do seu domicílio por motivo de “viagens a passeio, a serviço, negócios, estudos, etc. desde que essa ausência não seja superior a 12 meses”.⁶⁴

Tal critério metodológico exclui do censo do Distrito Estadual de Fernando de Noronha um significativo contingente populacional que lá vive e trabalha em profissões como arrumadeiros, cozinheiros, garçons, motoristas, funcionários de agências de receptivo, empregados domésticos e prestadores de serviços diversos. Como pode ser exemplificado pelo caso dos funcionários da Engemaia, empresa responsável pela limpeza urbana:

“São 35 funcionários que trabalham aqui, apenas uma média de oito são da Ilha, o resto é do Recife, pois o pessoal daqui não quer trabalhar, lamentavelmente. O que para mim é difícil. Se eu trabalhasse com o pessoal da Ilha seria mais viável porque eu não teria que pagar alimentação e transporte aéreo de ida e volta para o Recife a cada 60 ou 70 dias para eles visitarem as famílias”.⁶⁵

Como a Engemaia, várias empresas, inclusive aquelas públicas, dependem constantemente da vinda de pessoal do Recife e de Natal para prestação de serviços em Fernando de Noronha. As equipes de saúde e da Polícia Militar, por exemplo, são substituídas a cada quinze dias, por parte da Administração Distrital.

⁶⁴ IBGE, 2000 p. XI.

⁶⁵ Entrevista com o Sr. Edson Brasil, gerente da Engemaia. Fernando de Noronha, 28/03/2000.

Tais constatações, ratificadas durante a pesquisa de dados secundários e de campo, remetem a um total estimado em, pelo menos, 3.000 habitantes simultâneos em Fernando de Noronha, trabalhando, intervindo, produzindo e, conseqüentemente, exercendo pressão ambiental no ecossistema insular e marinho.

Para subsidiar a elaboração de um estudo de capacidade de carga do Arquipélago, o Instituto de Administração e Tecnologia - ADM&TEC realizou, no período de 06 a 11 de junho de 2000, um censo da população residente. No levantamento foi adotada a mesma metodologia utilizada pelo IBGE e foram identificados 1.990 residentes (Tabela 8). Desse total apenas 478, o que corresponde a 24%, eram nascidos em Fernando de Noronha. Dos que não nasceram em Fernando de Noronha mais de 33% mudaram-se para a Ilha há até 5 anos, o que denota a flexibilização do controle migratório associada ao crescimento do turismo nesse período. Conforme pode ser também identificado, a grande maioria, 61%, procede dos estados de Pernambuco e Rio Grande do Norte e registra-se a participação de 7% procedentes de outros estados do Nordeste, 7% procedentes de outros estados do Brasil e apenas 1 dos residentes nascido no exterior. (Tabelas 8 e 9)

PAGANO, Sandra. Crescimento Descontrolado ou Desenvolvimento Sustentável: a encruzilhada do turismo em Fernando de Noronha.

	Jaboatão																			Pessoas 1990
478	739	170	225	88	131	96	28	15	3	17										
24%	37%	9%	11%	4%	7%	5%	1%	1%	0%	1%										100%

Fonte: Instituto de Administração e Tecnologia - ADM&TEC. Censo Fernando de Noronha 06 a 11/06/2000. Recife, Outubro/2000.

4.2 Infra-estrutura disponível

O problema de geração de energia é uma característica peculiar de ilhas oceânicas, situadas a quilômetros de distância do continente. O sistema de geração de energia instalado em Fernando de Noronha funciona com 04 geradores de 500 KVA cada, acionados por motores estacionários alimentados por óleo diesel. A maior parte da energia utilizada na Ilha é fornecida por esses equipamentos o que constitui um fator permanente de poluição e representa um risco constante de vazamento durante o seu funcionamento ou mesmo no processo de transporte interno por ocasião do embarque e desembarque no Porto de Santo Antônio.



Fotografia 12 - Planta Geradora de Energia – CELPE/FN.
Fonte: Sandra Pagano, Abril/2000.

Em 1992, através de convênio com a Universidade Federal de Pernambuco e o Ministério do Meio Ambiente e da Amazônia Legal - MMA, foi instalada uma turbina eólica de 75 kw, que produz cerca de 5% da energia consumida na ilha. Atualmente a Administração Distrital está concluindo a implantação de mais uma turbina eólica na enseada da Caieira.



Fotografia 13 - Implantação de turbina eólica na enseada da Caieira.
Fonte: Sandra Pagano, Abril/2000.

A implantação da nova turbina eólica em área de dunas fósseis foi motivo de grande polêmica entre ambientalistas. Ainda se encontra em tramitação um processo movido pela Assembléia Popular Noronhense, contra a ADFN, junto ao Ministério Público Federal. A obra se iniciou sem licença da Companhia Pernambucana de Meio Ambiente – CPRH e sem estudo de impacto ambiental, documentos que vieram a ser providenciados em Dezembro de 2000.

Na opinião da Coordenadora do Programa de Resgate Documental de Fernando de Noronha, historiadora Marieta Borges, a polêmica gerada não merece tanta importância uma vez que a constatação da ocorrência de dunas fossilizadas em Fernando de Noronha se deu apenas em 1994, quando da pesquisa realizada pelo Arqueólogo Paulo Tadeu Albuquerque.⁶⁶ Porém, a enseada da Caieira está situada em Área do PARNAMAR, reconhecida e sinalizada pelo IBAMA. O início das obras sem licenciamento reflete a inobservância do IBAMA, órgão executor do Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA, a quem compete: “executar e fazer executar, como

⁶⁶ Entrevista com Marieta Borges, realizada em 17 /01/2001

órgão federal, a política nacional e as diretrizes governamentais fixadas para o meio ambiente”.⁶⁷



Fotografia 14 – Sinalização implantada pelo IBAMA.
Fonte: Sandra Pagano, Abril/2000.



Fotografia 15 - Implantação de turbina eólica na Caieira.
Fonte: Sandra Pagano, Abril/2000.

⁶⁷ Art. 6º inciso IV da Lei Federal nº 6.938/81, alterada conforme os termos do Art.3º da Lei nº 7.804/89.

4.2.1 O saneamento ambiental

A disponibilidade de água potável além de ser um importante insumo associado à atividade turística é bastante limitada em Fernando de Noronha em decorrência das características hidrogeológicas do Arquipélago.

O riacho do Maceió é o principal curso d'água da Ilha. Tem seus mananciais abrigados no interior do Morro do Pico e abastece o Açude do Xaréu, principal reservatório de água. Apesar da existência de outros pequenos rios o Arquipélago apresenta um fraco perfil hidrológico e uma geologia composta pela integração de diversos tipos de rocha, como descreveu Almeida em 1958:

“... o Arquipélago é constituído por um substrato de rochas piroclásticas, atravessadas por grande variedade de eruptivas alcalinas que, após conspícuo hiato, foram recobertas por derrames de lavas basálticas alcalinas Como sedimentos, ocorrem nas ilhas áreas reduzidas de depósitos litorâneos, eólicos e marinhos, pertencentes ao ciclo atual e a outros, posteriores a quaisquer manifestações de caráter vulcânico.”⁶⁸



Fotografia 16 - Vista parcial do açude do Xaréu.
Fonte: Sandra Pagano, Abril/2000.

⁶⁸ Almeida (1958) apud Batistella, 1993, p. 16.

Os maiores volumes de água para abastecimento da Ilha são captados da superfície e provêm, principalmente, da barragem do riacho Xaréu que tem capacidade de acumulação e vazão, nas épocas de maior pluviometria, estimadas em 345m³ dia e 4 litros por segundo, respectivamente.

Complementam o sistema de captação e acumulação de águas de superfície duas placas coletoras de concreto armado, construídas na encosta do Morro do Pico, que alimentam os reservatórios de distribuição durante a ocorrência de chuvas. A prática foi introduzida pelos Aliados, durante a Segunda Guerra Mundial, e passou a ser adotada também por várias famílias residentes que dispõem de cisternas coletoras de águas de chuva sendo os telhados utilizados como implúvios.

As águas subterrâneas são captadas através de 07 poços tubulares cujos volumes extraídos equivaleriam, na hipótese de máximo aproveitamento, a 2/3 do volume máximo estimado para a barragem do Xaréu. Porém em decorrência das vazões durante o bombeamento e do descontrole do tempo de funcionamento desse processo tal volume nunca foi atingido. Os poços encontram-se assim distribuídos⁶⁹:

- a) Poços Vidal 1 e Vidal 2 – Vila dos Remédios - bombeiam diretamente para o reservatório denominado Torre Piezométrica para abastecimento da zona urbana mais elevada;
- b) Poços do DIVITRANS e do DPM – Vila do Trinta - atendem o Centro de Convivência e o dessalinizador lá existente;
- c) Poço Três Paus – Vila Três Paus - atende à Vacaria e à Praia da Conceição;
- d) Poço do IBAMA – Boldró - próximo à sede desse Órgão, funciona como reserva estratégica para os tempos de seca;
- e) Poço do Porto – Porto - atende às suas imediações mais próximas.

69 ADFN/CONDOMINIUN, 2000, ã paginado.

Segundo pesquisa realizada pela Condominium Empreendimentos Ambientais Ltda., sobre as contas d'água, para identificar os consumos praticados, identificou-se que a média de consumo apropriada foi de 16 m³ por ligação, por mês, equivalendo a um consumo total de 231m³ por dia. O que comparado ao volume máximo de acumulação da barragem do Xaréu, 345 m³ dia, indicaria uma perda de 33%. no serviço de abastecimento d'água.

No que tange à ocupação dos imóveis, observa-se que 36,22% são ocupados com uso múltiplo de residência e comércio ou serviços, o que denota a alta dependência da atividade turística à qual está vinculada a população residente. (Quadro 12)

De acordo com o Relatório Final do Plano de Ordenamento dos Sistemas de Saneamento Básico – 2000⁷⁰, pode-se concluir que os principais problemas existentes no Sistema de Abastecimento d'Água de Fernando de Noronha, considerando as condições geológicas e a condição de Área de Preservação Estadual e Parque Nacional Marinho que o Arquipélago reúne, se originam sobretudo na falta de uma gestão ambiental efetivamente comprometida com a conservação ambiental.

Tal fato também foi identificado nas entrevistas realizadas com os proprietários de pousadas, durante a pesquisa de campo para elaboração desta dissertação, onde se percebeu uma ânsia de expansão da quantidade de turistas que visitam o Arquipélago, independentemente dos possíveis impactos negativos sobre o meio ambiente.

São os seguintes os principais problemas detectados no citado Relatório:

- a) regime de suprimento ditado pela disponibilidade da ocasião, decorrente do regime pluviométrico, variando de períodos contínuos de suprimento, passando por diversos regimes de racionamento, chegando até a completa supressão do fornecimento, em épocas de seca;
- b) precariedade do sistema de tratamento, evidenciada pela ausência de dosadores dos produtos químicos, ausência de cloração da água distribuída, não funcionamento

⁷⁰ Ibid.

das unidades de filtração e ausência de manutenção mínima preventiva no conjunto das instalações;

c) ocorrência de antigo vazamento no maciço da barragem do Xaréu sem que haja conhecimento e dimensionamento preciso do problema, o que não só implica em constante desperdício como em potencial ameaça à própria estabilidade da obra.

A Companhia Pernambucana de Saneamento - COMPESA é a concessionária responsável pelos Sistemas de Água e Esgoto, desde a época da reanexação e dispõe de poços artesanais para complementar o abastecimento da Ilha. Segundo relatório da ADFN, em 1998 foi concluído o Sistema de Esgotamento Sanitário com implantação de nova rede coletora, estação elevatória, de tratamento e emissário submarino.



Fotografia 17 - Sede da COMPESA em Fernando de Noronha.
Fonte: Sandra Pagano, Abril/2000.

O abastecimento d' água submete-se na maior parte do tempo ao sistema de rodízio entre as áreas atendidas, com frequência média de 24/48 h e chega a atingir situações de colapso, nos meses de maior demanda turística, novembro a fevereiro, os quais coincidem com a estação seca.⁷¹ Na visão dos moradores, segundo pesquisa da Condominium, o Sistema de Abastecimento d'Água de Fernando de Noronha foi avaliado em 53,48% dos casos como de nível regular a ruim e apenas 36,05% o consideraram bom (Quadro 9). Dos 434 imóveis identificados, cerca de 43% são de uso misto, diretamente relacionados à atividade turística. (Quadro 10)

O Sistema de Esgotamento Sanitário funciona com 02 lagoas de estabilização, a do Cachorro e a do Boldró, e 03 fossas coletivas, sendo uma na Vila dos Três Paus e duas na Vila do Trinta que juntas atendem a 300 dos 421 prédios pesquisados. Dentre os demais, 107 utilizam fossas individuais e em 14 prédios o esgoto é jogado a céu aberto. (Quadro 11)



Fotografia 18 - Lagoa de estabilização do Cachorro.
Fonte: Sandra Pagano, Abril/2000.

71 Entrevista com Antônio Roberto, Gerente da Compesa em Fernando de Noronha, 03/04/2000.

QUADRO 9 - SITUAÇÃO DO ABASTECIMENTO D' ÁGUA EM FERNANDO DE NORONHA CONFORME A POPULAÇÃO (%)

Item	Sub-item	R	R/P	R/C	R/B	P	R/P/B	R/P/C	C	C/B	B	Outros	Total
Frequência Declarada	Diária	0,93			0,23								1,16
	24/24h	0,70	0,23	0,23	0,23				0,93			0,47	2,79
	24/48h	29,30	12,79	2,09	1,86	0,23	0,70	0,00	3,49	0,23	0,70	3,72	55,12
	24/72h	18,84	7,44	0,93	0,70			0,23	0,47			1,63	30,23
	Irregular	3,02	0,23	0,23									3,49
	Não informou	4,19	0,70	0,23	0,23				0,23	0,93			0,70
Total	56,98	21,40	3,72	3,26	0,23	0,23	0,70	0,47	5,81	0,23	0,70	6,51	100,00
Consumo (m ³)	< 5	2,33										0,47	2,79
	5 a 10	12,79	1,40	0,70	0,47				1,16			0,23	16,74
	10 a 20	23,02	3,49	1,40	0,93				2,09			0,70	31,63
	20 a 40	6,51	5,81	0,23	0,23	0,23			0,93			0,70	14,65
	>40	0,93	4,65	0,23					0,00			0,23	6,05
	Não informou	11,40	6,05	1,16	1,63			0,70	0,47	1,63	0,23	0,70	4,19
Total	56,98	21,40	3,72	3,26	0,23	0,23	0,70	0,47	5,81	0,23	0,70	6,51	100,00
Reservação	0								0,23				0,23
	0 a 1000	10,23	0,23	0,70	0,23				0,93			0,70	13,02
	1000 a 5000	32,79	4,42	1,86	1,40				2,09		0,23	1,16	43,95
	5000 a 10000	7,91	7,91	0,47	0,23				1,16			1,16	18,84
	>10000	3,02	8,37			0,23						0,23	11,86
	Não informou	3,02	0,47	0,70	1,40			0,70	1,40	1,40	0,23	0,47	3,26
Total	56,98	21,40	3,72	3,26	0,23	0,23	0,70	0,47	5,81	0,23	0,70	6,51	100,00
Fonte de Água para Beber	Dessalinizada	29,77	10,23	1,63	1,63	0,23	0,93	0,23	2,56		0,47	2,09	49,77
	COMPESA	3,72	0,23										4,19
	Mineral	21,86	11,86	3,49	1,40	0,23	0,47	0,47	2,56	0,23	0,23	2,56	45,35
	Chuva	15,35	3,95	0,23	1,16							0,47	21,16
	Não informou	1,16	0,23		0,47				0,70			2,33	4,88
	Total	71,86	26,51	5,35	4,88	0,47	1,40	1,40	0,70	5,81	0,23	0,70	7,44
Opinião Sobre o Sistema de Abastecimento	Bom	22,79	9,07	1,16	0,93				0,93			1,16	36,05
	Regular	16,05	4,42	1,16	0,23				0,93			1,16	23,95
	Ruim	14,19	7,44	0,70	1,16		0,70		3,02	0,23	0,47	1,63	29,53
	Não informou	3,95	0,47	0,70	0,93	0,23	0,47	0,47	0,93	0,23	0,23	2,56	10,47
	Total	56,98	21,40	3,72	3,26	0,23	0,70	0,47	5,81	0,23	0,70	6,51	100,00
	0												

Fonte : ADFN/CONDOMINIUM Empreendimentos Ambientais Ltda. Recife, JUL/2000 (mimeo), ã paginado.

PAGANO, Sandra. Crescimento Descontrolado ou Desenvolvimento Sustentável: a encruzilhada do turismo em Fernando de Noronha.

Notas : 1. Número de prédios pesquisados : 430; 2. No item "Fonte de água para beber" considerou-se mais de uma resposta.

Legenda: R-Residência R/B- Residência/Bar ou Restaurante R/P/C- Residência/Pousada/Comércio C- Comércio R/P- Residência/Pousada P- Pousada B- Bar ou Restaurante.

QUADRO 10 - CARACTERIZAÇÃO DA OCUPAÇÃO DOS IMÓVEIS EM FERNANDO DE NORONHA

Área Ocupada	Totais		Prédios											Censo	Leitos
			Categorias												
	Identificado	Realizados	R	R/P	R/C	R/B	P	R/P/B	R/P/C	C	C/B	B	Outros	Residentes*	
Boldró	55	55	32	6	1	2		3		3	1	1	6	191	202
%	12,67	100,00													
Coréia	5	3	3											17	0
%	1,15	60,00													
Floresta Nova	93	93	52	28	5	1	1		1				5	443	252
%	21,43	100,00													
Floresta Velha	28	28	19	7	1	1								107	90
%	6,45	100,00													
Porto	16	16	6		1	2				6			1	36	0
%	3,69	100,00													
Quixaba	14	14	14											53	0
%	3,23	100,00													
Remédios	81	81	34	20	5	3			1	9		2	7	297	181
%	18,66	100,00													
Trinta	105	105	57	29	3	2				7			7	447	289
%	24,19	100,00													
VQS	5	5	3	2										16	22
%	1,15	100,00													
Três Paus	16	16	13			2							1	88	0
%	3,69	100,00													
Italcable	6	4	3			1								10	20
%	1,38	66,67													
Basinha	10	10	9										1	32	
%	2,3	100,00													
Total	434	430	245	92	16	14	1	3	2	25	1	3	28	1737	1056
%	100,00	99,08	56,98	21,40	3,72	3,26	0,23	0,70	0,47	5,81	0,23	0,70	6,51	-	-

Fonte : ADFN/CONDOMINIUM Empreendimentos Ambientais Ltda. Sistemas de Saneamento Básico : Abastecimento d'água, Esgotamento Sanitário e Limpeza Pública. Relatório Final do Plano de Ordenamento. Recife, julho de 2000. (mimeo), ã paginado.

Categorias :

R	Residência	R/P/B	Residência/Pousada/Bar ou Restaurante	* População residente informada nas visitas.
R/P	Residência/Pousada	R/P/C	Residência/Pousada/Comércio	
R/C	Residência/Comércio	C	Comércio	
R/B	Residência/Bar ou restaurante	C/B	Comércio/Bar ou Restaurante	
P	Pousada	B	Bar ou restaurante	

QUADRO 11 - DESTINAÇÃO FINAL DOS ESGOTOS EM FERNANDO DE NORONHA, CONFORME AS ÁREAS DE OCUPAÇÃO

		Sistema 1	Sistema 2	Sistema 3	Sistema 4	Sistema 5	Fossas	Céu Aberto	Total
Porto	Nº de Prédios						13	4	17
	Pop. Residente						36	0	36
	Pop. Flutuante						0	0	0
Trinta	Nº de Prédios	60			25	9	8	3	105
	Pop. Residente	230			123	37	45	12	447
	Pop. Flutuante	235			23	12	19	0	289
Remédios	Nº de Prédios	65					12	1	78
	Pop. Residente	241					43	3	287
	Pop. Flutuante	152					29	0	181
Floresta Velha	Nº de Prédios	4					24		28
	Pop. Residente	24					83		107
	Pop. Flutuante	46					44		90
Floresta Nova	Nº de Prédios	87					2		89
	Pop. Residente	420					8		428
	Pop. Flutuante	252					0		252
Boldró	Nº de Prédios		40				13		53
	Pop. Residente		147				36		183
	Pop. Flutuante		175				27		202
Três Paus	Nº de Prédios			10			5		15
	Pop. Residente			50			38		88
	Pop. Flutuante			0			0		0
Basilha	Nº de Prédios						10		10
	Pop. Residente						32		32
	Pop. Flutuante						10		10
Quixaba	Nº de Prédios						10	4	14
	Pop. Residente						38	15	53
	Pop. Flutuante						0	0	0
Coreia	Nº de Prédios						1	2	3
	Pop. Residente						3	14	17
	Pop. Flutuante						0	0	0
VQS	Nº de Prédios						5		5
	Pop. Residente						16		16
	Pop. Flutuante						22		22
Italcable	Nº de Prédios						4		4
	Pop. Residente						10		10
	Pop. Flutuante						0		0
Total	Nº de Prédios	216	40	10	25	9	107	14	421
	Pop. Residente	915	147	50	123	37	388	44	1704
	Pop. Flutuante	685	175	0	23	12	151	0	1046
Total Resid.+ Flutuante		1.600	322	50	146	49	539	44	2.750

Fonte : ADFN/CONDOMINIUM Empreendimentos Ambientais Ltda. Recife, julho de 2000. (mimeo), ã paginado.

Sistema 1 Lagoa do Cachorro

Sistema 2 Lagoa do Boldró

Sistema 3 Fossa Coletiva dos Três Paus

Sistema 4 Fossa Coletiva do Trinta

Sistema 5 Fossa Coletiva do Trinta (Nascimento)

Fernando de Noronha dispõe atualmente de uma Unidade de Tratamento de Lixo instalada em área de 2 ha no Boldró, e embora funcione de forma organizada as instalações e equipamentos são insuficientes face às características ambientais e ao elevado crescimento turístico, demográfico e de produção de resíduos sólidos que vem se registrando.



Fotografia 19 – Vista parcial da Unidade de Tratamento de Lixo de FN.
Fonte: Sandra Pagano, Abril/2000.

O lixo é coletado diariamente nas três áreas em que está dividida a Ilha para efeitos da coleta: área 1, vai do Sueste até a praia do Boldró passando pelo açude do Xaréu, Vila da Aeronáutica e Aeroporto; área 2, vai da praia do Boldró até o Porto de Santo Antônio situado na enseada de mesmo nome e junto com a área 3, que vai da praia do Boldró até a Vila da Floresta, cobrem a área mais densamente ocupada da Ilha, onde se concentram a grande maioria das pousadas, bares, restaurantes e demais serviços turísticos. E para a realização da coleta de resíduos sólidos, a Engemaia dispõe de três tratores, um para cada área. (Fotografia 20)



Fotografia 20: Trator utilizado para coletar e transportar lixo para o Porto em FN.
Fonte: Sandra Pagano, Abril/2000.

Como o sistema de coleta seletiva domiciliar, implantado desde a primeira Administração estadual, não funciona há muito tempo, o lixo orgânico é separado do inorgânico pelos funcionários da Engemaia, os quais não utilizam equipamentos, luvas e máscaras adequadas à função.(Fotografia 21)



Fotografia 21 – Separação do lixo orgânico e inorgânico em FN.
Fonte: Sandra Pagano, Abril/2000.

O lixo orgânico é depositado em leiras para compostagem e cada leira tem capacidade para 6 a 7 t de lixo. (Fotografia 22)



Fotografia 22 – Leiras a céu e chão abertos na Unidade de Tratamento de Lixo de FN.
Fonte: Sandra Pagano, Abril/2000.

A produção do rejeito do coco foi a que mais cresceu passando de 51.743 t em 1998, para 148.769 t em 1999, enquanto o material compostável diminuiu de 53% para 40% na composição do total de 984.439 t de resíduos sólidos coletadas em 1999, conforme apresentado nos Gráficos 5 e 6.

O crescimento do volume do lixo apresenta-se, sem dúvida, como o principal impacto ambiental do turismo em Fernando de Noronha. Apesar da existência da Portaria GOPE/ADFN 002/96 que proíbe a entrada e comercialização de produtos em recipientes descartáveis. Precisa-se ainda ressaltar que o volume coletado é bastante inferior ao volume produzido. Grande parte dos veículos, eletrodomésticos, mobiliário em geral, compensado, entre outros, permanece sem ser coletado na oficina de veículos da Administração do Distrito Estadual de Fernando de Noronha, alguns inclusive são ainda da época dos governos militares. As pousadas também, em sua grande maioria, acumulam sucatas no quintal, conforme constatado na pesquisa de campo. As fotografias apresentadas após os Gráficos 5 e 6 possibilitam identificar a dimensão do problema encontrado.

GRÁFICO 5 - COMPOSIÇÃO DO LIXO EM FN - 1998
VOLUME TOTAL = 565.955 t

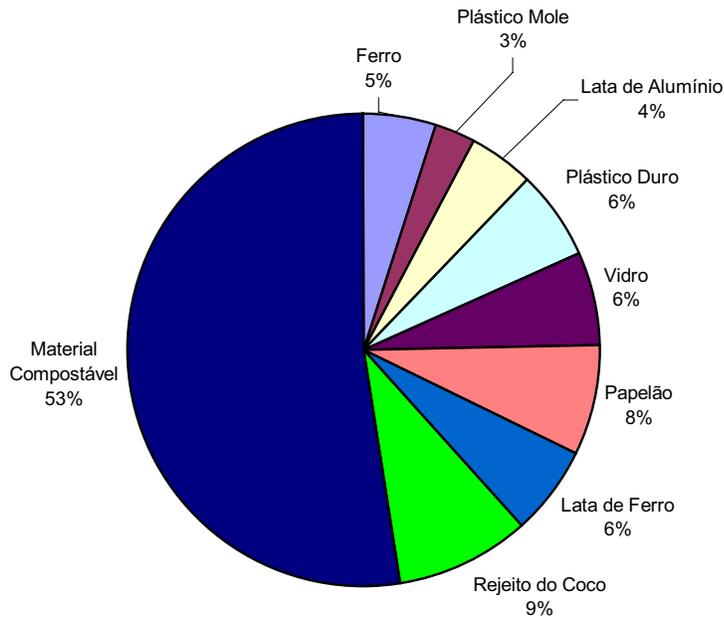
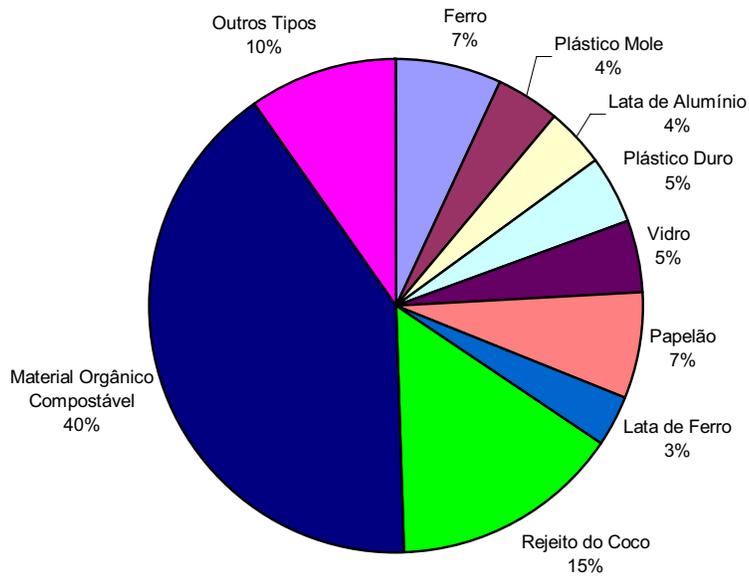


GRÁFICO 6 - COMPOSIÇÃO DO LIXO EM FN -1999
VOLUME TOTAL = 984.439 t





Fotografia 23 – Sucata em quintal de pousada em FN.
Fonte: Sandra Pagano, Abril/2000.



Fotografia 24 – Sucata na oficina de veículos da ADFN em FN.
Fonte: Sandra Pagano, Abril/2000.



Fotografia 25 – Chegada de trator da Engemaia para jogar lixo inorgânico na oficina de veículos da ADFN em FN.

Fonte: Sandra Pagano, Abril/2000.



Fotografia 26 – Vista parcial do depósito de lixo na oficina de veículos da ADFN em FN.

Fonte: Sandra Pagano, Abril/2000.

4.3 Impactos no meio físico, políticas de gestão e tecnologias introduzidas

Segundo Beni, *o turismo é uma atividade que resulta do somatório dos recursos naturais do meio ambiente, culturais, sociais e econômicos*, portanto a análise do seu desempenho requer uma abordagem sistêmica, multifuncional e multicausal.⁷²

Os impactos ambientais decorrentes da exploração econômica de qualquer atividade, estão diretamente relacionados à conjugação de três elementos básicos: educação, no sentido mais abrangente do termo, da comunidade receptiva, dos turistas e dos gestores; tecnologia, voltada para as peculiaridades e limitações específicas do meio ambiente econômico, natural, social e cultural de cada localidade; e política de gestão que incorpore à função do Estado o papel de norteador e fomentador dos princípios básicos da ética da sustentabilidade:

- a) integração da conservação e do desenvolvimento;
- b) satisfação das necessidades básicas humanas;
- c) alcance de equidade e justiça social;
- d) provisão de autodeterminação social e da diversidade cultural;
- e) manutenção da integração ecológica.

No caso de Fernando de Noronha, os principais impactos gerados pelo turismo, os quais começaram a se tornar mais evidentes a partir de 1995, têm uma relação direta com o processo de gestão adotado. De 1988 até meados de 1991, o Distrito Estadual de Fernando de Noronha foi conduzido por uma política de gestão engajada, comprometida com a sustentabilidade. Nessa época foram estabelecidos e implantados os princípios normativos de condução do turismo no Arquipélago, acompanhados da priorização em investimentos de infra-estrutura.

Destacam-se entre as ações desse período o estabelecimento do número máximo de 350 turistas/dia, a implantação da cobrança da Taxa de Preservação Ambiental, a instituição do Sistema de Hospedagem Domiciliar, com estabelecimento de padrões mínimos de

⁷² Beni, 1988, p.1.

qualidade para o funcionamento das pousadas e a construção da usina de tratamento de lixo.

De meados de 1991 até meados de 1995, as diversas equipes que estiveram à frente do Distrito Estadual, com algumas exceções pontuais, priorizaram a expansão econômica, enfatizando o crescimento da demanda através da flexibilização do cumprimento das normas reguladoras da atividade turística, sem investir proporcionalmente em infraestrutura.

Em 1995, segundo dados do Inventário do Potencial Turístico⁷³, havia 66 pousadas em funcionamento em Fernando de Noronha, que junto com o Hotel Esmeralda, ofertavam um total de 648 leitos. O número anual de turistas dobrou de 10.094 em 1992, para 21.315 em 1995.

Na política expansionista, sem preocupação com os impactos de longo prazo, adotada nesse período, encontra-se também a razão do surgimento dos principais problemas ambientais que vieram a ser registrados posteriormente⁷⁴:

- a) contaminação de poços por coliformes fecais;
- b) esgoto correndo a céu aberto;
- c) crise no abastecimento d' água nas épocas de maior número de turistas.

A recepção de grandes navios de cruzeiro marítimo transatlântico foi introduzida em dezembro de 1990, e trouxe junto com turistas e recursos injetados na economia distrital, algumas das externalidades mais negativas do turismo: aumento inflacionário de preços, prejudicando diretamente a população residente, e necessidade de “importação”, do continente para Fernando de Noronha, de vários bens para atendimento do novo e concentrado grupo de visitantes.

Vários veículos do tipo “buggy” foram trazidos de Recife e Natal, pelos moradores, para realização de “Ilha Tours”, por ocasião da chegada dos cruzeiros, gerando poluição atmosférica e inversão da escala de valoração de trabalho e produção. Pois, tornou-se

73 EMPETUR, 1998, P. 20-25.

74 Conforme relatório da Assembléia Popular Noronhense, datado de 17/11/97, p. 1-2.

possível ganhar mais dinheiro conduzindo turistas do que em outras atividades realizadas ao longo de vários meses, como a pesca ou a agricultura, por exemplo.

O total de automóveis licenciados em Fernando de Noronha aumentou cerca de 04 vezes em 08 anos, tendo ocorrido o maior incremento do número de veículos no período de 1991 a 1993, conforme demonstra a Tabela 10.

TABELA 10 - QUANTIDADE DE VEÍCULOS SEGUNDO O TIPO EM FERNANDO DE NORONHA – PERÍODO: 1989 A 1997

ANO	VEÍCULOS LICENCIADOS					TOTAL
	AUTOMÓVEIS	CARGA	ÔNIBUS	MOTOS	OUTROS	
1989	46	26	7	14	5	98
1990	46	26	7	17	5	101
1991	89	22	7	46	5	169
1992	104	23	7	57	5	196
1993	131	26	7	59	6	229
1994	134	30	7	72	6	249
1995	142	28	7	78	7	262
1996	150	30	7	82	7	276
1997	170	33	9	87	7	306

Fonte: CONDEPE - Base de Dados do Estado - BDE, 28/04/1999.

Ao final de 1999, segundo dados coletados junto ao CONDEPE em junho de 2000, existiam 425 veículos em Fernando de Noronha dentre os quais 234 eram do tipo automóveis. Ao final de 1999, durante vistoria realizada pelo DETRAN, no período de 02 a 04 de dezembro, a frota local foi estimada em 600 veículos, dos quais 374 foram vistoriados e apenas 190 foram aprovados. Os demais 184 ficaram em exigência. Tal fato vem a ratificar a constatação do crescimento descontrolado do turismo, alto desempenho econômico da atividade e flexibilização das normas de gestão ambiental. (Anexo C)

O consumo de energia vem crescendo na mesma proporção do número de turistas. Ambos cresceram mais de 04 vezes nos últimos 10 anos, conforme demonstram a Tabela 11 e o Gráfico 7.

TABELA 11 - CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA EM FERNANDO DE NORONHA
PERÍODO: 1989 A 1997

TIPO	CONSUMO (MWH) / ANO									
	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	
Residencial	305	502	555	591	575	513	623	701	655	
Industrial	9	14	15	44	22	29	35	101	108	
Comercial	211	458	500	467	530	814	949	953	996	
Rural	1	1	2	2	24	35	36	42	107	
Poderes Públicos	-	269	276	238	269	268	296	289	307	
Iluminação Pública	-	-	-	76	92	92	92	92	92	
Outros	-	408	418	311	206	256	367	423	414	
TOTAL (MWH)	526	1652	1766	1729	1718	2007	2398	2601	2679	

Fonte: CONDEPE – Base de Dados do Estado – BDE. Agosto de 1999 e Dezembro de 2000.

O crescimento exponencial do número de habitantes, hoje estimados em 3.000 pessoas, também está diretamente associado ao crescimento do turismo. As diversas empresas familiares prestadoras de serviços turísticos em Fernando de Noronha, fazem vir parentes e amigos para se agregarem às atividades por elas prestadas, principalmente de Pernambuco e do Rio Grande do Norte, conforme pôde ser constatado durante a pesquisa de campo.

GRÁFICO 7 – EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE HABITANTES, DE TURISTAS E DO CONSUMO DE ENERGIA EM FERNANDO DE NORONHA
PERÍODO: 1989/1999



4.4 Impactos sócio-econômicos

Um dos aspectos positivos na exploração turística de Fernando de Noronha é o modelo alternativo da oferta instalada. Se de um lado tal oferta carece de padrões estéticos e de sofisticação geralmente encontrados nas destinações turísticas de moda, por outro, mantém, após 10 anos de expansão da atividade, a predominância absoluta de meios de hospedagem domiciliar, o que assegura uma maior distribuição dos ganhos advindos da exploração turística.

Das pousadas registradas pela ADFN em dezembro de 1990, apenas uma deixou de funcionar; as demais continuam, nas mãos dos mesmos proprietários, a integrar o Inventário da Oferta Turística de Fernando de Noronha, realizado em 1998, o que indica sustentabilidade econômica.

Dos novos 43 meios de hospedagem, oficialmente registrados, surgidos após 1990, todos são do tipo hospedaria domiciliar. O que indica a predominância, a despeito das diferentes ênfases de gestão pelas quais passou o Distrito Estadual nos últimos 10 anos, de dois importantes enfoques do desenvolvimento sustentável: alcance de equidade e justiça social: com índice de GINI de 0,4460, em 1991, quando a média de Pernambuco foi de 0,6597 no mesmo ano, segundo o IBGE; e provisão de autodeterminação social e da diversidade cultural, com uma oferta de equipamentos turísticos fortemente associada à cultura e à sociedade local.

4.4.1 Empregos diretos e indiretos

A grande capacidade de geração de empregos indiretos é uma das externalidades mais positivas do turismo. Para o cálculo do número de empregos gerados pelo turismo, a média adotada pelas várias organizações que lidam com a estruturação da atividade ou o financiamento de projetos como OMT, EMBRATUR, BID, Banco do Nordeste, entre outras, adotam a média de 1 a 6 empregos diretos e indiretos por UH⁷⁵, para hotéis de categoria superior, e de 0,8 a 4 empregos diretos e indiretos por UH, para hotéis de categoria simples.

75 UH – Unidade Habitacional. Termo usado em hotelaria para designar quarto, apartamento ou suite.

Em Fernando de Noronha, assumindo que cada meio de hospedagem, considerando ser a absoluta maioria deles de ordem familiar, além dos empregados registrados gera também atividade produtiva para um a dois membros de cada família por pousada, pode-se calcular como empregos diretos gerados pelos meios de hospedagem mais 1,5 emprego por estabelecimento, o que somados aos 169 empregados registrados, atinge o total estimado de 281 empregos diretamente gerados pelos meios de hospedagem. (Tabela 1)

Considerando que os demais serviços turísticos existentes, diretamente ligados à atividade, como restaurantes, bares, lanchonetes, agências de turismo, etc. geram no mínimo 01 emprego por estabelecimento, o que perfaz um total de 99 empregos, sobe para 380 o número mínimo de empregos diretamente gerados pelo turismo no Arquipélago. Aplicando-se a esse total a estimativa conservadora de 3,5 empregos indiretos por cada uma das 292 UH's ofertadas em 1998, obtem-se um total estimado de 1.022 empregos indiretos gerados pelo turismo na Ilha.

Tal fato revela o extraordinário desempenho de 1.402 empregos diretos e indiretos gerados pelo turismo. Donde é possível estimar, com base nos cálculos anteriormente expostos, que o turismo emprega aproximadamente 45 % da população total da Ilha, hoje estimada em torno de 3.100 habitantes.

Tomando por referência a Contagem Populacional de 1996 (IBGE), onde 65,53% dos 1.881 habitantes da Ilha têm entre 15 e 64 anos de idade, o turismo emprega direta e indiretamente 65% da população economicamente ativa de Fernando de Noronha.

Tanto nos altos ganhos econômicos como nos impactos negativos de desagregação familiar, face aos vários casos de separação e adultério ocorridos entre casais residentes na Ilha por envolvimento com turistas e a prática de turismo sexual feminino, em decorrência da maior participação masculina na população noronhense, fato que, associado ao maior grau de independência das mulheres pertencentes às classes média e alta, agrega à natureza exuberante de Fernando de Noronha o valor erótico dos ilhéus. Atrativo de há muito apreciado pelos viajantes de classes superiores em destinos tropicais, a exemplo das impressões relatadas por Darwin durante suas primeiras

incursões em terras australianas e daquelas relatadas por James Cook no comando do Endeavour também em expedição pela costa australianas.⁷⁶

⁷⁶ *Ibidi.*, p. 31.

5 MARCOS PARA A AGENDA 21 LOCAL: COMO EVITAR CALVIÀ

Os indicadores de crescimento do turismo em Fernando de Noronha e as tendências de expansão e diversificação da oferta, identificadas na visão dos principais atores ligados à administração do Parque Nacional Marinho e do Distrito Estadual de Fernando de Noronha, apontam para um cenário de crescimento do turismo de massa que representa um grande desafio a ser cuidadosamente analisado e responsabilmente conduzido por tratar-se de área estadual e federal de preservação ambiental.

A inserção do caso de Calvià como exemplo a ser evitado no desenvolvimento do turismo em Fernando de Noronha, em que pese a grande diferença de área e status ambiental existente entre as duas localidades, se apresenta como alerta clara e inquestionável de danos sociais, ambientais e paisagísticos, para um destino turístico que tem no meio ambiente natural o seu principal atrativo.

5.1 O caso Calvià como exemplo a ser evitado

Calvià é um dos destinos turísticos mais visitados do Mediterrâneo e o município turístico mais importante das Ilhas Baleares.



Figura 6 - Localização de Calvià nas Ilhas Baleares.

Fonte: CD Agenda 21 de Calvià, apresentado no Fórum da OMT – Rio de Janeiro, Maio/2000.

Em 1960, Calviã era um município agrícola, de costas para o mar, com apenas 3000 habitantes distribuídos em 143 km² de área e 60 km de litoral. Em três décadas de expansão turística as edificações transbordam na costa de Calviã, o número de habitantes chega a 35.000 recenseados e 50.000 de fato, e o número de visitantes passa de 1.600.000 ao ano.



Figura 7 – Calviã no início da década de 1970.

Fonte: CD Agenda 21 de Calviã, apresentado no Fórum da OMT – Rio de Janeiro, Maio/2000.



Figura 8 – Calviã 1997

Fonte: CD Agenda 21 de Calviã, apresentado no Fórum da OMT – Rio de Janeiro, Maio/2000.

A oferta de serviços e equipamentos turísticos passou de 6.800 leitos e 112 estabelecimentos existentes na década de 1960, para cerca de 120.000 leitos, 256 estabelecimentos e toda uma gama de instalações complementares como campos de golfe e parques desportivos, em 1994.

Com o crescimento turístico descontrolado vieram também os problemas ambientais e sociais. A pressão humana sobre o território passou de 17 para 1.050 hab/km², na alta temporada, em pouco mais de trinta anos. A área litorânea encontra-se intensamente ocupada, com mais de 2000 ha de verdadeiros enclaves urbanos que elevam a pressão na franja costeira a 3.000 hab/km² na alta estação, com impactos significativos nos meios social, econômico e ambiental do município.

Dentre os impactos sociais mais relevantes registra-se o fato de apenas 25% dos residentes terem nascido em Calvià e mais de 13% serem estrangeiros, o que além da riqueza da diversidade sócio-cultural e lingüística gera também suas principais vulnerabilidades: um elevado número de jovens, aumentando a pressão por novas construções para moradia, transporte e infra-estrutura básica.⁷⁷

No plano econômico, a população de Calvià alcançou um nível de renda familiar, por habitante, ao ano, 130% superior ao nível da Espanha e 105% mais alto que o europeu, além de registrar um índice de desemprego abaixo da média nacional. Porém a generosidade desses dados se insere num marco dominado por três aspectos críticos do monocultivo turístico: alta sazonalidade, baixo regime salarial e preços muito elevados na alta temporada.

No meio natural, o rápido desenvolvimento urbanístico das últimas três décadas extrapolou a capacidade de carga dos ecossistemas litorâneos, induziu uma série de impactos no interior, e provocou o consumo excessivo de recursos básicos importados do exterior como água, energia e materiais diversos.

A partir de novembro de 1994, foi dado o primeiro passo para analisar e enfrentar claramente os problemas que se apresentavam, e um ano mais tarde estava pronta a

⁷⁷ A exemplo do que acontece em Fernando de Noronha, onde apenas 24% dos habitantes nasceram na Ilha (Tabela 9).

proposta preliminar de construção de uma Agenda Local 21 que veio a ser concluída em 1997.

Dentre os vários trabalhos e estudos desenvolvidos durante a construção da Agenda 21 Local merece destaque a revisão do Plan General de Ordenación Urbana de Calvià que estabelecia, em 1982, um teto populacional de 400.000 habitantes e turistas, reduzido em 1991 para 250.000 e em 1998 para 210.000 habitantes, não tendo sido reduzido ainda mais devido aos altos custos indenizatórios.

Como era necessário resgatar áreas livres e públicas na faixa litorânea, o Programa de Esponjamento já concebido no Plan de Excelencia Turística, no início dos anos de 1990, foi posto em prática com recursos do Governo Balear e 12 edificações obsoletas e estrategicamente situadas foram dinamitadas. A maioria hotéis, para dar lugar a áreas verdes públicas ou equipamentos de uso geral, resgatar o acesso para o mar e servir de exemplo e orgulho para os cidadãos de Calvià na busca de uma melhoria de qualidade, através da recuperação dos melhores espaços naturais.



Figura 9 – Detalhe da beira mar de Calvià.

Fonte: CD Agenda 21 de Calvià, apresentado no Fórum da OMT – Rio de Janeiro, Maio/2000.

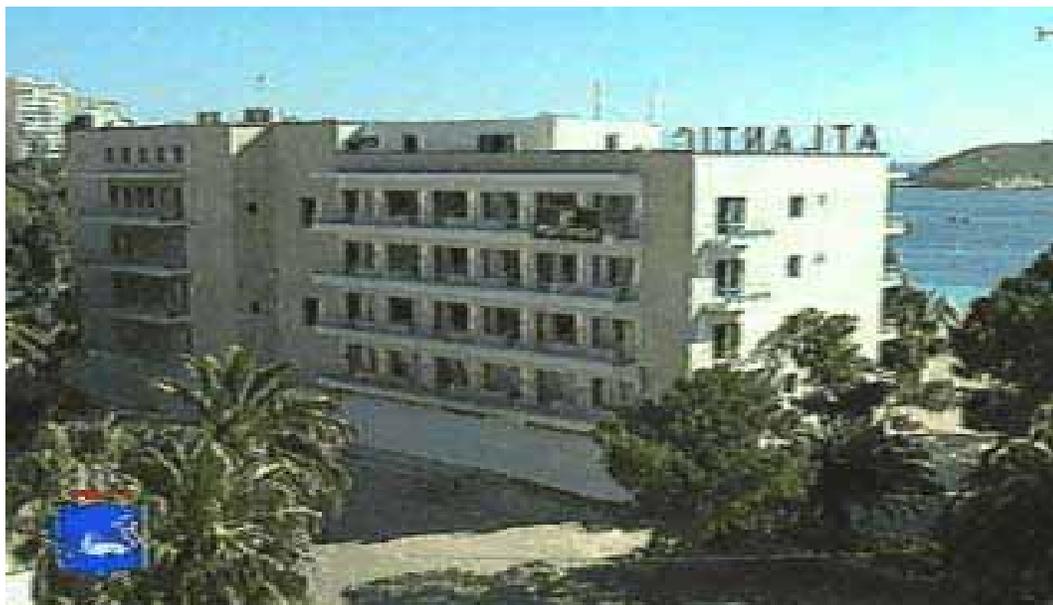


Figura 10 – Antigo Hotel Atlantic, dinamitado em 1996.
Fonte: CD Agenda 21 de Calviã, apresentado no Fórum da OMT – Rio de Janeiro, Maio/2000.



Figura 11 – Área pública de lazer à beira mar, implantada após demolição de hotel.
Fonte: CD Agenda 21 de Calviã, apresentado no Fórum da OMT – Rio de Janeiro, Maio/2000.

O Quadro 12, apresentado a seguir, resume os principais indicadores ambientais registrados em 1997, e indicação de posturas a serem adotadas pelos gestores e população de Calvià de modo a atingir índices compatíveis com a proposta da Agenda 21 local.

QUADRO 12 – SETORES AMBIENTAIS CHAVE DE CALVIÀ

CAMPO	INDICADOR	VALOR EM	TENDÊNCIA / OBJETIVO VALOR/
Transporte	Viagens de automóvel milhões/ano	30	Conter
	% de transporte público	18	Aumentar para 24
	Milhares Tm/ano CO2 t. local -	73 - 535	Reduzir - Conter
Água	Milhares m ³ /ano, entradas na alta	9,3	Estabilizar
	% de perdas na rede	16	Reduzir para 13
	% de reciclagem no meio urbano	0	Aumentar para 70
Energia	Consumo milhares TEP/ano e % de	31 - 0	Conter - Aumentar
	% de fontes renováveis sobre o total	1	Aumentar para 15
	Milhares Tm/ano emissões de CO2	258	Estabilizar
Resíduos Sólidos	Milhões de kg resíduos / ano	42	Conter
	% de coleta seletiva	1,9	Aumentar para 70
	Produção de resíduo (kg) por pessoa	1,15	Reduzir para 0,98

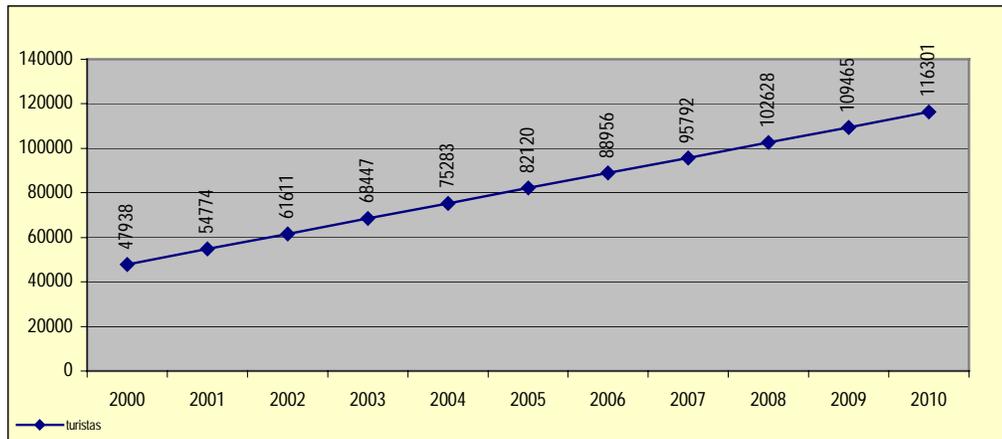
Fonte: Calvià. Agenda Local 21: Plan de Acción, p. 92.

5.2 Tendências evolutivas do turismo em Fernando de Noronha

As taxas de crescimento do número de turistas chegados a Fernando de Noronha vêm se mantendo acima das médias registradas em Recife, no Brasil e no mundo, o que denota a tendência contínua de crescimento da atividade turística na Ilha. Mantida esta tendência, o número de turistas pode passar de 116.000 em 2010, caso não sejam tomadas medidas de contenção da demanda, conforme projeção obtida através do método de análise estrutural de séries temporárias, calculado pelo STAMP⁷⁸. (Gráfico 8)

⁷⁸ Software de cálculos estatísticos.

GRÁFICO 8 - PROJEÇÃO DO NÚMERO DE TURISTAS EM FERNANDO DE NORONHA PARA O PERÍODO 2000 A 2010



Aplicando-se a fórmula de cálculo do número de turistas/dia (y), considerando ser de 3,4⁷⁹ dias a permanência média (pm) do turista no Arquipélago, observa-se que de modo a atender aos limites de controle do número de turistas estabelecidos pela Portaria GOPE/DEFN nº 025/95 da ADFN, em vigor desde 1995, teoricamente a quantidade máxima de turistas admitida seria da ordem de 3.830 turistas/mês, de modo a respeitar o limite máximo de 420 turistas/dia:

$$y = \frac{(3.830 \text{ turistas} \times 3,4 \text{ dias})}{31 \text{ dias}} = 420 \text{ turistas/dia}$$

A oferta de hospedagem disponível em julho de 2000 (ADFN/CONDOMINIUN: 2000) era de 1.046 leitos, na mesma época a população residente, segundo informação dos entrevistados, era de 1.737 habitantes o que indica a elevada intensidade turística da Ilha de Fernando de Noronha. Segundo Defert, citado por Pearce, Rushmann, e Petrocchi, a atividade ou intensidade turística de uma área é identificada a partir da justaposição de duas populações: a dos visitantes e a dos residentes, tomando-se por comparação o número de leitos (N) disponíveis para turistas e o número de residentes (P) na área, de acordo com a fórmula: $T(f) = \frac{N}{P} \times 100$.

p

79 Comunicação pessoal, Margareth Grillo Teixeira, Diretora de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente da ADFN.

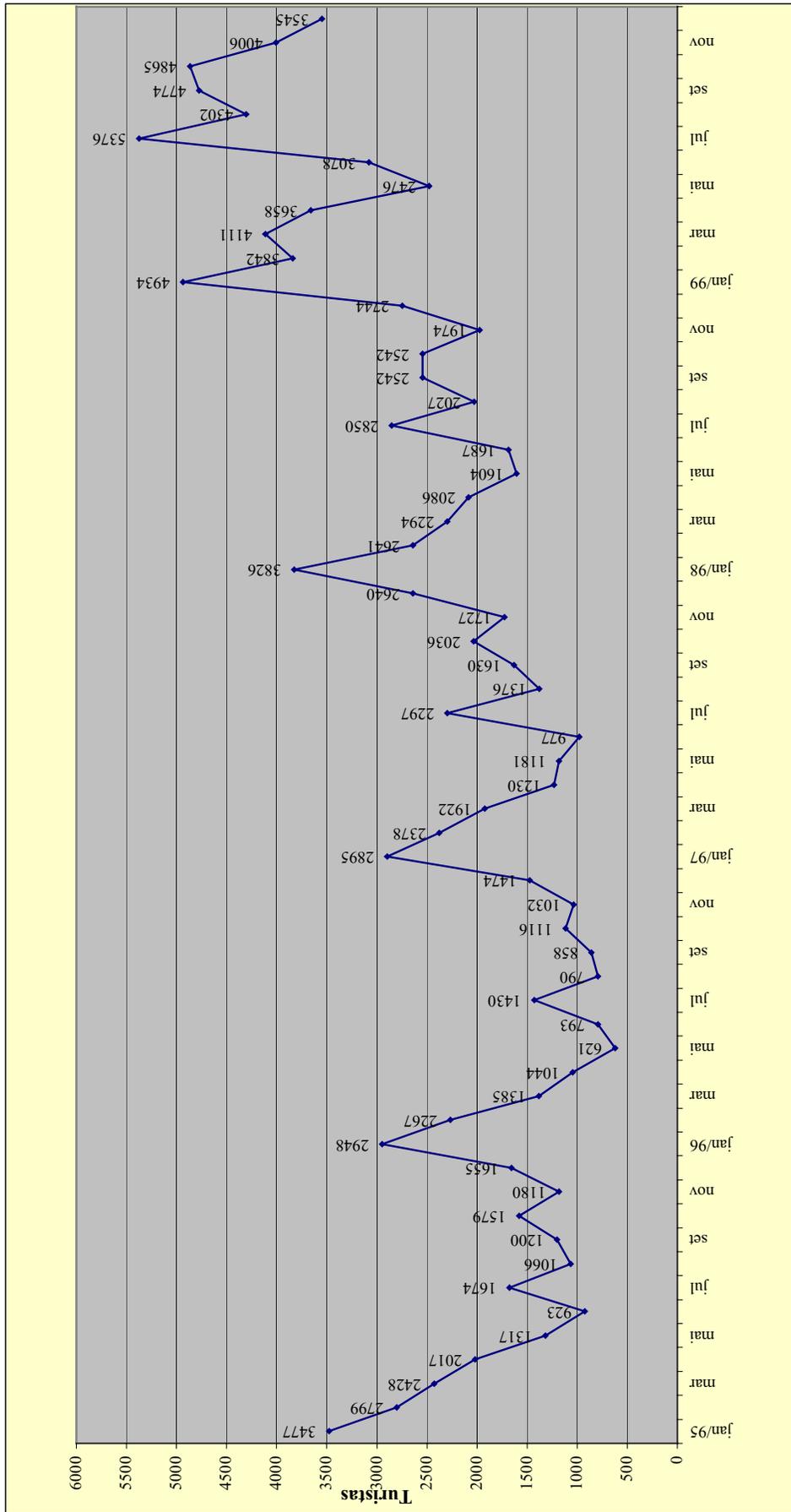
Aplicando-se a Fernando de Noronha o índice de Defert, obtém-se um resultado de 60% de intensidade turística, o que é bastante preocupante em função das características do ecossistema insular, e da alta dependência econômica da população em relação ao turismo.

Tomando por referência o mês de julho de 2000, onde foi registrada a chegada de 4.680 turistas, e aplicando a fórmula para cálculo do número médio de turistas/dia, indicada pela OMT⁸⁰, obtém-se um índice de aproximadamente 700 turistas/dia o que, sem contar aqueles visitantes que são dispensados do pagamento da TPA. Que variam em torno de 300 pessoas/mês e sem coincidir com o período de chegada dos cruzeiros marítimos, extrapola as Normas de Controle de Fluxo estabelecidas pela própria ADFN e significa uma proporção de aproximadamente 3 turistas/habitante.

Como pode ser observado no Gráfico 9, apresentado a seguir, o número mensal de turistas elevou-se sensivelmente em 1999 com relação aos anos anteriores, mantendo-se durante nove meses do ano de 1999 um patamar superior ao limite que possibilitaria o cumprimento da Norma estabelecida de 420 turistas/dia, ou no máximo de 3.830 turistas/mês.

80 $NT = \frac{N^{\circ} \text{ de Turistas} \times \text{Permanência Média}}{N^{\circ} \text{ de Dias}}$

GRÁFICO 9 - EVOLUÇÃO MENSAL DO NÚMERO DE TURISTAS EM FERNANDO DE NORONHA - 1995 A 1999



Pode-se concluir que as normas que visam disciplinar o turismo e assegurar a conservação ambiental do Arquipélago, embora disponíveis desde o estabelecimento da primeira administração estadual, não vêm sendo cumpridas. O que indica a necessidade de uma abordagem séria e criteriosa das tendências evolutivas do turismo em Fernando de Noronha por parte do sistema gestor do Arquipélago, da comunidade residente e das organizações estaduais e nacionais de defesa do meio ambiente. De modo a identificar os possíveis riscos da continuidade desse crescimento, uma vez que o meio ambiente de Fernando de Noronha além de ser o seu principal atrativo turístico é também, segundo a Constituição Federal vigente, um bem público, de uso comum do povo (Art. 225); e, a responsabilidade por dano ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico, é competência concorrente da União, dos Estados e do Distrito Federal (Art.24, parágrafo VIII).

5.3 A visão dos principais atores

As pressões e interesses dos principais atores internos e externos apontam para uma tendência de crescimento contínuo e, portanto, sem preocupação com os impactos ambientais de longo prazo, por razões de uma consciência ecológica ainda não consolidada e um interesse de grande crescimento econômico associado ao atrativo ambiental de Fernando de Noronha. O que pela natureza intrínseca do atrativo não comporta tal crescimento e, a médio e longo prazos, tende somente a reduzir Noronha a um balneário tropical abarrotado pelo turismo de massa.

5.3.1 Os gestores da esfera estadual e federal

A atual gestão da Administração do Distrito Estadual de Fernando de Noronha apresenta uma política de expansão do turismo voltada para captação de segmentos de demanda de renda mais alta, principalmente grupos internacionais. Dentre as ações que concorrem para a consolidação dessa tendência merecem destaque:

- a) a ampliação da pista de pouso do aeroporto para as dimensões de 1.845,00 m de comprimento por 45,00 m de largura, incluindo a implantação do sistema de

balizamento noturno e habilitando a operação de aeronave do tipo BOEING 737-500 que tem capacidade para 132 passageiros;

- b) a elaboração de anteprojeto de lei de uso e ocupação do solo que propõe alterações fundamentais no Zoneamento da APA federal e entra em choque com vários dispositivos da legislação estadual e federal, conforme analisado no item 5.3.2.

5.3.2 A minuta de anteprojeto de lei de uso e ocupação do solo

Incluída no documento Arquipélago de Fernando de Noronha - Plano de Desenvolvimento Sustentável: Diretrizes de Uso e Ocupação do Solo – Versão Preliminar, documento este que é apresentado com a ressalva de ainda estar carente de um amplo debate com a sociedade local.

Destacam-se entre o conjunto de intervenções propostas, àquelas fundamentais a questão da conservação ambiental e sustentabilidade, as quais estão a requerer de um aprofundamento da análise e revisão da proposta apresentada:

- a) a proposta de zoneamento baseia-se no Estudo de Capacidade de Suporte do Arquipélago elaborado em julho de 2000 e como fundamentação das diretrizes apresentadas ressalta “...a possibilidade do acréscimo da população residente e flutuante até atingir o patamar de 6.425 pessoas/dia, e o potencial de provimento d’água potável, encontrada na própria ilha estabelecido em, provisoriamente, 1.460 metros cúbicos/dia.”;
- b) estabelecimento de usos permitidos como shopping center, por exemplo, e não especificação do que é proibido;
- c) parâmetros urbanísticos que deixam totalmente em aberto as regras para construção na zona de turismo ecológico e no setor de preservação da vida silvestre, conforme apresentado no Quadro 13;

- d) alteração de área considerada como Área de Conservação para Área de Turismo Ecológico, como pode ser identificado na comparação do Quadro 13, apresentado a seguir, com a Figura 5, apresentada à página 68 e com a Figura 12, apresentada à página 130.

QUADRO 13 – PARÂMETROS URBANÍSTICOS CONSTANTES DO ANTEPROJETO DE LEI DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO PROPOSTO PELA ADFN-2000

zona	Taxa de Ocupação (%)				Recuos (m)		Gabarito Em Pavimentos	Taxa de Solo Natural (%)	Área de Vegetação Arbórea (% lote)	Coeficiente de Utilização Unifamiliar	Coeficiente de Utilização Plurifamiliar
	Até 500 m ² (lote)	500 a 1.000m ² (lote)	1000 a 5000m ²² (lote)	Mais de 5000m ² (gleba)	Frontal/ Fundos	Lateral (T/2P)					
Zona Urbana	35	30	20	10	5	1,5/2,0	2	50	20	0,5	1,0
I - Vila dos Remédios	40	35	25	10	5	1,5/2,0	1	50	20	0,5	1,0
II - Vila do Trinta	35	30	20	10	5	1,5/2,0	2	50	20	0,5	1,0
III - Floresta Nova	35	30	25	10	5	1,5/2,0	2	50	20	0,5	1,0
IV - Floresta Velha	25	20	15	10	5	1,5/2,0	2	50	20	0,5	1,0
V - Vacaria	35	30	25	10	5	1,5/2,0	2	50	20	0,5	1,0
VI - Boldró	25	20	20	10	5	1,5/2,0	2	50	20	0,5	1,0
VII – Três Paus	30	-	-	-	5	1,5/2,0	1	50	20	0,5	-
VIII – Da DPV	35	25	20	10	5	1,5/2,0	2	50	20	0,5	1,0
IX – Estr. Velha de Sueste	30	25	20	10	5	1,5/2,0	1	50	20	0,5	-
XI – Santo Anônio	35	25	20	10	5	1,5/2,0	1	50	20	0,5	-
Zona de Turismo Ecológico	-	-	-	5	10	10	AP	70	50	0,5	-
Setor de Preservação Cultural	AP	AP	AP	AP	AP	AP	AP	AP	AP	AP	AP
Setor de Preservação da Vida Silvestre	AP	AP	AP	AP	AP	AP	1	AP	AP	-	-
Zona Agropecuária	-	-	-	AP	10	10	2	95	-	AP	-

Fonte: ADFN- Plano de Desenvolvimento Sustentável: Diretrizes de Uso e Ocupação do Solo – Novembro/2000 p. 58.

Notas:

“AP” corresponde a “Anuência Prévia”; (T/2P) = (1 pavimento/2 pavimentos);

Tanto para a Taxa de Solo Natural quanto para a Área de Vegetação Arbórea os índices se referem à totalidade da área do lote.

Por ocasião da leitura e análise do Plano de Gestão do Arquipélago de Fernando de Noronha, Ecoturismo e Desenvolvimento Sustentável - Fase 1 (Capacidade de Suporte) - Etapa: Relatório Final, JUL/2000, observou-se que os dados relativos ao lixo coletado em Fernando de Noronha, apresentados à página 23 daquele documento, apresentam

uma defasagem, para menos, de 1 tonelada/dia em 1999, com relação aos dados coletados durante a pesquisa de campo onde pôde-se tabular os mapas diários de pesagem do lixo coletado, através de cópias fornecidas pelo Gerente da Engemaia relativas aos anos de 1998 e 1999.

Tal constatação indica a necessidade de revisão do estudo de capacidade de suporte, estudo este que à página 85, no Quadro 16, identifica o potencial de ampliação do limite de população simultânea para 6.425 pessoas, tomando por base, principalmente, o volume de resíduos sólidos coletados e a oferta de água, considerando neste caso o funcionamento ininterrupto do novo dessalinizador. Vale, entretanto, ressaltar que o mesmo estudo identifica, no terceiro parágrafo da página 54, que a capacidade de suporte da Ilha já está sendo excedida em 1.350 pessoas/dia.

Ao propor converter a área atualmente considerada, pelo Decreto Federal 95.922/88, como Área de Conservação em Zona de Turismo Ecológico, para a qual não se limita o gabarito das construções, devendo o projeto ser submetido a uma avaliação para Anuência Prévia junto à própria ADFN (Quadro 13), o anteprojeto de lei deixa completamente em aberto a possibilidade de com uma simples anuência prévia ser permitida a construção de qualquer tipo de hotel ou outro empreendimento turístico nessa Zona.

O anteprojeto vai de encontro também à Lei Federal 6.938, de 31/08/1981, que no seu Art. 10 estabelece que a construção, instalação, ampliação e funcionamento de atividades utilizadoras de recursos ambientais, consideradas efetivas ou potencialmente poluidoras, bem como, capazes de causar degradação ambiental, dependerão de prévio licenciamento do IBAMA, em caráter supletivo, sem prejuízo de outras licenças exigíveis. E no Art. 11, Parágrafo 1º, da mesma lei, está estabelecido que a fiscalização e o controle da aplicação de critérios, normas e padrão de qualidade ambiental serão exercidos pela SEMA, em caráter supletivo da atuação dos órgãos estadual e municipal competente.⁸¹

81 Atualmente MMA/IBAMA Nacional.

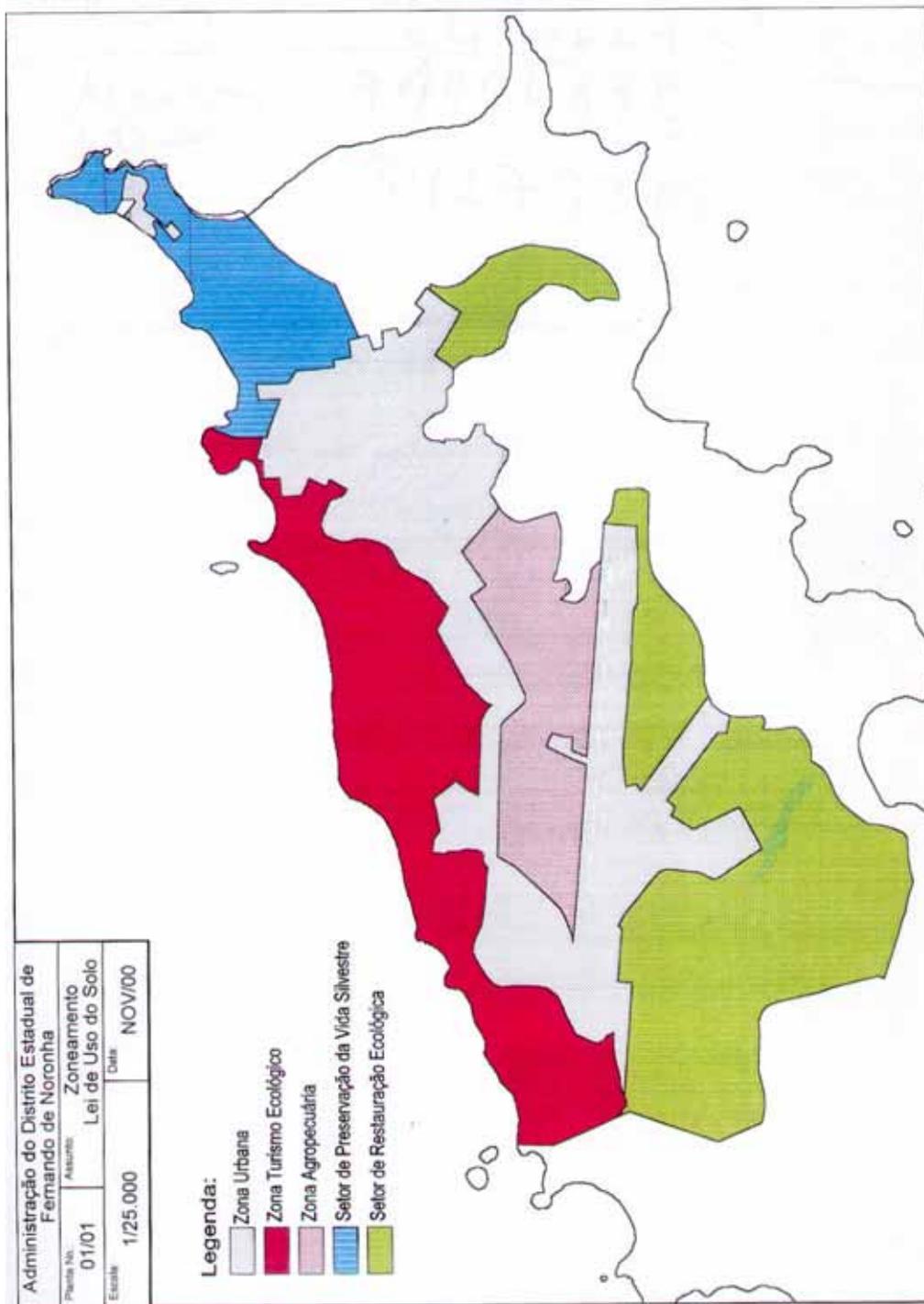


FIGURA 12 – Zoneamento proposto pela ADFN para a Lei de Uso e Ocupação do Solo
Fonte: ADFN- Plano de Desenvolvimento Sustentável: Diretrizes de Uso e Ocupação do Solo – Novembro/2000, Anexo 1.

Os gestores federais representados na Ilha pelo PARNAMAR, órgão vinculado ao IBAMA/ MMA, têm, por definição legal, a responsabilidade maior pela conservação do Arquipélago, conforme estabelecido no Artigo 10º da Lei 6.938/81 que define a Política Nacional do Meio Ambiente. Durante a pesquisa de campo, em entrevista com o Chefe Substituto do PARNAMAR pôde-se observar a preocupação daquele funcionário com o crescimento acelerado do turismo, do lixo e com a falta de aplicação de algumas normas, devido à falta de recursos financeiros e até mesmo humanos, estabelecidas no Plano de Manejo, como por exemplo, a realização do estudo de capacidade de carga da área do PARNAMAR e a própria atualização do Plano de Manejo, que já tem 10 anos e deveria ter sido atualizado em 1995.⁸²

Por outro lado, o Gestor Nacional do SISNAMA, Ministro José Sarney Filho, anunciou, dia 17/01/2001, a decisão do Governo Federal pela terceirização de 16 dos 44 parques nacionais, destacando-se Fernando de Noronha. Segundo o Ministro o Governo Federal não tem recursos para administrar todos os parques.⁸³

Observa-se, portanto, que a tendência de expansão da atividade turística é compartilhada pelos gestores estaduais e federais e, conforme levantamento de campo, encontram-se em tramitação no IBAMA/PE dois projetos de construção de hotéis em Fernando de Noronha, um do Grupo Meliá e outro do Grupo Maksoud. E, estranhamente ao status ambiental que Noronha dispõe, em termos federais e estaduais, o Conselho Distrital de Meio Ambiente – CONDIMA há três anos que não se reúne.

5.3.3 A comunidade residente

A comunidade residente em Fernando de Noronha, fortemente dependente do turismo como atividade econômica, expressa de um lado um grande amor pela exuberante beleza do Arquipélago, e de outro a vontade de expansão da atividade turística. Tem, em geral, bastante consciência do valor econômico do meio ambiente e da paisagem do Arquipélago, porém a prioridade de aumento dos lucros sobrepõe-se à necessidade de conservação do meio ambiente.

⁸² Entrevista com Marco Aurélio da Silva, realizada em FN., Abril/2000.

⁸³ Jornal Folha de Pernambuco, 18/01/2001, p.8.

Esta tendência identificada durante a pesquisa de campo junto aos prestadores de serviços turísticos, pode ser sintetizada no depoimento de um dos entrevistados:

“O Administrador até tentou impedir a entrada descontrolada de aparelhos de ar condicionado, freezers, chuveiros elétricos, etc. Mas quando Sr. Antônio do armazém traz chuveiro de 4000 e ele bota vinte para vender hoje se você deixar para ir lá amanhã, quando chega lá amanhã não tem mais nenhum... Se a gente percebe um aumento excessivo do consumo em alguma residência, a gente vai lá e conversa com o responsável, sabe o que ele diz? Ah! eu vivo do turista, se o turista chega e quer banho quente eu tenho que oferecer banho quente.”⁸⁴

Quanto à construção de hotéis na Ilha, 65% da população residente manifesta-se contra, conforme pesquisa de opinião realizada pela ADM&TEC, em junho de 2000 (Quadro 14). Em entrevista à imprensa o Administrador do Distrito Estadual de Fernando de Noronha, Sérgio Salles, declarou que o Governo de Pernambuco está desenvolvendo um Plano de Gestão Turística para a Ilha, o qual ainda se encontra em fase de discussão e será concluído em fevereiro ou março de 2001. Além da ADFN, participam do projeto a Embratur, o MMA e o Sebrae e, segundo Sérgio Salles, a idéia é construir empreendimentos hoteleiros de grande porte para atrair o mercado europeu, e a previsão é que já em março de 2001 seja aberta licitação para as obras.⁸⁵

A presidente da Associação das Hospedarias Domiciliares, Magali Marinho, na mesma matéria, diz que a categoria teme a concorrência e se os novos empreendimentos prejudicarem a atividade turística, que representa a fonte de renda de quase toda a população local, o Governo terá que apresentar soluções.⁸⁶

⁸⁴ Entrevista com Humberto Lopes Cunha, gerente da Celpe. FN, Abril/2000.

⁸⁵ Jornal Gazeta do Nordeste, 11/01/2001, p.3.

⁸⁶ Ibid.

QUADRO 14 – SATISFAÇÃO E EXPECTATIVAS DOS HABITANTES COM RELAÇÃO À VIDA EM FERNANDO DE NORONHA

Nível de satisfação com a vida em FN	- 97% estão satisfeitos
Principais vantagens de residir em FN	- 63% apontaram a tranquilidade - 24% a segurança - 11% a oferta de trabalho
Principais desvantagens de residir em FN	- 49% apontaram o alto custo de vida - 5% a falta de médicos, equipamentos de saúde e de lazer - 4% a falta de escolas
Avaliação da Administração Estadual	- 40% avaliaram como positiva - 41% como regular - 13% como ruim/péssima
Preservação ambiental	- 88% consideram com ótima/boa - 9% como regular - 2% como ruim/péssima
Principais atividades geradoras de renda	- 66% pousada - 16% mergulho - 5% restaurante
Construção de Hotéis	- 65% são contra - 30% a favor

Fonte: ADM&TEC, junho/2000.

5.4 – Recomendações para a Agenda 21 de Fernando de Noronha

A Agenda 21 Global resultou de uma série de encontros promovidos pelas Nações Unidas sobre desenvolvimento sustentável e reúne os debates mais profundos sobre o assunto que norteia a discussão das políticas públicas neste início do terceiro milênio. A histórica Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada em 1992 no Rio de Janeiro, teve a participação de representantes de 179 países, e a Agenda 21 Global é o acordo que pretende nortear a ação dos diversos atores sociais de modo a adotar uma postura equilibrada e integrada em relação às questões centrais do desenvolvimento. O sucesso da sua implementação depende sobretudo dos Governos, que devem incorporar à prática os conceitos-chave da Agenda Global e estimular a mais ampla participação pública e o envolvimento ativo de organizações não-governamentais na construção de Agendas nacionais, estaduais e locais.

Conceitos – chave da Agenda 21 Global

- **Cooperação e parceria**, entre países, entre os diferentes níveis de governo, nacional e local, e entre os vários segmentos da sociedade;
- **Educação e desenvolvimento individual**, de modo a favorecer a capacitação individual, ampliar o horizonte cultural dos jovens e propiciar a conscientização dos indivíduos sobre a importância de se pensar os problemas comuns a toda humanidade;
- **Eqüidade e fortalecimento dos grupos socialmente vulneráveis**, favorecendo as práticas participativas, estimulando a prática democrática e valorizando a participação e o fortalecimento de todos os grupos vulneráveis, sob os aspectos social e político, ou em desvantagem relativa, como crianças, jovens, idosos, deficientes, mulheres, populações tradicionais e indígenas;
- **Planejamento**, integrado e que estabeleça prioridades e metas realistas;
- **Desenvolvimento Institucional**, através do treinamento dos recursos humanos de modo a desenvolver competências para o gerenciamento das mudanças e das atividades propostas;
- **Informação**, através da reunião de dados dispersos e setorialmente produzidos de modo a montar bases de dados e informações que possam subsidiar a tomada de decisão, o cálculo e o monitoramento dos impactos das atividades humanas no meio ambiente.

Partindo desses conceitos-chave o Governo brasileiro, através de Decreto Presidencial, criou, em 26/02/1997, a Comissão de Políticas Públicas de Desenvolvimento Sustentável e da Agenda 21 Nacional, integrada por representantes do Governo e da sociedade civil que, desde então, tem mobilizado os vários segmentos da sociedade para a construção da Agenda 21 brasileira, discutida em seminários e oficinas que vêm sendo realizados em todo o país, tendo seis temas centrais para discussão dos problemas e identificação de opções para solucioná-los: Agricultura Sustentável, Cidades Sustentáveis, Infra-estrutura e Integração Regional, Gestão dos Recursos Naturais, Redução das Desigualdades Sociais e Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento Sustentável.

A indústria mundial do turismo também se voltou para a questão do desenvolvimento sustentável e em 1996, com a participação de vários empresários e órgãos oficiais, o WTTC, a OMT e o Conselho do Planeta, promoveram um seminário para traduzir para o turismo as recomendações da Agenda 21 Global, resultando daí a Agenda 21 for the Travel & Tourism Industry: Towards Environmentally Sustainable Development, e na apresentação da Agenda os líderes das três instituições destacaram aspectos da maior importância para a condução do turismo no mundo.

Trechos da Apresentação da Agenda 21 para a Indústria de Viagens de Turismo

“Aqui, o Turismo e Viagens têm um negócio primário assim como um interesse moral. O meio ambiente é nossa vantagem central, o componente chave da qualidade de produto, e uma prioridade crescente para os nossos consumidores”.

Geoffrey H. Lipman, Presidente do WTTC.

“Nós temos que reconhecer que há limites no número de visitantes a um lugar numa altura, limites à paciência e acolhimento dos nossos hóspedes, e limites nos números dos que podem visitar recursos naturais. Não podemos continuar a presumir que toda a procura pode ser satisfeita por crescimento sem restrições. (...) Turismo & Viagens inevitavelmente continuará a crescer. Satisfazer este crescimento de uma maneira responsável, sustentável, que preserva e realça a beleza da atração, é o desafio com que nos encaramos”.

Antonio Enríquez Savignac, Secretário-Geral da OMT.

“Existem muitas maneiras de como o Turismo & Viagens pode ajudar a alcançar um mundo melhor para todos nós. A preocupação primordial da indústria deve ser a de procurar maneiras para realçar em vez de degradar o seu produto principal, o meio ambiente, do qual toda a humanidade depende para sobreviver. A este respeito, o desafio será o de dar prioridade a ações que simultaneamente melhorem o meio ambiente protegendo o desenvolvimento econômico e social”.

Maurice F. Strong, Presidente do Conselho do Planeta.

A construção de uma Agenda 21 para uma localidade ou uma atividade deve se dar, por princípio básico, de forma amplamente participativa em consonância com os conceitos-chave que norteiam a Agenda 21 Global, assim como vem se dando no processo de construção da Agenda 21 brasileira que se encontra, atualmente, em fase final de discussão e consolidação.

Propor recomendações para a Agenda 21 de Fernando de Noronha não significa admitir como possível a individualidade na ação de planejamento e no estabelecimento de estratégias e diretrizes para o desenvolvimento sustentável de uma localidade ou sociedade. Trata-se tão somente de elencar aqueles tópicos que, de acordo com a análise realizada durante o processo de pesquisa e elaboração desta dissertação, se destacam como marcos essenciais na busca do desenvolvimento sustentável.

As recomendações, a seguir apresentadas, encontram-se agrupadas com base nas estratégias estabelecidas para a Agenda 21 brasileira⁸⁷, considerando também os conceitos-chave da Agenda Global 21, A Agenda 21 for the Travel & Tourism Industry e o Código Mundial de Ética do Turismo (Anexo D).

5.4.1 – Marcos para a Agenda 21 Local

5.4.1.1 – Para a gestão dos recursos naturais

- a) regular o uso e ocupação do solo, com base no disposto na Lei federal 7.661/88 que institui o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro – GERCO, de modo a assegurar a preservação do meio ambiente e da paisagem do Arquipélago;
- b) desenvolver metodologia específica de recenseamento da população face às especificidades do Arquipélago de modo a identificar o real número de pessoas que efetivamente vivem, trabalham e, conseqüentemente, exercem pressão ambiental no ecossistema insular e marinho;
- c) desenvolver, propor e aperfeiçoar a pesquisa e os estudos voltados para a identificação de indicadores de sustentabilidade, a formação e atualização de inventários dos recursos naturais, e a identificação da efetiva capacidade de

⁸⁷ O tema agricultura sustentável está incluído no item referente à gestão dos recursos naturais.

suporte do ecossistema insular como um todo e dos diversos sítios de ocupação humana e visitação turística;

- d) estabelecer medidas de controle da qualidade ambiental, através da estruturação de um sistema participativo de fiscalização, do fortalecimento e aplicação das normas e regulamentos voltadas para o uso racional de energia, da água e da gestão dos resíduos sólidos, estimulando práticas de redução da produção, de reutilização e de reciclagem dos resíduos sólidos;
- e) estimular a agricultura orgânica, coibir as práticas inadequadas e exercer uma fiscalização vigilante quanto ao uso agrotóxicos e fertilizantes;
- f) fomentar as iniciativas de produção de sementes e mudas de espécies locais e de prevenção de efeitos nocivos por espécies introduzidas;
- g) proibir o mergulho com golfinhos dentro e fora da área do PARNAMAR;
- h) estimular a pesquisa e o monitoramento das comunidades de corais;
- i) implantar programas de monitoramento da qualidade do ar e estação de balneabilidade das praias;
- j) revitalizar o CONDIMA, aperfeiçoar sua estrutura técnica, de participação e de gestão, conforme identificado na pesquisa de campo;
- k) promover e fortalecer a participação dos diversos segmentos sociais e associações locais na discussão e gestão das políticas públicas, especialmente daquelas voltadas para o desenvolvimento do turismo e demais atividades produtivas e para a gestão dos recursos naturais;
- l) fortalecer as ações de educação ambiental e formação de uma consciência ecológica;

5.4.1.2 – Para um DEFN sustentável

- a) regular o uso e o parcelamento do solo urbano valorizando a harmonia estética das construções com o meio ambiente, a economia do território de modo a combater o crescimento desnecessário da área de expansão urbana e propiciar a conservação da qualidade ambiental;
- b) fortalecer o programa de recuperação do patrimônio cultural, restaurando e adequando o seu uso para as necessidades da comunidade e de aprimoramento da oferta de serviços turísticos, em lugar de estimular novas construções;

- c) aprimorar e por em prática mecanismos de efetiva participação da sociedade, das ONG's ambientalistas e da comunidade científica, no planejamento e na gestão urbana do DEFN, especialmente no que se refere ao uso racional dos recursos naturais considerando as questões relativas a aceleração do consumo e aumento da produção de energia ou adequação do padrão de consumo aos condicionantes ambientais; redução dos desperdícios d'água ou ampliação da quantidade de piscinas;
- d) exercer efetivo controle migratório de modo a conter o acelerado crescimento populacional;
- e) conter a entrada de veículos rodoviários e marítimos na Ilha; controlar a qualidade da frota existente de modo a evitar a poluição atmosférica e da água;
- f) reduzir a quantidade de resíduos sólidos produzidos, levando o setor produtivo a população residente e os visitantes a desperdiçar menos, consumir somente o necessário, reutilizar e reciclar materiais em lugar de jogar fora;
- g) promover mudanças nos padrões de produção e consumo do DEFN, reduzindo custos e desperdícios e fomentando o desenvolvimento de tecnologias limpas e adequadas à paisagem;
- h) introduzir critérios socioambientais no aparato técnico - legal que disciplina a compra de bens e serviços por parte do Poder Público, em todos os níveis hierárquicos e esferas de competência, onde e quando for oportuno;
- i) propiciar transparência e prestação de contas junto à sociedade local e aos visitantes da aplicação dos recursos arrecadados com a Taxa de Preservação Ambiental;
- j) implantar a série de classificação ISO 14.000 para as hospedarias domiciliares e demais prestadores de serviços turísticos;
- k) monitorar o marketing turístico adequando suas ações à busca de um público efetivamente voltado para o ecoturismo;
- l) promover a convergência de interesses e sentimentos para a transformação do DEFN em município do estado de Pernambuco, como previsto na Constituição Estadual de 1989.

5.4.1.3 – Para o desenvolvimento da infra-estrutura

- a) conceber, planejar, implantar, operar e acompanhar projetos de infra-estrutura compatíveis com as especificidades, potencialidades e fragilidades do meio físico e territorial;
- b) aprimorar a estrutura técnica institucional, nos diversos níveis e esferas de competência, para o cumprimento da legislação ambiental por parte do Poder Público no processo de concepção, planejamento e implantação de projetos de infra-estrutura;
- c) internalizar no orçamento dos projetos de infra-estrutura os custos de oportunidades sociais, ambientais e econômicos;
- d) instituir mecanismos garantidores de transparência na contabilidade de projetos de infra-estrutura pela apropriação de seus custos diretos e indiretos, correntes e de capital, passados e futuros, neles incluindo os passivos ambientais;
- e) promover a avaliação dos impactos subjacentes ao ciclo de vida de tecnologias empregadas em infra-estrutura;
- f) estruturar o transporte coletivo eco-compatível, diminuindo a quantidade de veículos poluentes;
- g) promover a conscientização da população para as limitações da produção de energia em ilhas oceânicas e facilitar o acesso e popularizar o uso de tecnologias que utilizem fontes alternativas renováveis, disponíveis e em desenvolvimento;
- h) aprimorar o sistema de coleta e tratamento dos resíduos sólidos, adequando e equipando a Unidade de Tratamento de Lixo aos padrões ambientais de qualidade e adotando a coleta seletiva domiciliar como prática permanente e ferramenta indissociável do processo de educação ambiental.

5.4.1.4 – Para a redução das desigualdades sociais

- a) fortalecer a dimensão local com a construção e implantação da Agenda 21 Local e desenvolvimento local integrado e sustentável (DLIS);
- b) promover estratégias de fortalecimento do turismo ecológico sustentável incorporando as recomendações do Código Mundial de Ética do Turismo, da Declaração de Bali e da Declaração do Rio de Janeiro;

- c) aprimorar o sistema de saúde, difundir as práticas de prevenção de doenças sexualmente transmissíveis e disponibilizar o teste de AIDS para gestantes no Hospital São Lucas, incorporando-o ao acompanhamento médico pré-natal;
- d) garantir nas políticas públicas básicas a incorporação de ações e recursos de atenção e de promoção dos direitos da população infanto-juvenil;
- e) operar e aprimorar a estrutura técnica e operacional do Conselho Distrital de Entorpecentes;
- f) implantar o Conselho Tutelar;
- g) criar mecanismos de incorporação da pessoa portadora de deficiência (PPD) nas diferentes ações de desenvolvimento sustentável e cidadania;
- h) implementar ações de promoção dos direitos e valorização da pessoa de terceira idade, facilitando sua integração na vida social;
- i) introduzir à Lei Estadual 10.403/89 dispositivo isentando os maiores de 65 anos do pagamento da Taxa de Preservação Ambiental; até 10 dias de permanência no DEFN.

5.4.1.5 – Para o desenvolvimento sustentável de ciência e tecnologia

- a) criar um campus avançado de pesquisa em parceria com a UFPE, a UFRPE, USP, UNB e universidades do exterior com experiência e excelência em ciência e tecnologia para o desenvolvimento sustentável;
- b) democratizar os fóruns e propiciar transparência nas decisões do Poder Público sobre políticas, programas, planos e projetos em C&T;
- c) promover a capacitação técnico-científica dos órgãos de gestão ambiental em nível federal e estadual afetos ao DEFN;
- d) aprimorar os sistemas de coleta e processamento de dados e estatísticas para a difusão de metodologias compatíveis;
- e) promover a pesquisa e a difusão de tecnologia para utilização do rejeito do coco;
- f) efetivar o monitoramento e a avaliação contínua das experiências em C&T.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Numa visão de curto prazo, poderia ser tentadora a idéia de conduzir o desenvolvimento turístico de Fernando de Noronha para um grande balneário paradisíaco tropical. Porém, levando em conta o acúmulo de impactos gerados ao longo do tempo, faz-se necessária a reorientação da gestão do turismo para adequar o seu desenvolvimento aos princípios básicos do desenvolvimento sustentável.

A gestão do turismo em Fernando de Noronha teve, desde o primeiro momento da reanexação do Arquipélago a Pernambuco, preocupação com um desenvolvimento turístico compatível com a conservação ambiental, porém por pressão dos atores envolvidos, locais e externos, os cuidados de gestão não tiveram a continuidade necessária ou foram subvertidos em função da necessidade de ampliar a arrecadação tributária, a exemplo das flexibilizações introduzidas na cobrança da Taxa de Preservação Ambiental.

Os números do desempenho do turismo mostram o alto valor agregado pelo meio ambiente à economia distrital, indicando ser potencialmente sustentável, desde que sejam seguidas as medidas reguladoras de demanda, acompanhadas do processo contínuo de conservação e manejo ambientais. A Taxa de Preservação Ambiental representa 88% da receita tributária diretamente arrecadada e um terço de toda receita distrital porém, dissociada de outros instrumentos de gestão, não tem se constituído num fator limitante de demanda.

Continuando o crescimento no ritmo em que se apresenta talvez não seja possível poupar Fernando de Noronha do ciclo clássico de depredação ambiental em decorrência do crescimento desordenado do turismo, a exemplo do que aconteceu em Calviá.

Sendo o turismo uma atividade extremamente sujeita a oscilações decorrentes de mudanças de políticas econômicas e monetárias, além de mudanças climáticas e modismo, um crescimento acelerado, com altos investimentos em infra-estrutura baseado no monocultivo turístico pode vir a representar um grande ônus para o Poder Público e, conseqüentemente, para toda coletividade.

O município de Calvià tenta, desde 1994, reverter os danos do crescimento descontrolado do turismo. A Agenda 21 de Calvià ganhou, em 1997, o prêmio Cidades Sustentáveis da União Européia pela mobilização e conscientização produzidas na sociedade. Mas, o processo de restauração do meio ambiente além de demandar séculos, avança apenas até o limite dos altos custos indenizatórios. Fernando de Noronha está ainda no meio do caminho, entre o crescimento descontrolado e o desenvolvimento sustentável, cabe agora ao Poder Público juntamente com a sociedade local escolher qual o melhor caminho a seguir.

7 BIBLIOGRAFIA

ACERENZA, Miguel Ángel. *Administración del turismo: planificación y dirección*. Mexico: Trillas, 1987.

ADLER, Christian. *Achtung touristen*. Frankfurt: Umschau, 1980.

ALEMANHA. Ministério Federal para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico. *Ecotourism as a conservation instrument? Making conservation projects more attractive: relatório de pesquisa*. v. 117. Colônia: Weltforum, 1995.

ANDRADE, Manuel Correia. *A geografia e a questão social*. Recife: Universitária, 1997.

ARBEITSKREIS TOURISMUS UND ENTWICKLUNG. *Jahresbericht 1994*. Basel, 1995.

ART, Henry et al. *Dicionário de ecologia e ciências ambientais*. São Paulo: Melhoramentos, 1998.

ASSEMBLÉIA POPULAR NORONHENSE. Relatório. Fernando de Noronha, 17 de novembro de 1997.

ATALIBA, Geraldo (coord.). *Elementos de direito tributário*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1978.

BANCO MUNDIAL. *Brasil: gestão dos problemas da poluição*. [S. l.], 1998.

BARBIERI, José Carlos. *Desenvolvimento e meio ambiente: as estratégias de mudanças da agenda 21*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

BATISTELLA, Mateus. *Cartografia ecológica do arquipélago de Fernando de Noronha*. 1993. 232p. Dissertação (Mestrado em Ecologia) – Instituto de Biociências, Universidade de São Paulo, São Paulo.

BAUDRILLARD, Jean. *O sistema de objetos*. São Paulo: Perspectiva, 1997.

BECKER, Howard S. *Métodos de pesquisa em ciências sociais*. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

BELLIA, Vitor. *Introdução à economia do meio ambiente*. Brasília: IBAMA, 1996.

BENI, Mário Carlos. *Análise estrutural do turismo*. 2. ed. São Paulo: SENAC, 1998.

_____. *Sistema de turismo : construção de um modelo teórico referencial para aplicação na pesquisa em turismo*. 1988. 766p. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo.

BOO, Elizabeth. *Ecoturismo: potenciales y ecollos*. Baltimore: World Wildlife Fund

& The Conservation Foundation, 1990.

BOUDON, Raymond. *A ideologia, ou a origem das idéias recebidas*. São Paulo: Ática, 1989.

BRANDON, Katrina. *Ecotourism and conservation: a review of key issues*. [S. l.]: World Bank: Global Environment Division, 1996.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. 16. ed. São Paulo: Saraiva, 1997.

BRASIL. COMISSÃO DE POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E DA AGENDA 21 NACIONAL. *Agenda 21 brasileira: bases para discussão*. Brasília: MMA/PNUD, 2000.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente e da Amazônia Legal. *Recursos Hídricos no Brasil*. Brasília: MMA/SRH, 2. ed. 3ª tiragem, 1998.

BRASIL. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*. Decreto n. 84.017/79. Aprova o regulamento dos parques nacionais brasileiros. Brasília-DF, 21/09/1979.

BRASIL. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*. Decreto n. 92.755/86. Declara área de proteção ambiental o Território Federal de Fernando de Noronha, o atol das Rocas e os penedos São Pedro e São Paulo... Brasília-DF, 05/06/1986.

BRASIL. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*. Decreto n. 95.922/88. Dispõe sobre o zoneamento para a defesa ecológica do Território Federal de Fernando de Noronha. Brasília-DF, 19/04/1988.

BRASIL. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*. Decreto n. 96.693/88. Cria o parque nacional marinho de Fernando de Noronha... Brasília-DF, 15/09/1988.

BRASIL. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*. Lei 6.902/81. Dispõe sobre a criação de estações ecológicas, áreas de proteção ambiental Brasília-DF, 27/04/1981.

BRASIL. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*. Lei 6.938/81. Dispõe sobre a política nacional do meio ambiente ... Brasília-DF, 31/08/1981.

BRASIL. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*. Lei 7.661. Institui o plano nacional de gerenciamento costeiro... Brasília-DF, 16/05/1988.

BUARQUE, Sérgio C. *Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável*. Brasília: INCRA: IICA, 1998.

CALVIÀ. Ajuntament de Calvià. *Calvià Agenda local 21: la sostenebilitat de un municipi turístic-Plan de acció*- Calvià, 1997.

_____. *Calvià Agenda local 21: la sostenebilitat de un municipi turístic-Plan de acció*-10 línies de acció estratègiques y 40 iniciatives. Calvià, 1997.

_____. *Calvià Agenda local 21: la sostenibilidad de un municipio turístico-Plan de acción-10 líneas de acción estratégicas y 40 iniciativas- CD-ROM*, s/d.

CAMBRIDGE UNIVERSITY. *Cambridge professional examinations: practice 1*. Cambridge, University Press, 1992.

CARNEIRO, Ricardo. *Direito ambiental: uma abordagem econômica*. Rio de Janeiro: Forense, 2001.

CARVALHO, Carlos G. *Introdução ao direito ambiental*. 2. ed. São Paulo: Letras & Letras, 1991.

CASSETI, Valter. *Ambiente e apropriação do relevo*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1995.

CHAUÍ, Marilena. *Convite à filosofia*. São Paulo: Ática, 1997.

CLÁUDIO HUMBERTO. Governo quer terceirizar parques nacionais do país. *Folha de Pernambuco*, 18jan.2001, p.8.

COMISSÃO CONSULTIVA DO PLANO ESTRATÉGICO DE FERNANDO DE NORONHA. *Plano estratégico do arquipélago de Fernando de Noronha*. Relatório n. 01., Recife, 1989.

COMISSÃO DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO (1992: Rio de Janeiro). *Agenda 21 global*. 2. ed., Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 1997.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. *Nosso futuro comum*. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1991.

COMMELIN, P. *Nova mitologia grega e romana*. Rio de Janeiro: Briguiet & Cia., 1947.

CONAMA - Legislação Específica.

CONDOMINIUM EMPREENDIMENTOS AMBIENTAIS LTDA. *Sistemas de saneamento básico: abastecimento d'água, esgotamento sanitário e limpeza pública*. Relatório final do plano de ordenamento. Relatório final. Recife, 2000.

CONGRESS DA ASSOCIATION INTERNATIONALE D'EXPERTS SCIENTIFIQUES DU TOURISME, 46. , 1996, Rotorua. *Globalisation and tourism*. Rotorua, 1996.

_____. 47. , 1997, Cha – Am. *Quality management in tourism*. Cha-Am, 1997.

CORDON, J. M. N. ; MARTINEZ, T. C. *História da filosofia: os filósofos, os textos*. Lisboa: Edições 70, 1983.

DICIONAIRE ENCICLOPEDIC LARROUSSE. Paris: Librairie Larrousse, 1996.

DIEGUES, Antônio Carlos S. *Desenvolvimento sustentável ou sociedades sustentáveis: da crítica dos modelos de desenvolvimento à elaboração de novos paradigmas*. São Paulo, 1992. (mimeo)

_____. *O mito moderno da natureza intocada*. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1998.

DREW, David. *Processos interativos homem – meio ambiente*. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 1994.

ECUMENICAL COALITION ON THIRD WORLD TOURISM. *Contours*, v. 7, n. 3. Bangkok:1995.

ECUMENICAL COALITION ON THIRD WORLD TOURISM. THIRD WORLD TOURISM ECUMENICAL EUROPEAN NET. *Third world people and tourism: approaches to a dialogue*. Bangkok: ECTWT & TEN, 1986.

EMPRESA DE TURISMO DE PERNAMBUCO. SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO À PEQUENA E MICRO EMPRESA. *Inventário do potencial turístico de Pernambuco*: Fernando de Noronha, 1998. Recife: EMPETUR/SEBRAE, 1998.

ESTADO MAIOR DAS FORÇAS ARMADAS. HIDROSERVICE ENGENHARIA E PROJETOS LTDA. *Plano diretor de desenvolvimento para o território de Fernando de Noronha*. Relatório final. São Paulo: Hidroservice, 1986.

FRANCO JÚNIOR, Hilário. *História das civilizações*. São Paulo: Atlas, 1972.

FREITAS, Vladimir P. *Direito administrativo e meio ambiente*. 2. ed. Curitiba: Juruá, 1998.

FUNDAÇÃO PRO-NATUREZA. INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS. *Plano de manejo do parque nacional marinho de Fernando de Noronha*. Brasília: FUNATURA/ IBAMA. 1990.

FUSTER, Luis Fernandez. *Historia general del turismo de masas*. Madri: Alianza, 1991.

_____. *Teoria y técnica del turismo*. Madri: Nacional, 1974. 2 v.

GO, Frank *Globalisation and corporate organization*. CONGRESS DA ASSOCIATION INTERNATIONALE D'EXPERTS SCIENTIFIQUES DU TOURISME, 46. , 1996, St. Gallen. *Anais* St. Gallen: Aiest, 1996.

GOULD, Stephen Jay. *A falsa medida do homem*. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

GUERRA, Andréa. Paraíso ameaçado: a proposta de construir hotéis de luxo em Fernando de Noronha revolta ecologista e moradores da ilha. *Tudo o que eu quero*, São Paulo, ed. n. 2, p. 38-39, 11 fev.2001.

GUOLO, Viviana et al. *Come promuovere um turismo compatibile*. Milão: COM/I, 1995.

HALPHEN, Louis ; DOUCET, Roger. *Histoire de la société française*. Paris: F. Nathan, 1953.

HARADA, Kiyosh. *Código tributário*. 4. ed. São Paulo: Rideel, 1998.

HENDERSON, Hazel. *Construindo um mundo onde todos ganhem: a vida depois da guerra da economia global*. São Paulo: Cultrix, 1996.

IANNI, Octavio. *A era do globalismo*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

INSTITUTO DE ADMINISTRAÇÃO E TECNOLOGIA. *Fernando de Noronha, censo 2000*. Recife: ADM&TEC., 2000.

_____. *Pesquisa de Opinião: avaliação da qualidade de vida e turismo em Fernando de Noronha – Fernando de Noronha*. Relatório. Recife: ADM&TEC., 2000.

INSTITUTO DE ADMINISTRAÇÃO E TECNOLOGIA. MRS ESTUDOS AMBIENTAIS LTDA. *Plano de gestão do arquipélago de Fernando de Noronha, ecoturismo e desenvolvimento sustentável*. Fase 1 (Capacidade de Suporte). Etapa: relatório final. Recife, Brasília, 2000.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Brasil: Censo de 1991*. Brasília: 1991.

_____. *Censo demográfico 2000: resultados preliminares*. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

INSTITUTO BRASILEIRO DE TURISMO. INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS. *Diretrizes para uma política nacional de ecoturismo*. Brasília: EMBRATUR/IBAMA, 1994.

INSTITUTO NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO. *Plano de desenvolvimento de Fernando de Noronha: 1985/1995*. Recife: INAD, 1984.

INTERNATIONAL CONFERENCE ON SUSTAINABLE TOURISM IN SMALL ISLAND: developing states (SIDS) and other island. Lanzarote, 1998.

KEHL, Maria Rita. *A psicanálise e o domínio das paixões*. In Os Sentidos da Paixão. São Paulo: FUNARTE, Companhia das Letras, 1994.

KELLER, Peter. *Globalization and tourism: a fascinating topic for research*. In CONGRESS DA ASSOCIATION INTERNATIONALE D'EXPERTS SCIENTIFIQUES DU TOURISME, 46., Anais ... St. Gallen, 1996.

KEYNES, J. M. *Teoría General de la Ocupación, el Interés y el Dinero*. Mexico: Fondo de Cultura Económica, 1970.

KNEBEL, Hans-Joachim. *Sociología del Turismo - cambios estructurales en el turismo moderno*. Stuttgart: Ferdinand Enke, 1974.

KRIPPENDORF, Jost. *Die Landschaftsfresser: Tourismus und Erholungslandschaft – verderben oder segnen ?* Berna : Hallwag, 1975.

KRIPPENDORF, Jost. *Sociologia do turismo: para uma nova compreensão do lazer e das viagens.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988.

LAROCA, Sebastião. *Ecologia, princípios e métodos.* Petrópolis: Vozes, 1995.

LEHMANN-CARPZOV, Ana Rosa. *Turismo e identidade: construção de identidades sociais no contexto do turismo sexual entre alemães e brasileiras na cidade do Recife.* 1994. 220p. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

LEMOS, Amália Inês G. (org.) et al. *Turismo: impactos socioambientais.* São Paulo: Hucitec, 1996.

LIMA, Janirza C. da Rocha. *Nas águas do arquipélago de Fernando de Noronha.* 2000. 272p. Tese (Doutorado em Antropologia). Programa de Estudos de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

LINS DA SILVA (coord.) et al. *Ecologia e sociedade: uma introdução às implicações sociais da crise ambiental.* São Paulo: CESEC: Ed. Loyola, 1978.

MAGALHÃES, Juraci P. *A evolução do direito ambiental no Brasil.* São Paulo: Oliveira Mendes, 1998.

MAGIS Assessoria e Pesquisa. Relatório de pesquisa. *Avaliação do nível de satisfação do turista de Fernando de Noronha.* Recife, 1995.

MARCUSE, Herbert. *A ideologia da sociedade industrial: o homem unidimensional.* Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

MATHIESON and WALL. *Tourism: economic, physical and social impacts.* Essex: Longman Group Limited, 1982 (Reimp. 1996).

MOSCOVICI, Serge. *Sociedade Contra a Natureza.* Rio de Janeiro: Vozes, 1975.

MOTA, Suetônio. *Preservação e Conservação de Recursos Hídricos.* Rio de Janeiro: ABES, 1995.

NEGRÃO, Teotônio. *CÓDIGO CIVIL e legislação civil em vigor.* São Paulo: Saraiva, 14. ed., 1995.

ODUM, Eugene P. *Fundamentos em ecologia.* Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian (trad. da 2. ed. do original “ Fundamentals of Ecology”, 1959).

OLIVEIRA, José Marcos D. *Direito Tributário e Meio Ambiente.* Rio de Janeiro: Renovar, 1995.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO. *Datos Essenciales 1997*. Madri : OMT, 1998.

_____. *Notícias da OMT* n. 4. Madri : OMT, 1996.

_____. *National and regional tourism planning: methodologies and case studies*. Madri: OMT, 2. ed., 1997.

_____. *Recomendaciones sobre Estadísticas de Turismo*. Madri: OMT, 1993.

_____. *What Tourism managers need to know: a practical guide to the development and use of indicators of sustainable tourism*. Madri: OMT, 1996.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO et. al. *Agenda 21 for the travel and tourism industry: towards environmentally sustainable development*. Madri: OMT, 1997.

_____. *Código Mundial de Ética do Turismo*. Santiago do Chile, 1999.

OMT. EMBRATUR. *Desenvolvimento de turismo sustentável: manual para organizadores locais*. Brasília: 1994.

OMT. PNUMA - *Diretrizes: ordenación de los parques nacionales y zonas protegidas para el turismo*. Madri: OMT, 1992.

PASSMORE, John. *Atitudes Frente à Natureza (nature and conduct)*. *Revista de Geografia*. Recife. UFPE, v.11, n.2, Jul./Dez. 1995.

PEARCE, Douglas. *Tourism today: a geographical analysis*. Essex: Longman Scientific & Technical, 1987.

_____. *Desarrollo turístico: su planificación y ubicación geográficas*. Mexico: Trillas, 1988.

PERNAMBUCO. Administração do Arquipélago de Fernando de Noronha. *A questão do turismo*. Recife, 1989 (mimeo).

PERNAMBUCO. Administração do Distrito Estadual de Fernando de Noronha. *Arquipélago de Fernando de Noronha, plano de desenvolvimento sustentável: diretrizes de uso e ocupação do solo, inclui minuta do anteprojeto de lei de uso e ocupação do solo*. Versão preliminar. Recife, 2000.

PERNAMBUCO. Administração do Distrito Estadual de Fernando de Noronha. *Fernando de Noronha – leis e decretos*. Recife, 1998 (mimeo).

PERNAMBUCO. Administração do Distrito Estadual de Fernando de Noronha. *Perfil dos visitantes e avaliação dos serviços*. Relatório. Fernando de Noronha, julho de 2000.

PERNAMBUCO. Administração do Distrito Estadual de Fernando de Noronha. *Relatório as atividades do órgão - 1999*. Recife, 2000.

PERNAMBUCO. Administração Geral do Distrito Estadual de Fernando de Noronha. *Ações do governo do estado de Pernambuco no distrito estadual de Fernando de Noronha*. Recife, 1997 (mimeo).

PERNAMBUCO. Administração Geral do Distrito Estadual de Fernando de Noronha: Prestação de Contas da Administração Indireta – 1998 (Resolução TC 06/91). Recife, 1999.

PERNAMBUCO. Assembléia Legislativa. Ata da segunda reunião da Sexta Sessão Legislativa Extraordinária da Décima Primeira Legislatura, realizada em 19 de dezembro de 1989.

PERNAMBUCO. Assembléia Legislativa. Ata da sétima reunião da Sexta Sessão Legislativa Extraordinária da Décima Primeira Legislatura, realizada em 27 de dezembro de 1989.

PERNAMBUCO. Assembléia Legislativa. Atas da quinta e da sexta reuniões da Sexta Sessão Legislativa Extraordinária da Décima Primeira Legislatura, realizadas em 26 de dezembro de 1989.

PERNAMBUCO. Constituição (1989). Recife: Litoral, 2ª ed., 1998.

PERNAMBUCO. Coordenadoria de Administração do Arquipélago de Fernando de Noronha. *Sistema de hospedagem domiciliar*. Fevereiro, 1991.

PERNAMBUCO. *Diário Oficial do Estado de Pernambuco*. Lei 11.304/95. Institui o distrito estadual de Fernando de Noronha, aprova sua lei orgânica... Recife, 29/12/1995.

PERNAMBUCO. *Diário Oficial do Estado de Pernambuco*. Lei 10.403/89. Institui os tributos no distrito estadual de Fernando de Noronha... Recife, 30/12/1989.

PERNAMBUCO. *Diário Oficial do Estado de Pernambuco*. Lei 11.305/95. Modifica a lei 10.403/89.... Recife, 29/12/1995.

PERNAMBUCO. *Diário Oficial do Estado de Pernambuco*. Emenda Constitucional n. 09. Altera a redação do Art. 4. da Constituição Estadual. Recife, 29/12/1995.

PERNAMBUCO. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente et al. *Diagnóstico de resíduos sólidos no estado de Pernambuco*. Workshop. Relatório técnico. Recife, 2000.

PERNAMBUCO. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente. *Projeto de desenvolvimento do ecoturismo no arquipélago de Fernando de Noronha*. Recife, 1996.

PERROUX, François. *Ensaio sobre a filosofia do novo desenvolvimento*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1987.

PETROCCHI, Mario. *Turismo planejamento e gestão*. São Paulo: Futura, 1998.

PIRES E FILHOS ADVOGADOS ASSOCIADOS. *Centro Turístico de Guadalupe: estudo de impacto ambiental*. Recife, 1993.

PONTES, Jomeri. Plano avalia ampliação do turismo em Noronha. *Gazeta do Nordeste*, Natal, 11jan.2001, p.3.

RABAY, Wilson A. *Planejamento do turismo: estudos econômicos e fundamentos econométricos*. São Paulo: Loyola, 1990.

RAMOS, Francisco S. Qualidade do meio ambiente e falhas de mercado. *Análise Econômica*, v.14, p. 39-51, mar./set. 96.

ROCHA, Wilton José Silva da. *Características hidrogeológicas e hidroquímicas da ilha de Fernando de Noronha*. 1995. 210p. Dissertação (Mestrado em Hidrogeologia)-Centro de tecnologia. Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

RODRIGUES, Adyr B. (org.). *Turismo e ambiente: reflexões e propostas*. São Paulo: Hucitec, 1997.

_____. *Turismo e desenvolvimento local*. São Paulo: Hucitec, 1997.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.

_____. *Pensando o espaço do homem*. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

SANTOS, Milton et al. *Fim de século e globalização*. 3. ed. São Paulo: Hucitec/ANPUR, 1997.

SCHEPPA, Hélio. Terceirização de Noronha preocupa ambientalista. *Folha de Pernambuco*, Recife, 20jan.2001, p. 4.

SEGUNDO SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE PROBLEMAS AMBIENTAIS DOS CENTROS URBANOS. 1993, São Paulo. Eco Urb's 93. V. de resumos., São Paulo, 1993.

SEROA DA MOTTA, Ronaldo. *Manual para valoração econômica de recursos ambientais*. Brasília: CEMA/IPEA, COBIO/MMA, 1998.

SEVERINO, Antônio Joaquim. *Metodologia do trabalho científico*. 20. ed. São Paulo: Cortez, 1996.

SWARBROOBE, John. *Turismo sustentável: meio ambiente e economia*. V.2, São Paulo: Aleph, 2000.

_____. *Turismo sustentável: turismo cultural, ecoturismo e ética*. V.5, São Paulo: Aleph, 2000.

SEWELL, Granville Hardwick. *Administração e controle da qualidade ambiental*. São Paulo: EPU: Ed. da Universidade de São Paulo: CETESB, 1978.

SHAW AND WILLIAMS. *Critical Issues in Tourism: a geographical perspective*. Oxford: Blackwell, 1994.

SILVA, José Afonso. *Direito ambiental constitucional*. São Paulo: Malheiros, 1998.

STECK, Birgit. *Ecoturismo: oportunidades y peligros para la protección de los recursos naturales en centroamérica: un estudio monográfico sobre la isla de Ometepe en el Lago de Nicaragua*. Eschborn : Deutsche Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit - GTZ, 1997.

TÁVORA, José Lamartine. *Uma tentativa de incorporação de externalidades na análise da localização de projetos*. 1994. 86p. Tese (Doutorado em Economia)-COOPE, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

TAUK-TORNISIELO, Sâmia Maria et al. (org.) *Análise ambiental: uma visão multidisciplinar*. 2. ed. São Paulo: UNESP, 1995.

THOMAS, Keith. *O homem e o mundo natural*. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.

TYNARD, Yves. *Turismo, enomia y gestión*. Madrid: Bosch, 1996.

UNIÃO EUROPEIA. EMBRATUR. *Manual de ecoturismo*. [S. I.], 1994.

URRY, John. *O olhar do turista: lazer e viagens nas sociedades contemporâneas*. São Paulo: Studio Nobel: SESC, 1996.

8 ANEXOS

8.1 Anexo A – Cópia do folder: Noronha é Pernambuco Brasil



Fernando de Noronha:
um lugar que alimenta
o sonho de tanta gente...

Fernando de Noronha:
o paraíso Brasileiro
que todos querem descobrir,
desvendar, conhecer.

Fernando de Noronha:
o inesquecível espaço
em meio ao atlântico,
para o qual todas as
expectativas convergem
e todas as fantasias
se materializam.

Fernando de Noronha:
un lugar que alimenta
el sueño de tanta gente...

Fernando de Noronha:
el paraíso brasileño
que todos quieren descubrir,
desvendar, conocer.

Fernando de Noronha:
el inolvidable espacio
en el medio del Atlántico,
para el cual todas las
expectativas convergen
y todas las fantasias
se materializan.

**NORONHA
HISTÓRIA**

Fortalezas, ruínas
e antigas construções.
A história de Fernan-
do de Noronha ajuda
a montar
o quebra-cabeças
da história do Brasil,
com informações
que nem sempre
conhecemos,
mas que influenciaram
em nosso passado.

**NORONHA
HISTÓRIA**

Fuertes, ruinas
y antiguas
construcciones.
La historia de
Fernando de Noronha
ayuda a construir
el rompecabezas de
la historia del Brasil,
con informaciones
que no siempre las
conocemos,
pero que influenciaron
nuestro pasado.

**NORONHA
E
PRESERVAÇÃO**

Mirantes, baías,
falésias, paisagens,
águas transparentes,
intensa vida marinha
e terrestre.
Um meio ambiente
rico e diversificado,
merecedor de
cautelos cuidados,
vontade de proteger
e conservar.

**NORONHA
E
ECOTURISMO**

Por terra ou por mar,
o encantamento do
visitante é evidente.
Hospedado em simples
posadas ou no hotel,
andando por seculares
caminhos, mergulhando
em praias lindíssimas,
descobrimos o
patrimônio edificado,
o turista descobre
presente em um lugar
especial, paraíso dos
seus sonhos.

**NORONHA
E
PRESERVAÇÃO**

Miradores,
baías,
acantilados,
paisajes,
aguas transparentes,
intensa vida
marítima
y terrestre.
Un medio ambiente
rico y diversificado,
merecedor de
cautelos cuidados,
deseo de proteger
y de conservar.

**NORONHA
E
ECOTURISMO**

Por tierra o por mar,
el encantamiento del
visitante es evidente.
Alojado en posadas
simples o en hoteles,
andando por seculares
caminos, sumergiendo
en playas bellísimas,
descubriendo el
patrimonio edificado,
el turista se descubre
presente en un lugar
especial, paraíso de
sus sueños.

NORONHA MERGULHO

Descobrimo um outro mundo, rico em diversas espécies de peixes, tubarões e tartarugas. Os visitantes têm a sua disposição o mergulho livre (apnéia) e o autónomo para veteranos e iniciantes (baptismo marinho), contando com a experiência de empresas credenciadas internacionalmente.

NORONHA FAUNA E FLORA

Pródiga natureza, que reveste a ilha dos tons e cores das árvores, das flores. Pródiga na fauna natural ou introduzida e adaptada ao meio ambiente. Pródiga na exuberância do verde em tempos de chuva, desvanecida nos períodos de aridez. Uma atracção a mais nessa Noronha tão singular.

NORONHA SUMERGIR

Descubriendo otro mundo, rico de diversas especies de peces, tiburones y tortugas. Los visitantes tienen a su disposición el buceo libre (apnea) y el autónomo para veteranos e iniciantes (bautismo marino), que cuentan con la experiencia de empresas con credenciales internacionales.

NORONHA FAUNA Y FLORA

Pródiga naturaleza, que reviste la isla de los tonos y colores de los árboles, de las flores. Pródiga en la fauna natural o introducida y adaptada al medio ambiente. Pródiga en la exuberancia del verde en épocas de lluvia, desvanecida en las épocas de aridez. Una atracción a más en esa Noronha tan singular.

<h3>NORONHA E TRILHA ECOLÓGICA</h3> 	<p>Os caminhos são os mesmos que os mãos de correccionais construíram. Aqui e ali as surpresas do percurso, nos monumentos, nas paisagens que surpreendem, nos obstáculos que vão sendo vencidos. Cada trilha, uma agradável descoberta.</p>	<h3>NORONHA E PASSEIO MARÍTIMO</h3> 	<p>Um mar de inesperadas tons azul turquesa convida o visitante. Golfinhos, tartarugas, peixes, arraiais, inundam esse mar ao redor dos barcos. No percurso, as silhuetas de ilha encham os olhos, com suas curvas e mirros. Do barco, é só beleza que se descortina.</p>
<h3>NORONHA E TRILHA ECOLÓGICA</h3> 	<p>Los caminos son los mismos que las manos de correccionales construyeron. Aquí y allí las sorpresas del trayecto, en los monumentos, en los paisajes que sorprenden, en los obstáculos que van siendo venciendo. Cada trilla, una agradable descubierta.</p>	<h3>NORONHA E PASSEIO MARÍTIMO</h3>  	<p>Un mar de inesperadas tonalidades azul turquesa invita al visitante. Delfines, tortugas, peces, rayas, inundan ese mar alrededor de los barcos. En el trayecto, las siluetas de la isla llenan los ojos, con sus curvas y cerros. Del barco, es solamente belleza lo que se desvela.</p>

8.2 Anexo B: Cópia do folder: O que o governo de Pernambuco já fez e está fazendo por Noronha



Primeiro foi preciso entender, apreender e definir metas. Depois, dar início às ações possíveis que concretizassem planos e sonhos, desenvolvessem projetos e pudessem resultar em interferências necessárias, para a qualidade de vida dos ilhéus e para salvaguardar o patrimônio cultural e ambiental de Fernando de Noronha.

Hoje, um ano e meio passado, reunimos aqui os resultados já obtidos, apesar das carências e das dificuldades inevitáveis.

Muito ainda há por fazer... E nós o faremos, porque o que nos guia é a poderosa força do entendimento e da razão, orientando passos nas direções precisas e aguardadas, despertando positivos desejos de vitória, alimentando essa caminhada que não é de um, mas de uma equipe ousada e comprometida com o melhor e com o futuro.

O governo de Pernambuco fez, através desta Administração, e fará mais ainda, creiam.



Sérgio José Salles Vaz
Administrador Geral



INFRA-ESTRUTURA

Dessalinizador Marinho - obra em processo de conclusão, envolvendo recursos da ordem de 1 milhão e 400 mil;

Caís de Atracação - obra de R\$ 2.200.000,00, com licitação concluída, devendo ser iniciada este mês;

Turbina Eólica - obra de R\$ 1.200.000,00, aguardando licenciamento de operação;

Urbanização da BR-363 - aplicados R\$ 5.400,00 na elaboração de projeto executivo;

Retroporto de Santo Antônio - aplicados R\$ 5.400,00 na elaboração de projeto executivo;

Perenização das Vias Vicinais - aplicados R\$ 83.114,00 na elaboração de projeto executivo de 17 vias;

Recuperação de Vias Floresta Nova - obra de R\$ 59.000,00, de capeamento e drenagem, já licitada, com ordem de serviço dependendo do término do período invernos;

Sistema Convencional de Abastecimento D'água - recursos da ordem de R\$ 510.000,00 já disponibilizados na regional da Caixa Econômica Federal, para as obras de recuperação do Sistema de Tratamento D'água e substituição da Adutora do Xaréu;

Projeto Cores de Noronha - iniciados os projetos, com todas as ações apoiadas pela SUVINIL, estimando-se gastos da ordem de R\$ 120.000,00;

Câmara Hiperbárica - importante instrumento de atração do mercado turístico de mergulhadores profissionais. Local de implantação definido, tendo sido fechado acordo com as operadoras de mergulho da ilha, que adquirirão o equipamento, providenciarão a construção do local de abrigo e serão responsáveis pelos custos de manutenção;

Coletores de Lixo - concluída a instalação de 400 coletores nas praias e áreas urbanizadas, ao custo de R\$ 44.000,00;

Usina de Lixo - melhoria das instalações e reequipamento. Empregados recursos de R\$ 52.326,00;

Energia Solar - concluída a implantação de sistema de energia solar na Escola Arquipságo, através do Programa Luz do Sol do Governo do Estado, coordenado pela Secretaria de Infra-Estrutura;

Transporte Coletivo - iniciado processo de concorrência pública para escolha de permissionário.



Linhas Solteiras



Dessalinizador Marinho



PATRIMÔNIO HISTÓRICO

Igreja da Quixaba - realizadas obras de restauração da capela e do altar ao custo de R\$ 74.500,00;

Vitral do Palácio São Miguel - restaurado ao custo de R\$ 16.220,00;

Restauração do Forte São Pedro do Boldró - empregados recursos da ordem de R\$ 6.000,00 na elaboração do projeto executivo. Busca-se apoio para financiamento da restauração;

Consolidação das Ruínas do Forte de Santo Antônio - projeto executivo concluído. Busca-se financiamento da obra.



Igreja da Quixaba



Vitral do Palácio São Miguel



SAÚDE

Hospital São Lucas - projeto de reforma em licitação, com início previsto para setembro. Recursos da ordem de R\$ 380.000,00 já reservados;

Gestão Plena do Hospital São Lucas - processo concluído (abril de 2000 a março de 2001);

comprometendo recursos da ordem de R\$ 486.000,00;

Implantação de ações de Vigilância Sanitária, Saúde Pública, Prevenção a doenças e desratização ao custo de R\$ 15.000,00;

Implantação dos programas de Saúde da Família,

Agentes Comunitários de Saúde e Saúde Bucal;

Ambulância - adquirida nova unidade por R\$ 24.000,00.



Ambulância



TURISMO

Programa de capacitação de empresários e funcionários de pousadas, bares e restaurantes com apoio do Departamento de Economia Doméstica da UFRPE;

Promoção de FAMTUR para Búzios (RJ), Porto de Galinhas (PE) e Natal (RN), em parceria com o SEBRAE TRIP e empresários das cidades visitadas, envolvendo 70 empresários da ilha, para conhecimento da experiência e forma de atuação de destinos já consolidados;

Projeto Noronha 2000 - Programa de Capacitação em curso para empresários e funcionários do setor turístico, realizado em parceria com o SEBRAE ao custo de R\$ 300.000,00;

Programa de Classificação das Pousadas - concluído o diagnóstico dos problemas da atividade e iniciado o cumprimento do cronograma de regulamentação, com estimativa de conclusão dos trabalhos em dezembro de 2000;

Recuperação da Bica do Cachorro - ao custo de R\$ 3.659,00;

Home Page de Fernando de Noronha - ao custo de R\$ 6.300,00.



EDUCAÇÃO E ESPORTES

Novo Modelo Educacional - aplicados recursos da ordem de R\$1.300.000,00, resultante de convênio firmado com a Fundação Roberto Marinho e a Secretaria de Educação do Estado, para implantação de nova metodologia de ensino;

Escola Arquipélago - empregados recursos da ordem de R\$ 134.000,00 na reforma e aquisição de equipamentos para adequação à nova sistemática de ensino;

Educação Infantil - já concluída a elaboração de projeto executivo para ampliação e reforma das instalações elétricas e hidráulicas da Escola Bem-me-quer;

Quadra Poli-esportiva - já disponibilizados recursos da ordem de R\$ 122.000,00 junto à Caixa Econômica Federal para recuperação da quadra da Escola Arquipélago;

Produção e apresentação de 27 vinhetas de educação ambiental - parceria com a Fundação Roberto Marinho, tendo sido gastos R\$ 20.000,00.



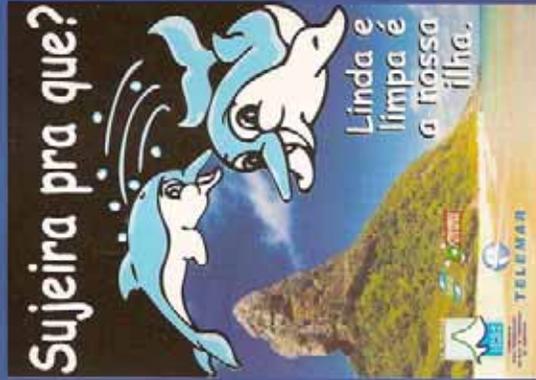
Escola Arquipélago



MEIO AMBIENTE

Estabelecida parceria com o CPRH para a implantação do PROAPA - Programa de Proteção da APA de Fernando de Noronha - Gestão Ambiental, com realização da primeira capacitação do pessoal técnico com locação funcional em Noronha;

Projeto de educação ambiental em preservação e limpeza - estimado em R\$ 130.000,00, com financiamento da TELEMAR, será lançado este mês, por ocasião do aniversário da Ilha.



Cartaz da Campanha de Preservação e Limpeza



PROGRAMAS E PROJETOS

Plano de Gestão do Arquipélago - em fase de conclusão a etapa de capacidade de carga. Iniciada a fase correspondente às proposições para o ecoturismo. Com investimentos totais de R\$ 539.000,00, conta com financiamento do Ministério do Meio Ambiente, EMBRATUR e SEBRAE.

Programa de Desenvolvimento Turístico - concluídas as negociações com a Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo, resultando na inclusão de Noronha no PRODETUR II, sendo previstos investimentos da ordem de R\$ 20 milhões a serem captados junto ao BID, para aplicação nos próximos dois anos.

Plano do Sistema de Saneamento - em fase de conclusão, tendo por objeto o redimensionamento de todo o complexo de saneamento da ilha, envolvendo os sistemas de abastecimento d'água, esgotamento sanitário e limpeza urbana. Aplicados recursos no valor de R\$ 63.000,00.

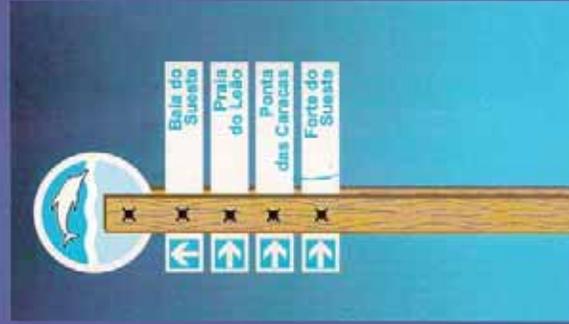
Lei de Uso e Ocupação do Solo - anteprojeto já concluído, devendo ser submetido à apreciação do Conselho Distrital e demais entidades representativas da sociedade noronhense, após o que será enviado ao Governador para encaminhamento à Assembleia Legislativa. Foi aplicada na elaboração do anteprojeto de lei a quantia de R\$ 6.440,00.

Projeto de Sinalização Educativa e Indicativa - em processo de licitação, com custos a serem assumidos pela iniciativa privada.

Consolidação dos Núcleos Urbanos, com a concessão de 91 novos lotes.

Programa de Financiamento da Caixa Econômica Federal - em execução, beneficiando inicialmente 40 famílias;

Projeto Arquitetônico do Monumento Comemorativo aos 500 anos de Noronha;
Retirada de Sucata - ações iniciadas, com retirada inicial de 60 ton. Já investidos R\$ 10.000,00.



Projeto de Sinalização Educativa e Indicativa

FOMENTO	ORGANIZAÇÃO FUNCIONAL
<p>Projeto de Agricultura Orgânica - proposta do Distrito já aprovada pelo SEBRAE. Envolve recursos da ordem de R\$ 700.000,00, devendo parte ser financiada pela TPA (R\$ 350.000,00) ao longo dos dois anos de implantação; Convênio com a Universidade Federal Rural de Pernambuco para suporte técnico em extensão rural.</p>	<p>Sistema Noronha NET - software concluído, instalado, com sistema em fase de operação experimental. Investimentos de R\$ 93.000,00;</p> <p>Sistema de Informações Georeferenciadas para o Arquipélago - concluídos os serviços de digitalização de carta imagem e de modelagem da superfície da ilha, sendo investidos R\$ 24.000,00;</p> <p>Reforma da Sede do Conselho Distrital - obra de R\$ 32.000,00 já iniciada.</p>  <p>Sistema Noronha NET</p>



PROGRAMAS DE CAPACITAÇÃO

Formação local para EcoGuias, Moto-guias e Condutores Equestres;

Curso de Inglês, realizado pela Cultura Inglesa de Boa Viagem, com o apoio da Associação dos Artistas Plásticos;

Curso de Gerenciamento de Meios de Hospedagem e de Gestão de Qualidade para empresários do turismo, realizado em parceria com o SEBRAE;

Centro de Geração de Renda - recursos do governo federal e da Administração, da ordem de R\$250.000,00, já garantidos, com projeto executivo em elaboração.

Handwritten signature

Governador do Estado de Pernambuco
Jarbas de Andrade Vasconcelos

Secretário de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente
Cláudio José Marinho Lúcio

Administrador Geral do Distrito Estadual de Fernando de Noronha
Sérgio José Salles Vaz

Administrador Geral Adjunto
José da Cruz Lima Júnior

Diretor de Planejamento e Infra-Estrutura
Jório José Carneiro Barreto Cruz

Diretora de Desenvolvimento Socio-Econômico e Ambiental
Margareth Grillo Teixeira

Diretor de Administração Geral
André Jorge de Barros e Silva

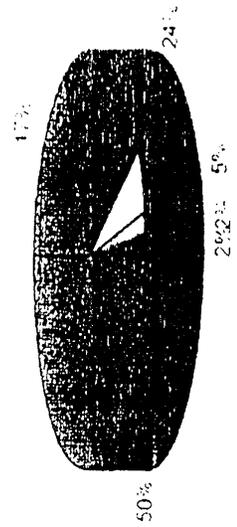
Coordenador de Programas Estratégicos
Murilo Rodrigues Cavalcanti

8.3 Anexo C: Cópia do fax do Departamento Operacional de Vistoria de Veículos

FERNANDO DE NORONHA
PERÍODO DE 01 a 04 de dezembro de 1999

DEMONSTRATIVO VISTORIA

VEÍCULOS	Aprovados	Exigência	Total
Moto	64	29	93
Buggys	92	123	215
Leves	20	8	28
Pesados	7	5	12
Jeep	7	19	26
TOTAL	190	184	374



Departamento Operacional de Vistoria de Veículos - D.O.V.V

Atividade: Vistoria da Frota da Ilha de Fernando de Noronha.

Período: de 02 a 04 de dezembro de 1999.

Equipe: Joel Maurício do Nascimento e
Jose Maria da Silveira Santos.

Frota Local Estimada	600	veículos
Vistoriados	374	"
Aprovados	190	"
Em Exigência	184	"

Demonstrativo quantitativo em anexo

*Cópia fornecida pelo Sr Ricardo
em 06/04/00*

8.4 Anexo D: Código Mundial de Ética do Turismo



CÓDIGO MUNDIAL DE ÉTICA DO TURISMO





Preparação para o Novo Milênio

O Código Mundial de Ética do Turismo cria um marco de referência para o desenvolvimento responsável e sustentável do Turismo Mundial no início do novo milênio. O seu texto inspirou-se em numerosas declarações e códigos profissionais similares que o precederam e aos quais juntou novas idéias que refletem a mudança da nossa sociedade nos finais do séc. XX.

Face à previsão de que o Turismo Internacional quase triplicará o seu volume nos próximos vinte anos, os Membros da Organização Mundial do Turismo estão convencidos de que o Código Mundial de Ética do Turismo é necessário para ajudar a minimizar os efeitos negativos do turismo no meio ambiente e no património cultural, aumentando, simultaneamente, os benefícios para os residentes nos destinos turísticos.

A preparação deste código advém de uma resolução adotada na Assembléia Geral da OMT, em Istambul, em 1997. Nos dois anos subsequentes, constituiu-se um Comitê Especial para preparar o Código Mundial de Ética do Turismo, tendo como base um documento preliminar que foi elaborado pelo Secretário Geral e o Conselheiro Jurídico da OMT, posterior à consultas feitas ao Conselho Empresarial, às Comissões Regionais e ao Conselho Executivo da Organização.

A Comissão das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável, reunida em Nova Iorque em Abril de 1999, aprovou o conceito do Código e pediu à OMT que solicitasse novas sugestões ao setor privado, às organizações não governamentais e às organizações sindicais. Foram recebidas contribuições por parte de mais de 70 Estados Membros da OMT e de outras entidades.

O Código Mundial de Ética do Turismo é, por conseguinte, a coroação de um completo processo de consulta. Os dez artigos que o compõem foram aprovados por unanimidade na Assembléia Geral da OMT realizada em Santiago do Chile, em Outubro de 1999.

O Código compreende nove artigos que enunciam as "regras do jogo" para os destinos, governos, operadores turísticos, promotores, agentes de viagens, empregados e para os próprios turistas. O décimo artigo refere-se à resolução de litígios; sendo a primeira vez que um código deste tipo é dotado de semelhante mecanismo de aplicação. Esse mecanismo será fundamentado na conciliação, por intermédio de um Comitê Mundial de Ética do Turismo, que será constituído por representantes de cada uma das regiões do mundo e de cada um dos grandes grupos de agentes do setor turístico: governos, setor privado, trabalhadores e organizações não governamentais - ONG's.

O Código Mundial de Ética do Turismo, cujo texto é reproduzido nas páginas seguintes, aspira a ser um documento vivo. Lepam-no. Conheçam-no. Participem na sua aplicação. Somente com a sua cooperação conseguiremos proteger o futuro do setor turístico e aumentar a sua contribuição para a prosperidade económica, para a Paz e para o entendimento entre todas as nações do mundo.

Francesco Frangialli
Secretário Geral
Organização Mundial do Turismo

Nós, Membros da Organização Mundial do Turismo (OMT), representantes da indústria turística mundial, delegados dos Estados, territórios, empresas, instituições e organismos, reunidos em Assembléia Geral, em Santiago do Chile, em 01 de Outubro de 1999;

Reafirmando os objetivos enunciados no artigo 3º dos Estatutos da Organização Mundial do Turismo, e conscientes do papel "decisivo e central", reconhecido a esta Organização pela Assembléia Geral das Nações Unidas, na promoção e desenvolvimento do turismo, visando contribuir para a expansão económica, a compreensão internacional, a paz e a prosperidade dos países, bem como para o respeito universal e a observância dos direitos do homem e das liberdades fundamentais, sem distinção de raça, sexo, língua ou religião;

Profundamente convencidos de que, por permitir contatos diretos, espontâneos e imediatos entre homens e mulheres de culturas e modos de vida diferentes, o turismo representa uma força viva a serviço da paz, bem como um fator de amizade e compreensão entre os povos do mundo;

Atendo-nos aos princípios encaminhados para conciliar de forma sustentável a proteção ambiental, o desenvolvimento económico e a luta contra a pobreza, como a formulada pelas Nações Unidas, em 1992, quando da "Cimeira da Terra", no Rio de Janeiro, expressada no Programa de Ação 21, adotado naquela ocasião;

Tomando em consideração o crescimento rápido e contínuo, não só passado como o previsível, da atividade turística, resultante de motivações de lazer, negócios, cultura, religião ou saúde, e que produz poderosos efeitos, positivos e negativos, no meio ambiente, na economia e na sociedade dos países emissores e receptores de fluxos turísticos, nas comunidades locais e populações autóctones, e nas relações e trocas internacionais;

Tendo por finalidade promover um turismo responsável e sustentável, acessível a todos, no exercício do direito que qualquer pessoa tem de utilizar o seu tempo livre em lazer ou viagens e no respeito pelas escolhas sociais de todos os povos;

Persuadidos de que a indústria turística mundial, no seu conjunto, tem muito a ganhar ao desenvolver-se num meio que favoreça a economia de mercado, a empresa privada e a liberdade do comércio, permitindo-lhe otimizar os seus efeitos benéficos em termos de criação de atividade e empregos;

Intimamente convencidos de que respeitados alguns princípios e observadas certas regras, um turismo responsável e sustentável não resulta incompatível com a crescente liberalização das condições reinantes no comércio de serviços e ao abrigo das quais operam as empresas deste setor, sendo possível, neste domínio, conciliar economia e ecologia, ambiente e desenvolvimento, e abertura às trocas internacionais e proteção das identidades sociais e culturais;

Considerando que neste processo todos os agentes do desenvolvimento turístico - administrações nacionais, regionais e locais, empresas, associações profissionais, trabalhadores do setor, organizações não-governamentais e outros organismos da indústria turística - bem como as comunidades receptoras, os órgãos de informação e os próprios turistas, exercem responsabilidades diferenciadas, mas interdependentes, na valorização individual e social do turismo, e que a identificação dos direitos e deveres de cada um contribuirá para a realização deste objetivo;

Interessados em promover uma verdadeira colaboração entre os setores públicos e privados do desenvolvimento turístico, conforme a Organização Mundial do Turismo vem executando, com base na Resolução 364 (XII) adotada pela Assembleia Geral de 1997, em Istambul, e desejando ver uma associação e uma cooperação da mesma

natureza estender-se, de modo aberto e equilibrado, às relações entre países emissores e receptores e seus respectivos setores turísticos;

Expressando a nossa vontade de dar continuidade às Declarações de Manila de 1980 sobre o turismo mundial e de 1997 sobre o impacto do Turismo na sociedade, bem como da Carta do Turismo e do Código do Turista adotados em Sofia, em 1985, sob a égide da OMT;

Mas, estimando que estes instrumentos devem ser complementados por um conjunto de princípios interdependentes na sua interpretação e aplicação, com base nos quais os atores do desenvolvimento turístico deveriam reger a sua conduta no limiar do século 21;

Utilizando, para efeitos do presente instrumento, as definições e classificações aplicáveis às viagens, e em especial as noções de "visitante", "turista" e "turismo", adotadas pela Conferência Internacional de Ottawa, realizada de 24 a 28 de junho de 1991, e aprovadas, em 1993, pela Comissão de Estatística das Nações Unidas em sua 27ª Sessão;

Fazendo referência nominal aos seguintes instrumentos:

- Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 10 de dezembro de 1948;
- Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, de 16 de dezembro de 1966;
- Pacto Internacional dos Direitos Cívicos e Políticos, de 16 de dezembro de 1966;
- Convenção de Varsóvia, sobre o transporte aéreo, de 12 de outubro de 1929;
- Convenção Internacional da Aviação Civil de Chicago, de 7 de dezembro de 1944, bem como às Convenções de Tóquio, Haia e Montreal com ela relacionadas;
- Convenção sobre as facilidades alfandegárias para o turismo, de 4 de julho de 1954 e o Protocolo associado;
- Convenção sobre a proteção do património cultural e natural mundial, de 23 de novembro de 1972;

- Declaração de Manila sobre o Turismo Mundial, de 10 de outubro de 1980;
- Resolução da 6ª Assembleia Geral da OMT (Sofia) adotando a Carta do Turismo e o Código do Turista, de 26 de setembro de 1985;
- Convenção relativa aos Direitos da Criança, de 26 de janeiro de 1990;
- Resolução da 9ª Assembleia Geral da OMT (Buenos Aires), relativa às matérias de facilidades das viagens e segurança dos turistas, de 4 de outubro de 1991;
- Declaração do Rio de Janeiro sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, de 13 de junho de 1992;
- Acordo Geral sobre o Comércio de Serviços, de 15 de abril de 1994;
- Convenção sobre a Diversidade Biológica, de 6 de janeiro de 1995;
- Resolução da 11ª Assembleia Geral da OMT (Cairo) sobre a prevenção do turismo sexual organizado, de 22 de outubro de 1995;
- Declaração de Estocolmo contra a exploração sexual de crianças com fins comerciais, de 28 de agosto de 1996;
- Declaração de Manila sobre os Efeitos Sociais do Turismo, de 22 de maio de 1997;
- Convenções e recomendações adotadas pela Organização Internacional do Trabalho em matéria de convenções coletivas, de proibição do trabalho forçado e do trabalho infantil, de defesa dos direitos dos povos autóctones, de igualdade de tratamento e de não discriminação no trabalho;

Afirmamos o direito ao turismo e à liberdade dos deslocamentos turísticos;

Expressamos a nossa vontade em promover uma ordem turística mundial, eqüitativa, responsável e sustentável, em benefício mútuo de todos os setores da sociedade, num contexto de uma economia internacional aberta e liberalizada, e

Proclamamos solenemente com esse objetivo os princípios do Código Mundial de Ética do Turismo.



PRINCÍPIOS



1 Contribuição do turismo para a compreensão e respeito mútuo entre homens e sociedades

1. A compreensão e a promoção dos valores éticos comuns à humanidade, num espírito de tolerância e de respeito pela diversidade das crenças religiosas, filosóficas e morais, são ao mesmo tempo fundamento e consequência de um turismo responsável. Os agentes do desenvolvimento turístico e os próprios turistas devem ter em conta as tradições e práticas sociais e culturais de todos os povos, incluindo as das minorias e populações autóctones, reconhecendo a sua riqueza.

2. As atividades turísticas devem conduzir-se em harmonia com as especificidades e tradições das regiões e países receptores, observando as suas leis, seus usos e costumes.

3. As comunidades receptoras de turistas por um lado, e os agentes profissionais locais por outro, devem aprender a conhecer e a respeitar os turistas que os visitam, e informarem-se sobre os seus modos de vida, gostos e expectativas. A educação e a formação ministradas aos profissionais contribuem para um acolhimento hospitaleiro dos turistas.

4. As autoridades públicas têm por missão assegurar a proteção dos turistas e visitantes, bem como dos seus bens. Neste sentido, devem conceder especial atenção à segurança dos turistas estrangeiros, devido à sua particular vulnerabilidade. Assim, devem disponibilizar meios específicos de informação, prevenção, proteção, seguro e assistência específica que corresponda às suas necessidades. Os atentados, agressões, raptos ou ameaças visando os turistas ou os trabalhadores da indústria turística, bem como as des-

truições voluntárias de instalações turísticas ou de elementos do património cultural ou natural, devem ser severamente condenadas e reprimidas, em conformidade com as respectivas legislações nacionais.

5. Os turistas e visitantes devem evitar, quando de seus deslocamentos, praticar atos criminosos ou considerados delituosos pelas leis do país visitado, bem como comportamentos considerados chocantes ou que firam as populações locais, ou ainda suscetíveis de atentar contra o meio ambiente local. Eles, também, devem abster-se de todo o tráfico de drogas, armas, antiguidades, espécies protegidas, bem como de produtos ou substâncias perigosas ou proibidas pelas legislações nacionais.

6. Os turistas e visitantes têm a responsabilidade de obterem informações, antes mesmo da sua partida, sobre as características dos países que se propõem visitar. Devem, ainda, ter consciência dos riscos em matéria de saúde e segurança inerentes a todo o deslocamento para fora do seu meio habitual, e ter um comportamento de modo a minimizar esses riscos.



2 Turismo, instrumento de desenvolvimento individual e coletivo

1. O turismo, atividade geralmente associada ao repouso, à diversão, ao desporto, ao acesso à cultura e à natureza, deve ser concebido e praticado como meio privilegiado de desenvolvimento individual e coletivo. Praticado com a necessária abertura de espírito, constitui-se em um fator insubstituível de auto-educação, de tolerância mútua e de aprendizagem das diferenças legítimas entre povos e culturas, e de sua diversidade.

2. As atividades turísticas devem respeitar a igualdade entre homens e mulheres; devem tender a promover os direitos humanos e, especialmente, os particulares direitos dos grupos mais vulneráveis, especificamente as crianças, os idosos, os deficientes, as minorias étnicas e os povos autóctones.

3. A exploração dos seres humanos sob todas as suas formas, principalmente sexual, e especialmente no caso das crianças, vai contra os objetivos fundamentais do turismo e constitui a sua própria negação. Portanto, e em conformidade com o direito internacional, ela deve ser rigorosamente combatida com a cooperação de todos os Estados envolvidos e sancionada sem concessões pelas legislações nacionais, quer dos países visitados, quer dos países de origem dos atores desses atos, mesmo quando estes são executados no estrangeiro.

4. Os deslocamentos por motivos de religião, de saúde, de educação e de intercâmbios culturais ou lingüísticos constituem formas particularmente interessantes de turismo que merecem ser encorajadas.

5. A introdução de conteúdo relativo ao valor dos intercâmbios turísticos, dos seus benefícios económicos, sociais e culturais, e também dos seus riscos, deve ser incentivada nos programas de educação.



3 Turismo, fator de desenvolvimento sustentável

1. É dever de todos os agentes envolvidos no desenvolvimento turístico salvaguardar o ambiente e os recursos naturais, na perspectiva de



um crescimento econômico sadio, contínuo e sustentável, capaz de satisfazer equitativamente as necessidades e as aspirações das gerações presentes e futuras.

2. Todos os tipos de desenvolvimento turístico que permitam economizar os recursos naturais raros e preciosos, principalmente a água e a energia, e que venham a evitar, na medida do possível, a produção de dejetos, devem ser privilegiados e encorajados pelas autoridades públicas nacionais, regionais e locais.

3) Deve ser equacionada a distribuição no tempo e no espaço dos fluxos de turistas e de visitantes, especialmente a que resulta das licenças de férias e das férias escolares, e buscar-se um melhor equilíbrio na frequência, de forma a reduzir a pressão da atividade turística sobre o meio ambiente e a aumentar o seu impacto benéfico na indústria turística e na economia local.

4) As infra-estruturas devem estar concebidas e as atividades turísticas programadas de forma a que seja protegido o patrimônio natural constituído pelos ecossistemas e a biodiversidade, e que sejam preservadas as espécies ameaçadas da fauna e da flora selvagens. Os agentes do desenvolvimento turístico, principalmente os profissionais, devem permitir que lhes sejam impostas limitações ou obstáculos às suas atividades quando elas sejam exercidas em zonas particularmente sensíveis: regiões desérticas, polares ou de altas montanhas, zonas costeiras, florestas tropicais ou zonas úmidas, propícias à criação de parques naturais ou reservas protegidas.

5. O turismo de natureza e o ecoturismo são reconhecidos como formas de turismo especialmente enriquecedoras e valorizadoras, sem-

pre que respeitem o patrimônio natural e as populações locais se ajustem à capacidade de carga dos locais turísticos.



O turismo, fator de aproveitamento e enriquecimento do Patrimônio Cultural da Humanidade

1) Os recursos turísticos pertencem ao patrimônio comum da humanidade. As comunidades dos territórios onde eles se situam têm, face a eles, direitos e obrigações especiais.

2. As políticas e atividades turísticas serão desenvolvidas respeitando o patrimônio artístico, arqueológico e cultural, que devem ser preservados e transmitidos às gerações futuras. Uma atenção especial deve ser concedida à preservação e restauração dos monumentos, santuários e museus, bem como de locais históricos e arqueológicos, que devem estar abertos à frequência turística. Deve ser encorajado o acesso do público aos bens e monumentos culturais privados, respeitando-se os direitos dos seus proprietários, bem como aos templos religiosos, sem prejudicar as necessidades do culto.

3. Os recursos obtidos pela frequência dos locais e monumentos culturais devem ser empregados, pelo menos em parte, preferencialmente, na manutenção, salvaguarda, valorização e enriquecimento desse patrimônio.

4. A atividade turística deve ser concebida de forma a permitir a sobrevivência e o desenvolvimento de produções culturais e artesanais tradicionais, bem como do folclore, e que não provoque a sua padronização e empobrecimento.



O turismo, atividade benéfica para os países e para as comunidades de destino

1. As populações e comunidades locais devem estar associadas às atividades turísticas e participar equitativamente nos benefícios econômicos, sociais e culturais que geram, e sobretudo na criação de emprego direto ou indireto resultante.

2. As políticas turísticas devem ser conduzidas de tal forma que contribuam para a melhoria do nível de vida das populações das regiões visitadas e respondam às suas necessidades. A concepção urbanística e arquitetônica e o modo de exploração das estâncias e alojamentos turísticos devem visar a sua melhor integração no contexto econômico e social local. Em caso de igualdade de competências, deve ser dada prioridade à contratação de mão de obra local.

3) Uma particular atenção deve ser dada aos problemas específicos das zonas costeiras e aos territórios insulares, bem como às zonas rurais e serranas, frágeis, onde o turismo representa, muitas vezes, uma das raras oportunidades de desenvolvimento face ao declínio das tradicionais atividades econômicas.

4) Os profissionais do turismo, especialmente os investidores, devem, conforme regulamentação estabelecida pelas autoridades públicas, proceder a estudos sobre o impacto dos seus projetos de desenvolvimento em relação ao entorno e aos meios naturais existentes. Devem, da mesma forma, prestar informações quanto aos seus futuros programas e aos impactos previstos, com a maior transparência e objetividade requerida, abrindo-se ao diálogo, nessas matérias, com as populações interessadas.



6

Obrigação dos agentes do desenvolvimento turístico

1. Os agentes profissionais do turismo têm por obrigação fornecer aos turistas uma informação objetiva e sincera sobre os destinos, as condições de viagem, de receptivo e de estadia. Devem, ainda, assegurar uma transparência perfeita das cláusulas dos contratos propostos aos seus clientes, tanto no que se refere a sua natureza, preço e qualidade dos serviços que se comprometem fornecer, como das contrapartidas financeiras que lhes incumbem em caso de ruptura unilateral, por sua parte, dos referidos contratos.

2) Os profissionais do turismo, quando lhes couber, irão dar assistência, em cooperação com as autoridades públicas, quanto à segurança, prevenção de acidentes, proteção sanitária e higiene alimentar dos que recorrerem aos seus serviços. Zelarão pela existência de sistemas de seguro e de assistência apropriados. Da mesma forma, aceitarão a obrigação de prestar contas, segundo as modalidades previstas nas regulamentações nacionais, e, se necessário, pagar uma indenização equitativa no caso do não cumprimento de suas obrigações contratuais.

3. Os profissionais do turismo, em quanto tal de eles depender, contribuirão para o pleno desenvolvimento cultural e espiritual dos turistas e permitirão o exercício de suas práticas religiosas durante os deslocamentos.

4. As autoridades públicas dos Estados de origem e dos países de destino, em coordenação com os profissionais interessados e suas associações, zelarão pelo estabelecimento de mecanismos necessários ao repatriamento dos turistas, no caso do não cumprimento das empresas organizadoras de suas viagens;

5) Os Governos têm o direito - e o dever -, especialmente em caso de crise, de informar aos seus cidadãos das condições difíceis, e mesmo dos perigos que eles possam encontrar, por ocasião das seus deslocamentos ao exterior. No entanto, incumbem-lhes fornecer tais informações sem prejudicar, de forma injustificada ou exagerada, a indústria turística dos países receptores de fluxos turísticos e os interesses dos seus próprios operadores. O conteúdo de eventuais avisos deve, portanto, ser previamente discutido com as autoridades dos países de destino e com os profissionais interessados. As recomendações que sejam formuladas serão estritamente proporcionais à gravidade real das situações e limitadas às zonas geográficas onde a insegurança estiver comprovada; estas recomendações devem ser atenuadas ou anuladas logo que o retorno à normalidade o permitir.

6) A imprensa, sobretudo a imprensa especializada em turismo, e os outros meios de comunicação, incluindo os modernos meios de comunicação eletrônica, devem fornecer uma informação honesta e equilibrada sobre os acontecimentos e situações suscetíveis de influência na frequência turística. Igualmente, devem ter por missão o fornecimento de indicações precisas e fiáveis aos consumidores de serviços turísticos. As novas tecnologias de comunicação e o comércio eletrônico devem ser desenvolvidos e utilizados para esse fim; não devendo, de forma alguma, assim como a imprensa e os outros meios de comunicação, incentivar o turismo sexual.



7

Direito ao turismo

1) A possibilidade de acesso direto e pessoal à descoberta das riquezas de nosso mundo constituirá um direito aberto, igualmente, a todos os habitantes do planeta. A participação cada vez mais ampla no turismo nacional

e internacional deve ser considerada como uma das melhores expressões possíveis do crescimento contínuo do tempo livre, e não deve ser dificultada.

2. O direito ao turismo para todos deve ser visto como consequência ao direito ao descanso e aos tempos livres, e, em particular, a uma razoável limitação da duração do trabalho e licenças periódicas pagas, conforme é garantido no artigo 24 da Declaração Universal dos Direitos Humanos, e no artigo 7.1 do Pacto Internacional relativo aos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais.

3) O turismo social, sobretudo o turismo associativo, que permite o acesso da maioria dos cidadãos ao lazer, às viagens e às férias, deverá ser desenvolvido com o apoio das autoridades públicas.

4. O turismo das famílias, dos jovens e estudantes, das pessoas idosas e dos deficientes deverá ser encorajado e facilitado.



8

Liberdade do deslocamento turístico

1. Os turistas e visitantes se beneficiarão, respeitando-se o direito internacional e as legislações nacionais, da liberdade de circulação, quer no interior do seu país, quer de um Estado para outro, em conformidade com o artigo 13 da Declaração Universal dos Direitos Humanos; e poderão ter acesso às zonas de trânsito e de estadia, bem como aos locais turísticos e culturais, sem exageradas formalidades e sem discriminações.

2. Os turistas e visitantes devem ter reconhecida a faculdade de utilizar todos os meios de comunicação disponíveis, interiores ou exteriores; devem beneficiar-se de um pronto e fácil acesso aos serviços administra-



tivos, judiciários e de saúde locais; bem como ao livre contato com as autoridades consulares do seu país de origem, em conformidade com as convenções diplomáticas vigentes.

3) Os turistas e visitantes serão beneficiados com os mesmos direitos dos cidadãos do país visitado quanto à confidencialidade dos dados e informações pessoais que lhes respeitem, sobretudo as armazenadas sob forma eletrônica.

4) Os procedimentos administrativos do cruzamento de fronteira, estabelecidos pelos Estados ou resultantes de acordos internacionais, como os vistos, ou as formalidades sanitárias e alfandegárias, devem ser adaptados de modo a facilitar ao máximo a liberdade de viajar e o acesso do maior número de pessoas ao turismo internacional. Os acordos entre grupos de países visando harmonizar e simplificar tais procedimentos devem ser encorajados. Os impostos e os encargos específicos que penalizem a indústria turística e atenuem contra a sua competitividade turística devem ser progressivamente eliminados ou reduzidos.

5) Desde que a situação econômica dos países de origem o permita, os turistas devem dispor do crédito de divisas conversíveis necessário aos seus deslocamentos.



9

Direito dos trabalhadores e dos empresários da indústria turística

1) Os direitos fundamentais dos trabalhadores assalariados e autônomos da indústria turística e das atividades afins devem ser assegurados pelas administrações, quer dos Estados de origem, quer dos países de destino, com especial atenção, tendo em vista as limitações

específicas vinculadas à sazonalidade da sua atividade, à dimensão global de sua indústria e à flexibilidade muitas vezes imposta pela natureza do seu trabalho.

2) Os trabalhadores assalariados e autônomos da indústria turística e das atividades afins têm o direito e o dever de adquirir uma formação ajustada, inicial e contínua. A eles será assegurada uma proteção social adequada e a precariedade do emprego deve ser limitada ao máximo possível. Deverá ser proposto aos trabalhadores sazonais do setor um estatuto especial, visando a sua proteção social.

3) Toda a pessoa física e jurídica, sempre que demonstrar possuir as disposições e qualificações necessárias, deve ter reconhecido o direito de desenvolver uma atividade profissional no âmbito do turismo, de acordo com a legislação nacional vigente. Os empresários e os investidores - especialmente das pequenas e médias empresas - devem ter reconhecido o livre acesso ao setor turístico com um mínimo de restrições legais ou administrativas.

4) As trocas de experiência oferecidas aos quadros de trabalhadores de diferentes países, assalariados ou não, contribuem para o desenvolvimento da indústria turística mundial. Assim, devem ser incentivadas sempre que possível, de acordo com as legislações nacionais e as convenções internacionais aplicáveis.

5) Fator insubstituível de solidariedade no desenvolvimento e de dinamismo nas trocas internacionais, as empresas multinacionais da indústria turística não devem abusar das situações de posição dominante que por vezes detêm. Estas devem evitar tornarem-se modelos culturais e sociais artificialmente impostos às comunidades receptoras de fluxos turísticos. Em troca da liberdade de investir e operar

comercialmente, que lhes deve ser plenamente reconhecida, devem comprometer-se com o desenvolvimento local evitando, pelo repatriamento excessivo dos seus benefícios ou pelas importações induzidas, reduzir a contribuição que dão às economias de onde estão instaladas.

6) A colaboração e o estabelecimento de relações equilibradas entre empresas dos países emissores e receptores contribuem para o desenvolvimento sustentável do turismo e para uma distribuição equitativa dos benefícios do seu crescimento.



Apliação dos princípios do Código Mundial de Ética do Turismo

1) Os setores públicos e privados do desenvolvimento turístico cooperaram na aplicação dos presentes princípios e devem zelar pelo controle da sua efetivação.

2) Os agentes do desenvolvimento turístico reconheceram o papel dos organismos internacionais, na primeira linha das quais a Organização Mundial do Turismo, e das organizações não governamentais competentes em matéria de promoção e desenvolvimento do turismo, na proteção dos direitos humanos, do meio ambiente e da saúde, respeitando os princípios gerais do direito internacional.

3) Os mesmos agentes manifestam a intenção de submeter, para efeitos de conciliação, os litígios relativos à aplicação ou interpretação do Código Mundial de Ética do Turismo a um terceiro organismo imparcial denominado: Comitê Mundial de Ética do Turismo.



ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO

É o único organismo intergovernamental que serve como um fórum global para assuntos e políticas de turismo. Conta com 138 membros, entre países e territórios, e 350 membros afiliados vindos dos setores público e privado. Sua missão é promover e desenvolver o turismo como o principal fator de entendimento para a paz mundial, o crescimento econômico e o comércio internacional.

www.world-tourism.org

 **EMBRATUR**
INSTITUTO BRASILEIRO DE TURISMO

 **MINISTÉRIO
DO ESPORTE
E TURISMO**

**GOVERNO
FEDERAL**
Trabalhando em todo o Brasil